



SEGURANÇA ALIMENTAR e NUTRICIONAL:

**a contribuição
das empresas para a
sustentabilidade das
iniciativas locais**

Realização

International Finance Corporation – IFC

Instituto Ethos de Empresas
e Responsabilidade Social

Pólis – Instituto de Estudos, Formação
e Assessoria em Políticas Sociais



SEGURANÇA ALIMENTAR e NUTRICIONAL:

**a contribuição
das empresas para a
sustentabilidade das
iniciativas locais**

Realização

International Finance Corporation — IFC
Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
Pólis — Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

Coordenação geral

Paulo Itacarambi e Helvio Moisés — Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
Antonio Carlos Lopes Simas — International Finance Corporation — IFC
Christiane Costa e Silvio Caccia Bava — Pólis — Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

Coordenação editorial

Elisabeth Grimberg — Pólis — Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

Consultores

Walter Belik — Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
Renato Maluf — Pólis — Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

Redação e edição

Luci Ayala — Coringa Editorial

Secretaria de redação

Mirian Lozano — Pólis — Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

Revisão

Sandra Miguel

Projeto e produção gráfica

Planeta Terra Criação e Produção

Ilustrações

Waldemar Zaidler

CATALOGAÇÃO NA FONTE — PÓLIS/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Segurança alimentar e nutricional: a contribuição das empresas para a sustentabilidade das iniciativas locais. / International Finance Corporation, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. São Paulo, Instituto Pólis, 2003. 111p. ISBN 85-7561-003-1 1. Segurança Alimentar. 2. Desenvolvimento Local. 3. Responsabilidade Social Empresarial. 4. Inclusão Social. 5. Experiências Inovadoras. 6. Produção de Alimento. 7. Política de Abastecimento. 8. Educação Alimentar. 9. Políticas Públicas. I. Instituto Pólis. II. Instituto Ethos. III. IFC. IV. Título
Fonte: Vocabulário Pólis/CDI

Tiragem: 10.000 exemplares

São Paulo, agosto de 2003

É permitida a reprodução desta publicação desde que citada a fonte e com prévia autorização do Instituto Ethos.

Esclarecimentos importantes sobre as atividades do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

O trabalho de orientação às empresas é voluntário, sem nenhuma cobrança ou remuneração. Não fazemos consultoria, não credenciamos nem autorizamos profissionais a oferecer qualquer tipo de serviço em nosso nome. Não somos entidade certificadora de responsabilidade social, nem fornecemos “selo” com essa função. Não permitimos que nenhuma entidade ou empresa (associada ou não) utilize a logomarca do Instituto Ethos sem nosso consentimento prévio e expressa autorização por escrito.

Caso tenha alguma dúvida ou queira nos consultar sobre as atividades do Instituto Ethos, contate-nos, por favor, por meio do serviço “Fale conosco”, disponível em nosso site (www.ethos.org.br). Assim será possível identificar e designar a área mais apropriada para atender você.

Impresso em Reciclato — capa 240g/m², miolo 90 g/m² da Cia. Suzano de Papel e Celulose, o offset brasileiro 100% reciclado.

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
SEGURANÇA ALIMENTAR COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL	7
O QUE PODE SER FEITO EM SEGURANÇA ALIMENTAR NO ÂMBITO LOCAL	11
EXPERIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	21
Produção	23
Assentamento e Exploração Coletiva da Terra — Paranaciti (PR)	24
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural — Araci (BA)	26
Centro de Empreendimentos Rurais — Sacramento (MG)	28
Fundo Municipal de Aval — Poço Verde (SE)	31
Pólos Agroflorestais — Estado do Acre	34
Pólos de Produção de Alimentos da Amazônia — Pauini (AM)	37
Organização Agroextrativista das Quebradeiras de Coco de Babaçu — Vale do Rio Mearim (MA)	40
Processamento Artesanal de Pescado — Barra do Furado — Quissamã (RJ)	43
Agroindústria Artesanal Rural de Alimentos — Joinville (SC)	45
Centro Ecológico — Rio Grande do Sul	47
Sugestões de ações na esfera de produção de alimentos	50
Abastecimento e acesso aos alimentos	53
Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) — Região do Semi-Árido Brasileiro	54
Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos — Chapecó (SC)	56
Agricultura Orgânica — São Paulo (SP)	59
Agricultura Urbana e Segurança Alimentar — Belo Horizonte (MG)	62
Agricultura Urbana em Campo Grande — Rio de Janeiro (RJ)	65
Horta Comunitária e Processamento de Alimentos — Francisco Beltrão (PR)	66
Restaurante Popular — Belo Horizonte (MG)	68
Sugestões de ações na esfera de abastecimento e acesso aos alimentos	70

Consumo e educação alimentar	71
Projeto de Educação Alimentar e Nutricional — Fortaleza (CE)	72
Centro de Referência em Segurança Alimentar do Butantã — São Paulo (SP)	74
Alimentos Artesanais — Regulamentação e Melhoria da Qualidade — Minas Gerais	76
Movimento das Donas de Casa pela Segurança dos Alimentos — Tubarão (SC)	78
Capacitação de Professores em Consumo Sustentável — São José dos Campos (SP)	80
Sugestões de ações na esfera de consumo, educação alimentar e nutricional	82
Programas emergenciais e de atendimento a grupos populacionais específicos	83
Merenda Escolar Enriquecida — Japonvar (MG)	84
Promoção do Aleitamento Materno	87
Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) — Rio de Janeiro (RJ)	90
Programa Lixo e Cidadania — São Bernardo do Campo (SP)	92
Sugestões de ações no âmbito dos programas emergenciais e suplementares para públicos específicos	96
 INICIATIVAS EMPRESARIAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	 99
Barcarena do Futuro — Alumina do Norte do Brasil S/A (Alunorte)	100
Poema — Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia — DaimlerChrysler do Brasil	101
Vamos Plantar — Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul)	102
Soja Orgânica — Comércio Justo — Business and Social Development (BSD)	103
Caras do Brasil — Grupo Pão de Açúcar	104
Um Milhão de Cisternas — Federação Brasileira de Bancos (Febraban)	105
Cisternas no Semi-Árido e Colher de Medida para Soro Caseiro — Grupo SOL Embalagens	106
Amigos do Prato — Sesc-Ceará	107
Banco Rio de Alimentos — Linha Amarela S/A (Lamsa)	108
Capital Criança — Unimed	109
Adote uma Comunidade — Kraft Foods Inc.	110
Luz das Letras — Companhia Paranaense de Energia (Copel)	111
Reciclando Papel — Companhia Suzano de Papel e Celulose	112
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 113
 SITES DE INTERESSE	 114

Apresentação



O Brasil está passando por um momento muito especial. Pela primeira vez em nossa história, o conjunto da sociedade brasileira está sendo desafiado a concentrar esforços em um único objetivo social: acabar com a fome, definitivamente. Ao lançar o Programa Fome Zero, o governo federal elegeu a erradicação da fome como meta social prioritária dessa administração e vem criando condições para que amplos setores da sociedade articulem seus esforços nesse sentido. Considerando que cerca de um quarto da população brasileira vive em condições de insegurança alimentar, esse é o maior projeto de inclusão social já lançado no País, com poucos paralelos na história mundial.

Para realizá-lo, porém, é preciso ir à raiz do problema. A fome é o resultado de um modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e excludente. Por conseguinte, para erradicar a fome, não basta um conjunto de ações exemplares de distribuição de alimentos. É preciso construir um modelo de sociedade mais equitativo, ambientalmente sustentável e que tenha a segurança alimentar como eixo estratégico de desenvolvimento.

A realização de tal tarefa, por sua envergadura, requer a participação do Estado e a construção de políticas públicas que conduzam os diferentes segmentos sociais à construção coletiva desse novo modelo de desenvolvimento. A participação do setor empresarial nesse processo também é imprescindível, dado seu poder econômico e político e sua capacidade de mobilizar recursos e empreender ações sociais significativas e sustentáveis.

Com essa perspectiva, as ações de responsabilidade social das empresas tendem a adquirir uma nova qualidade, principalmente ao se entrelaçarem com os esforços de outros segmentos sociais na constituição de uma trama social mais justa, que procure ampliar as opções de inclusão social.

Esta publicação tem o objetivo de contribuir com esse processo, integrando o conjunto de iniciativas que o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social vem promovendo no sentido de estimular o debate e apresentar alternativas para que os mais diferentes setores da sociedade possam participar desse grande chamado nacional pela erradicação da fome no País. Realizada em parceria com o International Finance Corporation e o Pólis — Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, a publicação reúne elementos que mostram como as empresas podem dar sua contribuição para a construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento local.

Em sua primeira parte, a publicação desenvolve o conceito de segurança alimentar e nutricional em suas diferentes dimensões — a produção de alimentos; o acesso; a educação alimentar e nutricional e a organização dos consumidores; e, por fim, as políticas emergenciais de atendimento a grupos populacionais específicos —, indicando as possibilidades de engajamento do empresariado em cada uma delas.

Em seguida, são apresentadas experiências significativas de comunidades e municípios que, ao se mobilizarem para resolver problemas concretos de produção e de acesso aos alimentos, dão bons exemplos de projetos e de políticas de segurança alimentar e nutricional. Os casos relatados indicam caminhos a serem seguidos e experiências que podem ser apoiadas ou reproduzidas em outras regiões.

Por fim, são relatados programas desenvolvidos ou apoiados por empresas, que ilustram os objetivos da publicação, mostrando tipos de ações convergentes com a construção de políticas de segurança alimentar e nutricional e com a promoção de um desenvolvimento mais equitativo e socialmente sustentável.

Agradecemos a participação de todas as organizações da sociedade civil, empresas e órgãos públicos que contribuíram para viabilizar esta publicação, relatando suas experiências ou fornecendo informações adicionais.

Os relatos aqui apresentados estão longe de esgotar as experiências em curso ou o potencial de engajamento dos diferentes segmentos sociais na construção de um país mais justo. Contamos com seu apoio para ampliar o alcance destes relatos. Envie a descrição das atividades de sua empresa, prefeitura ou comunidade por meio do site www.fomezero.org.br.

Segurança alimentar como estratégia de desenvolvimento e inclusão social

O acesso à alimentação é um dos direitos fundamentais consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Toda pessoa tem direito ao alimento seguro, de consumir de acordo com os próprios valores, de receber informação sobre a composição dos alimentos que ingere e de desenvolver hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis.

O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de alimentos. A agricultura brasileira vem registrando sucessivos recordes de produção — a última safra chegou a 116 milhões de toneladas de grãos. A despeito de tamanha oferta, cerca de 46 milhões de brasileiros vivem em condições de insegurança alimentar, ou seja, sem acesso regular aos alimentos necessários para sua sobrevivência. A esse contingente — um quarto da população do País — é negado um dos direitos humanos mais elementares: o direito ao alimento necessário para uma vida digna.

A fome e a desnutrição são consequências diretas da extrema pobreza em que vive parcela significativa da população brasileira, resultado de uma profunda desigualdade na distribuição da riqueza e do poder na sociedade, agravado pelo crescente desemprego. São, também, produtos de um desenvolvimento econômico que prioriza apenas a dimensão econômica, sem uma política de segurança

alimentar e nutricional que, entre outras medidas, garanta a sobrevivência das parcelas mais pobres da população.

A erradicação da fome pressupõe inverter a dinâmica que faz com que a miséria se reproduza indefinidamente. Para que isso seja possível, torna-se necessário operar mudanças estruturais no modo como é conduzida a vida econômica. Requer, também, eleger a questão da segurança alimentar e nutricional como estratégia orientadora para o desenvolvimento do País.

Tais mudanças encontraram terreno para se concretizar a partir do lançamento do Programa Fome Zero, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu como prioridade de seu governo, conclamando as organizações da sociedade civil, as empresas e todas as instâncias da administração pública a participar dessa iniciativa.

No entanto, embora o combate à fome envolva ações emergenciais de atendimento aos grupos sociais que vivem em situação de risco alimentar, sua erradicação não

acontecerá como produto imediato de ações exemplares. Poderá ocorrer a médio e a longo prazos, como resultado de políticas públicas que envolvam desde o governo federal até os menores municípios brasileiros, sendo capazes de canalizar e potencializar as iniciativas da sociedade brasileira nessa direção. Essas políticas públicas devem, também, conduzir a novas formas de produção e distribuição de riquezas, que tenham a segurança alimentar e nutricional como linha mestra de desenvolvimento.

Servindo de rumo para essa política de desenvolvimento econômico e social e de fator potencializador das iniciativas das organizações da sociedade civil e das empresas, o Fome Zero pode se transformar no maior e mais eficiente programa de segurança alimentar e nutricional já realizado no País, com forte efeito indutor de crescimento econômico e de distribuição de renda.

Para que o acesso aos alimentos seja garantido para toda a população, as políticas de segurança alimentar e nutricional devem orientar a intervenção em dois planos simultaneamente: o das ações emergenciais e o das ações estruturantes. Ao mesmo tempo em que é preciso garantir o alimento a quem tem fome, é indispensável criar condições para que o acesso ao alimento seja permanente. Neste plano localizam-se as iniciativas que visam à superação da pobreza e à promoção de um desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável e socialmente justo, condições básicas para assegurar o acesso regular a alimentos de qualidade para toda a população.

Superar a pobreza significa, desde logo, criar empregos e oportunidades de trabalho nos diversos segmentos econômicos, bem como recuperar o poder de compra dos salários e demais rendas do trabalho. Implica, também, dar atenção especial ao amplo conjunto de pequenos e médios empreendimentos alimentares rurais e urbanos existentes no País, que devem ser vistos como um dos pilares do desenvolvimento baseado na promoção da segurança alimentar e nutricional. O bom desempenho desses empreendimentos tem um duplo efeito social: amplia a oferta de alimentos de qualidade e, ao mesmo tempo, cria oportunidades de trabalho e renda para as famílias envolvidas, capacitando-as a adquirir os alimentos e outros bens de que necessitam. Constitui-se, assim, como fator de dinamização das economias locais.

O estímulo à produção de alimentos envolve o apoio a programas como os de assentamento rural e de reforma agrária, de desenvolvimento da agricultura familiar, de capacitação para melhoria contínua da produção e agregação de valor ao produto agrícola, de promoção de novos espaços de comercialização, de incentivo ao empreendedorismo social, às micro e pequenas empresas e às diversas atividades geradoras de trabalho e renda para populações em risco alimentar e social. Ações que necessariamente precisam adequar-se às diferentes situações políticas e socioambientais brasileiras.

Uma política dessa envergadura envolve decisões de efeitos estruturais, geralmente definidas nas esferas federal e estaduais. No entanto, políticas dessa natureza devem gerar contrapartidas e

Segurança alimentar e nutricional é a garantia de acesso regular a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, em condições sociais e culturais dignas e em práticas alimentares saudáveis, no contexto de desenvolvimento integral do ser humano.

complementos em âmbito local. A fome deve ser enfrentada ali onde ela se faz presente — nos pequenos municípios pobres espalhados por todo o País, nos bolsões de pobreza nas médias e grandes cidades. É aí também que as iniciativas das empresas e das organizações da sociedade civil, articuladas com as políticas públicas locais, podem estabelecer sinergias que potencializem o desenvolvimento da comunidade. As políticas públicas de segurança alimentar, traçadas de acordo com a realidade social, cultural e ambiental do município ou localidade a que se destinam, desempenham papel decisivo na mudança real do cenário de insegurança alimentar existente no Brasil.

Por sua natureza, essas políticas municipais de segurança alimentar e nutricional precisam ser intersetoriais e continuadas, com um horizonte de tempo que, não raro, ultrapassa os limites de uma única gestão. Para enfrentar a tendência às ações segmentadas e compartimentadas nas várias estruturas em que se divide a administração pública, é preciso criar espaços institucionais para coordenar ações e explorar sinergias, favorecendo a participação de todos os setores sociais envolvidos. Torna-se necessário, também, criar condições que dêem sustentabilidade aos programas e ações em curso, evitando os conhecidos efeitos negativos da descontinuidade administrativa.

Nesse sentido, um primeiro aspecto ligado à gestão das políticas locais de segurança alimentar refere-se à sua institucionalização, visando torná-la menos exposta aos vaivéns da política municipal. Em alguns casos, cabem iniciativas no

âmbito do Poder Legislativo, podendo mesmo chegar-se à elaboração de lei instituindo um sistema municipal de segurança alimentar e nutricional, com um fundo próprio.

O segundo aspecto diz respeito à capacitação técnica dos quadros públicos e, principalmente, à sua sensibilização política para tratar com segmentos da população de modo a superar o assistencialismo tradicional. O terceiro elemento essencial para a sustentabilidade dos programas de segurança alimentar e nutricional é o forte enraizamento social das ações públicas, governamentais e não-governamentais, desenvolvidas no âmbito desses programas. Para que ocorra esse enraizamento, é preciso criar espaços para uma efetiva participação social na formulação, implementação e monitoramento dos programas, apoiar as inúmeras ações já implementadas pelas organizações da sociedade civil, bem como buscar o envolvimento organizado dos beneficiários dessas ações.

O que pode ser feito em segurança alimentar no âmbito local

A fome está presente no País inteiro, mas em algumas regiões e grupos sociais a situação de risco alimentar é mais grave. Com base nessa constatação, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e de Combate à Fome (Mesa) estabeleceu áreas e grupos populacionais que serão priorizados pelo Programa Fome Zero: o Semi-Árido nordestino, incluindo o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais; os acampamentos e assentamentos rurais; as aldeias indígenas; os grupos quilombolas; e a população que vive *nos* e *dos* lixões.

Trabalhando com as prioridades definidas acima ou atuando em qualquer município brasileiro, as empresas têm condições de se integrar ao Programa Fome Zero, desenvolvendo ou apoiando programas e ações que somem esforços no sentido de erradicar a fome no País. Sempre que possível, é conveniente articular as

ações empresariais de combate à fome com as iniciativas públicas e de organizações da sociedade civil realizadas com o mesmo objetivo, criando sinergias que potencializem todas as experiências.

Em muitos municípios, os fóruns para essa articulação já existem sob a forma de conselhos ou comitês gestores voltados para a promoção do desenvolvimento local, formados por representantes da sociedade civil organizada e do poder público. Esses são espaços privilegiados para o conjunto dos atores sociais — empresas, grupos e redes sociais e governo — mapear as carências da região e articular uma política de segurança alimentar e nutricional que integre as ações em curso. No entanto, na maior parte das regiões carentes do País, esses fóruns ainda estão para ser criados e o estímulo à sua constituição pode ser um dos elementos dos projetos apoiados pelas empresas.

As dimensões da segurança alimentar

Uma política de segurança alimentar compreende pelo menos quatro dimensões básicas e estreitamente integradas, por mais diversificado que seja o leque de ações e iniciativas que possa articular.

A primeira dimensão diz respeito às intervenções na esfera da produção de alimentos, rural ou urbana, desde a produção para autoconsumo pelas famílias rurais, passando pela produção mercantil de matéria-prima ou produtos *in natura*, e englobando os alimentos preparados e refeições.

A segunda dimensão de uma política de segurança alimentar é relativa ao acesso aos alimentos e inclui as ações no campo do abastecimento e comercialização.

A terceira relaciona-se à esfera do consumo e compreende a educação alimentar, a educação para o consumo sustentável e a organização dos consumidores.

A quarta dimensão é constituída pelos programas de distribuição de alimentos em caráter suplementar ou emergencial dirigidos a grupos populacionais específicos.

Políticas e ações de segurança alimentar devem dar especial atenção à água, elemento indispensável à vida e à produção. As formas de fazê-lo têm de ser definidas de acordo com as condições socioespaciais específicas, tendo em vista a biodiversidade do País e também a diversidade e complexidade dos territórios urbanos: construção de cisternas para a

garantia da água para o consumo nas épocas de estiagem; açudes e canais de irrigação para a produção; redes urbanas de distribuição e de saneamento ambiental etc. Todas as ações, naturalmente, devem ser pautadas pelo rigoroso controle da poluição, pelo estímulo aos projetos de recuperação de rios e córregos, de replantio de matas ciliares, bem como por ações de conscientização contra todas as formas de desperdício.

Ações de segurança alimentar na esfera da produção

O apoio à agricultura familiar, especializada ou não na produção de alimentos, e a outras formas de produção e serviços ligados às famílias rurais deve ocupar papel de destaque numa estratégia de desenvolvimento centrada na segurança alimentar. Por serem geradoras de ocupação e renda no meio rural, essas atividades são elos importantes na cadeia produtiva e de circulação de riquezas local e regionalmente.

A ampliação das áreas cultivadas e o aumento da produtividade agrícola em projetos ambientalmente sustentáveis são condições básicas para a maior oferta de alimentos de qualidade. Embora as decisões sobre assentamentos rurais e reforma agrária pertençam à órbita federal, várias ações podem ser empreendidas em nível local pelo empresariado ou pelo poder público, que facilitem o acesso à terra para projetos cooperativados de produção de alimentos. Essas ações envolvem desde a cessão de terrenos rurais e urbanos para agricultores sem-terra instalarem hortas comunitárias ou familiares, até a capacitação para a criação de hortas domiciliares e o apoio a cooperativas de produção. A experiência da Cooperativa de Produção Vitória, em Paranaciti (PR), relatada nesta publicação, mostra as potencialidades do trabalho coletivo em um assentamento de reforma agrária em que a pequena parcela de terra destinada a cada família inviabilizava a exploração individual. Da mesma forma, a experiência em

agricultura urbana dos moradores de um bairro de Francisco Beltrão, no Paraná, teve o efeito de ampliar a oferta de alimentos de qualidade para uma comunidade extremamente pobre, gerando ocupação e renda para um grupo de moradores. O mesmo vem ocorrendo, em escala ampliada, com o Programa Vamos Plantar, da Eletrosul, que tem cedido as faixas de segurança sob as linhas de transmissão para que agricultores sem-terra possam produzir alimentos.

O acesso ao crédito é indispensável tanto para garantir a produção de alimentos nas áreas rurais ou urbanas, quanto para criar pequenos empreendimentos agroindustriais capazes de agregar valor ao produto agrícola e gerar trabalho e renda. A experiência do Fundo Municipal de Aval, instituído em Poço Verde, pequeno município de Sergipe, pode ser replicada Brasil afora. O acesso ao crédito pelos pequenos produtores foi determinante para a superação de uma profunda crise que paralisava a economia local. Além de possibilitar a retomada da produção agrícola, estimulou o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores. As empresas podem contribuir para a criação de fundos para crédito rotativo aos produtores, ou, ainda, para fundos de aval que favoreçam o acesso aos mecanismos de financiamento já existentes.

Outro aspecto-chave para o avanço dos pequenos negócios rurais e urbanos é a capacitação dos produtores para aumentar a qualidade e agregar valor a seus produtos,

atividade em que as empresas podem contribuir fortemente. Nesse sentido, a experiência do Centro de Empreendimentos Rurais de Sacramento, em Minas Gerais, ou a trajetória do Centro Ecológico do Rio Grande do Sul, aqui relatadas, são exemplares, embora desenvolvidas em condições socioambientais muito diferenciadas. A contribuição das empresas nessa área pode se dar pelo apoio às organizações da sociedade civil que prestam assessoria às entidades de produtores, ou diretamente, pela alocação de recursos materiais e humanos para a instalação de centros de pesquisas locais e regionais dedicados ao fomento e à melhoria dos empreendimentos de pequenos produtores agrícolas.

Os investimentos na infra-estrutura necessária para a produção, circulação e comercialização de produtos da pequena agricultura familiar representam uma área em que a contribuição empresarial pode ser muito significativa. Os pequenos produtores dificilmente têm condições de, individualmente, adquirir tratores e outras máquinas para trabalhar o solo, bem como para a instalação de câmaras frias e equipamentos para processamento e envasamento de alimentos.

Várias iniciativas alinham-se nesse nível: construção e manutenção de estradas vicinais; implantação de centrais cooperativadas de máquinas e equipamentos para uso coletivo dos pequenos produtores; instalações de uso comum para processamento e armazenamento de produtos agropecuários; centrais de comercialização que viabilizem aspectos legais de difícil acesso aos

pequenos produtores, como a emissão de notas fiscais; entre outras.

Nas cidades, os pequenos empreendimentos de processamento de alimentos e de fornecimento de refeições devem receber especial atenção em uma política de segurança alimentar e nutricional. Além de gerarem trabalho e renda, esses estabelecimentos respondem pela alimentação de uma parcela significativa dos trabalhadores urbanos, podendo constituir-se em canais de escoamento para a produção agrícola de base familiar local.

Empresas, organizações da sociedade civil e órgãos públicos podem apoiar iniciativas desse tipo já existentes, por meio de capacitação técnica e gerencial de seus responsáveis, ou mediante a criação de mecanismos de crédito. O poder público local deve fazer o controle de qualidade e exercer um serviço de vigilância sanitária que também seja capaz de orientar os responsáveis pelos pequenos e médios estabelecimentos.

Ações de segurança alimentar na esfera de abastecimento e acesso aos alimentos

Embora a maioria dos municípios brasileiros tenha algum tipo de gestão de equipamentos de abastecimento, verifica-se que raramente existe uma política municipal de abastecimento propriamente dita. Mais raro ainda é a adoção de um enfoque de segurança alimentar que integre pelo menos três planos: a oferta de produtos de qualidade, a promoção da agricultura e da agroindústria familiares e a garantia de acesso da maioria da população aos alimentos.

Conseguir escoar sua produção é um desafio para a maioria dos pequenos produtores familiares. Falta-lhes meios de transporte, espaços para a comercialização, mão-de-obra e, muitas vezes, requisitos legais, como notas fiscais, que lhes permitam vender sua produção para empresas ou órgãos públicos. Para os consumidores, especialmente os de baixa renda, é preciso garantir o acesso aos alimentos de qualidade, baratos e em locais próximos de suas residências.

Ações e políticas de segurança alimentar devem dar especial atenção à construção de canais de comercialização por meio dos quais os pequenos produtores possam oferecer seus produtos diretamente aos consumidores ou, ainda, aos agentes ligados aos pequenos empreendimentos urbanos de processamento de alimentos e fornecimento de refeições. Isso pode ser feito pela cessão de espaços nos equipamentos públicos de abastecimento já

existentes para associações ou cooperativas de produtores, pelo investimento em novos equipamentos, como mercados, entrepostos e feiras, ou, ainda, pela promoção de feiras de produtores, festas de produtos típicos. Em Chapecó, no oeste catarinense, a experiência das feiras de produtos coloniais e agroecológicos, relatada nesta publicação, mostra a importância da construção desse tipo de canal de comercialização para produtores e consumidores. Em outro âmbito, o Grupo Pão de Açúcar está abrindo espaço em suas lojas espalhadas por 12 estados para a comercialização da produção de centenas de projetos comunitários de desenvolvimento sustentável e inclusão social, contribuindo assim para a viabilização econômica dessas iniciativas.

As compras públicas institucionais, como as realizadas para a merenda escolar, para preparo de refeições em hospitais e em outras instituições públicas, têm um papel importante na promoção dos pequenos empreendimentos alimentares rurais e urbanos. Da mesma forma, as empresas também podem promover a pequena produção, implantando restaurantes para seus funcionários e pautando suas compras de alimentos por critérios de promoção social.

Empresas e órgãos públicos podem estabelecer parcerias com pequenos produtores familiares que envolvam a solução de alguns aspectos formais do processo de comercialização. A emissão de

notas fiscais, necessária para poder participar das compras públicas, por exemplo, e de difícil solução para os agricultores individuais, poderia ser encaminhada por meio de uma central coletiva de comercialização, constituída com o apoio dos serviços especializados das empresas.

O transporte da produção para os locais de comercialização é um item que pesa no preço final do produto, afetando produtores e consumidores. Pequenos agricultores têm dificuldade de manter meios e pessoal preparado para essa tarefa, o que resulta em perdas na produção e na dependência de intermediários. As ações de segurança alimentar devem dar especial atenção a esse aspecto, apoiando a criação de serviços de transporte que possam ser geridos coletivamente pelos produtores organizados, capacitando pessoal para evitar perdas, pesquisando embalagens adequadas e ecologicamente corretas. As empresas ainda podem equacionar a utilização de sua infra-estrutura, cedendo equipamentos e recursos humanos para essas tarefas.

A implantação de restaurantes populares, com oferta de refeições de qualidade a preços subsidiados, também integra as ações de segurança alimentar de âmbito local. Geridos pelo poder público, por organizações não-governamentais ou pela iniciativa privada, esses restaurantes constituem-se em alternativa para as refeições fora de casa para amplas parcelas da população de baixa renda, além de exercerem um efeito regulador de preços sobre os estabelecimentos de sua vizinhança. O Restaurante Popular mantido

pela Prefeitura de Belo Horizonte é um exemplo para outros estabelecimentos do gênero, podendo ser implantado em qualquer município brasileiro.

A prática da agricultura urbana por meio de hortas comunitárias, escolares e domiciliares é uma forma de garantir o acesso a alimentos de qualidade e de enriquecer o cardápio. Em Campo Grande, subúrbio do Rio de Janeiro, e nos bairros pobres de Belo Horizonte, a capacitação de grupos de multiplicadores resultou na organização de pequenas hortas domiciliares e na diversificação da dieta das famílias participantes.

Ações de segurança alimentar na esfera do consumo

A garantia da oferta de alimentos de qualidade é um fator indissociável de uma política sustentável de segurança alimentar e nutricional. A busca por qualidade deve enfrentar e superar a perversidade presente nos mercados informais de alimentos, em que um número expressivo de produtores de baixa renda oferece produtos de baixa qualidade a um número também expressivo de consumidores de baixa renda.

Para quebrar esse círculo vicioso, é imprescindível investir na qualificação de todos os elos da cadeia — produção, distribuição e consumo. Na esfera do consumo, essa qualificação implica investimentos na educação do consumidor, com a promoção de cursos e oficinas de educação alimentar e nutricional, de educação para o consumo sustentável e de estímulo à organização dos consumidores para a defesa de seu direito a um alimento saudável e de qualidade.

A educação alimentar deve ser incorporada como dimensão estratégica de uma política de segurança alimentar. É preciso desenvolver habilidades e construir os conhecimentos que capacitem as pessoas a escolher seus alimentos e a processá-los corretamente, aproveitando-os integralmente. Isso deve ocorrer não apenas nas instituições públicas e coletivas, como escolas, mas chegar até a produção doméstica de alimentos, de abrangência familiar. Iniciativas como a do Centro de Referência em Segurança Alimentar do Butantã, aqui relatada, situado em um dos maiores bolsões de pobreza da capital paulista, podem ser apoiadas ou replicadas em outras regiões semelhantes. Seus

objetivos incluem traduzir os conteúdos de segurança alimentar para as práticas alimentares cotidianas dos moradores da região, orientando as comunidades para que desenvolvam alternativas próprias contra a fome.

As empresas também têm condições de contribuir para a educação alimentar de segmentos da população, incluindo o tema em todas as suas estratégias de comunicação, interna e externa, além de praticá-la em seus refeitórios. Empresas ligadas mais diretamente à produção e distribuição de alimentos no varejo têm a oportunidade de ampliar ainda mais seu raio de abrangência, com ações de comunicação específicas para seus clientes e consumidores. Programas de educação alimentar dirigidos a grupos com problemas específicos — obesidade, diabetes, alergia a determinados alimentos, como glúten ou leite de vaca — também podem ser objeto de apoio empresarial e devem integrar as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

Em um país com as dimensões do Brasil, a comida é um dos fortes traços culturais definidores da identidade regional. Uma política de segurança alimentar precisa respeitar essa dimensão e, ao mesmo tempo, investir em estratégias educacionais para que a população desenvolva hábitos de consumo mais saudáveis, diversificados e ambientalmente sustentáveis.

As redes públicas e particulares de educação básica — creches e ensino fundamental e médio — são espaços privilegiados para a promoção de cursos de educação alimentar e de educação para o

O consumo ambientalmente sustentável é feito com base na escolha consciente de bens e serviços que provoquem impactos mínimos no ambiente, seja porque sua produção tem o cuidado de preservar o equilíbrio ambiental, seja porque os resíduos associados à sua utilização podem ser absorvidos sem causar danos ambientais irreversíveis.

consumo, por seu caráter multiplicador na sociedade. Há que se aprender a comer na escola e a transformar a merenda em um momento de aprendizagem sobre alimentação. Temas relativos à alimentação já constam dos currículos escolares, mas seria fundamental adequá-los à realidade cotidiana das crianças. Os cardápios da merenda escolar devem ser reavaliados, bem como os alimentos oferecidos nas cantinas escolares. Isso nos remete à necessária capacitação tanto dos profissionais que trabalham com a produção da alimentação escolar — merendeiras e nutricionista —, quanto do corpo docente, para que possa lidar com o tema em sala de aula. A experiência desenvolvida pela organização Vida Brasil, com uma rede de creches comunitárias de Fortaleza, mostra a potencialidade da educação alimentar.

A qualidade dos alimentos oferecidos à população é um aspecto da segurança alimentar e nutricional que pode ser objeto de ação dos segmentos empresariais, pelo apoio tanto à qualificação dos produtores, quanto à organização dos consumidores. Na esfera pública, os serviços de inspeção animal e vigilância sanitária são fortes aliados para a melhoria da qualidade dos alimentos. A descentralização desses serviços, normalmente concentrados nas esferas federal e estaduais, contribui para a construção de critérios mais próximos da realidade dos pequenos produtores familiares, sendo mais permeáveis, também, à participação mais efetiva dos consumidores. A Vigilância Sanitária de Minas Gerais, por exemplo, atuando em conjunto com as organizações de

produtores, conseguiu regulamentar a pequena agroindústria artesanal de alimentos e melhorar a qualidade dos produtos.

No Município de Tubarão (SC), o apoio dos serviços de inspeção animal e vigilância sanitária ao movimento conduzido pela Associação das Donas de Casa de Tubarão, experiência relatada nesta publicação, teve um papel realmente transformador das condições em que os alimentos são produzidos e comercializados no município.

Programas alimentares emergenciais e suplementares para públicos específicos

Garantir comida a quem tem fome é uma das dimensões mais imediatas e visíveis de uma política de segurança alimentar e nutricional. São vários os programas públicos e as ações de organizações sociais e empresariais atuando nesse sentido. O Programa Fome Zero instituiu para esse fim o cartão-alimentação e vem criando uma estrutura de atendimento às famílias que não conseguem suprir por meios próprios suas necessidades alimentares e nutricionais, envolvendo forte participação da sociedade civil. Bancos de alimentos, como os organizados pelo Sesc em várias capitais brasileiras, vêm mobilizando empresas e voluntariado, constituindo-se numa alternativa criativa de levar comida a quem tem fome, conforme relatado nesta publicação.

Em todos os municípios brasileiros, estejam ou não nas áreas prioritárias de atendimento do Fome Zero, é possível mapear as carências alimentares nutricionais da população, identificar as famílias e grupos em situação de risco e traçar políticas e programas para atendê-los. Para isso, as empresas e o poder público podem contar com a ampla experiência de organizações não-governamentais que vêm promovendo ações desse tipo há anos, em suas áreas de atuação. Em algumas localidades, contam, também, com alguns serviços públicos exemplares. O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) é um deles. Previsto na Política Nacional de

Alimentação e Nutrição, de 1990, e implantado em alguns municípios brasileiros, o Sisvan tem demonstrado ser um instrumento estratégico para as ações de segurança alimentar no plano municipal. Um bom exemplo é o Sisvan-RJ, cuja experiência está relatada nesta publicação.

A doação de alimentos é a forma mais convencional de fazer face às carências alimentares de grupos populacionais específicos. Ações desse tipo têm sido implementadas no Brasil ao longo da história, articuladas a partir das diferentes esferas de poder — dos programas federais às ações localizadas do poder municipal ou de entidades assistenciais.

Os programas emergenciais e compensatórios são necessários diante da atual situação de urgência, já que carência alimentar e nutricional pode levar à morte. No entanto, toda ação desse tipo voltada para grupos específicos como parte de uma política de segurança alimentar e nutricional que tenha como objetivo erradicar a fome, eliminando suas causas, deve ter pelo menos quatro componentes básicos:

1. Ter caráter educativo, contribuindo para a formação de hábitos e práticas alimentares saudáveis.
2. Ser organizadora, contribuindo para que os beneficiários dessas políticas se articulem para a defesa de seus direitos e para superar a condição de necessidade em que vivem.

3. Ser emancipadora, visando promover a autonomia, e não a dependência, dos beneficiários.
4. Contribuir para dinamizar a economia local e regional, privilegiando a compra da produção de pequenos empreendimentos rurais e urbanos, gerando ocupação, emprego e renda.

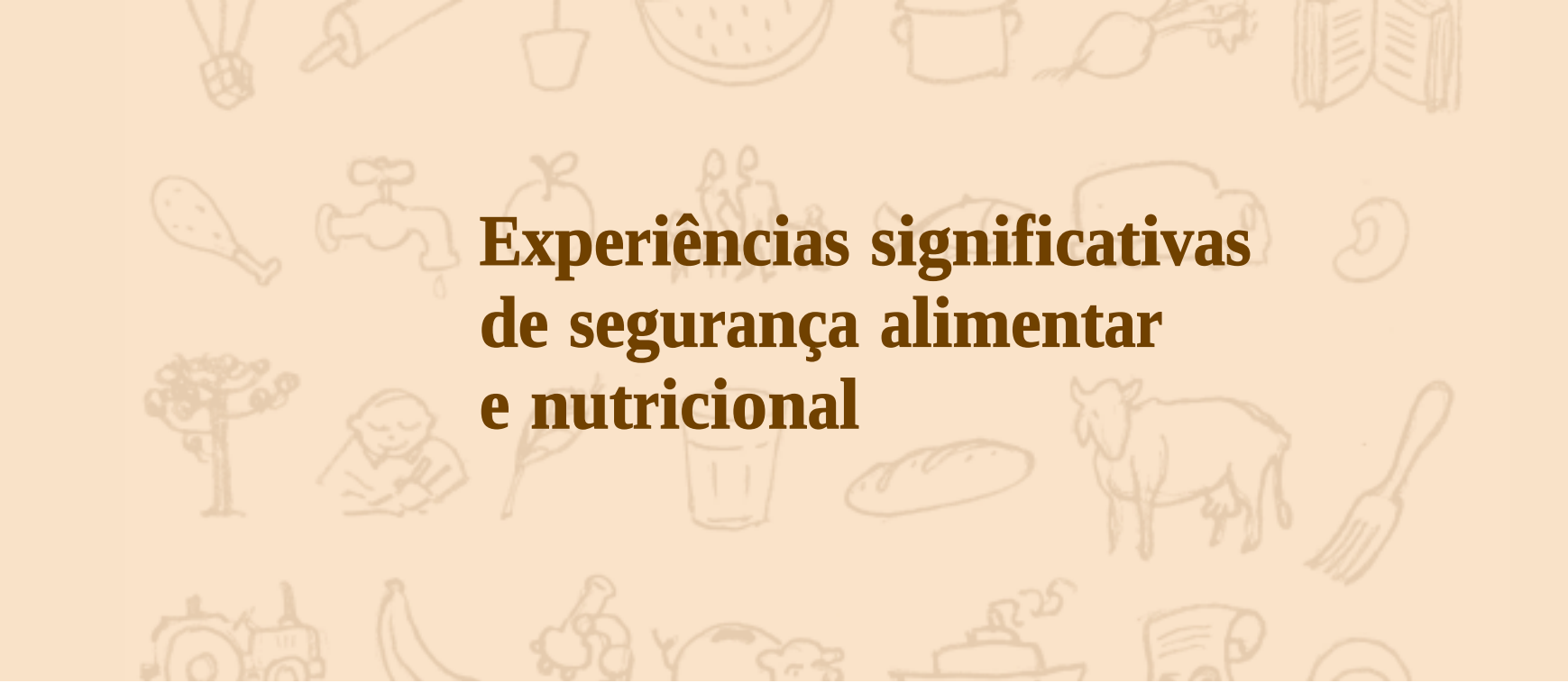
O Programa de Merenda Escolar Enriquecida de Japonvar, no norte de Minas Gerais, por exemplo, articula esses quatro componentes, transformando a produção da merenda em um fator de promoção de opções de desenvolvimento para a população local.

Famílias vivendo em lixões, acampamentos de agricultores sem-terra e populações indígenas também fazem parte dos grupos populacionais a ser atendidos prioritariamente pelo Programa Fome Zero. Nesses casos, a importância do caráter emancipador dos programas de segurança alimentar ainda é mais evidente.

Ações de segurança alimentar e inclusão social das famílias que vivem *nos* e *dos* lixões devem ter como perspectiva a erradicação dessa forma de trabalho e a integração dos catadores a sistemas públicos de coleta seletiva, triagem e comercialização de resíduos. A constituição de centrais de triagem, beneficiamento e comercialização de materiais reaproveitáveis é uma alternativa para gerar trabalho e renda em condições dignas para essa parcela da população. O Programa Lixo e Cidadania em São Bernardo do Campo, com a organização dos catadores e da população que vivia no lixão e a implantação da coleta seletiva, é uma experiência que pode ser reproduzida, com

as adaptações necessárias, em boa parte do País. A parceria entre a Companhia Suzano de Papel e Celulose e a Cooperativa dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de São Paulo (Coopamare) também ilustra um tipo de ação empresarial de promoção social exemplar.

Também é grande o leque de possibilidades de ações emergenciais de segurança alimentar junto às populações indígenas e quilombolas. Nesses casos, é importante considerar que a identidade étnica desses grupos está intimamente ligada a seu modo de vida e às formas tradicionais de produzirem seus alimentos e que a busca de opções viáveis para sua sobrevivência deve ter a preocupação de preservar sua identidade cultural, fator determinante para não jogá-los na marginalidade.

The background of the top section features a repeating pattern of light brown line-art icons on a slightly darker brown background. The icons include various food items like a chicken drumstick, a tomato, a banana, a loaf of bread, and a cow, as well as agricultural and food-related symbols like a water tap, a tractor, a fork, a bowl, and a book.

Experiências significativas de segurança alimentar e nutricional

Nas páginas que se seguem são apresentadas experiências significativas de entidades, comunidades, órgãos públicos e municípios que, em sua mobilização para resolver problemas concretos de produção ou de comercialização, de acesso aos alimentos ou de educação alimentar, indicam caminhos a ser seguidos. São empreendimentos, projetos ou políticas que podem ser apoiados ou reproduzidos em diferentes situações e regiões do País.

As experiências relatadas foram selecionadas de modo a contemplar um amplo espectro de atividades, de diferentes regiões brasileiras, realizadas em condições socioambientais e organizativas bem

diversas. Embora não esgotem as possibilidades em curso, elas são exemplares tanto em suas realizações ou em seu potencial de autodesenvolvimento, quanto em suas fragilidades, precisando ser apoiadas ou integradas a políticas públicas mais amplas para conquistarem sua sustentabilidade.

São 27 experiências, agrupadas segundo as quatro dimensões constituintes de uma política de segurança alimentar e nutricional. Ao final de cada grupo, são apresentadas sugestões sobre como as empresas podem apoiar experiências semelhantes ou que participem do mesmo campo de segurança alimentar.



Produção

Os dez relatos agrupados neste segmento apresentam diferentes iniciativas alinhadas no campo da produção de alimentos. São experiências que ilustram aspectos a serem contemplados por uma política de segurança alimentar, que podem ser apoiadas ou reproduzidas em outras regiões.

A primeira delas mostra os esforços de pequenos produtores de um assentamento de reforma agrária, o Santa Maria, no Paraná, para superar as dificuldades impostas por um terreno relativamente pequeno diante do número de famílias assentadas. Os dois relatos seguintes apresentam projetos locais de desenvolvimento rural, um no interior da Bahia, outro no interior de Minas Gerais. Com o mesmo sentido, a experiência do Fundo Municipal de Aval, de Poço Verde, em Sergipe, demonstra o quanto o acesso dos pequenos produtores ao crédito é fundamental para promover o desenvolvimento local. Este bloco inclui, também, duas experiências de implantação de pólos de produção de alimentos na Amazônia: um no Acre, por iniciativa do

governo do estado; outro na região da Floresta Nacional do Purus, no Amazonas, por iniciativa de organizações não-governamentais. Nos dois casos, a produção de alimentos é combinada com o extrativismo, com o manejo florestal e com a exploração de espécies nativas.

Esses temas e mais a agroindústria artesanal e a organização de mulheres também estão presentes nos dois relatos seguintes, um deles sobre as quebradeiras de coco babaçu do Maranhão, e o outro sobre a cooperativa de processamento de pescado das mulheres de Quissamã, no Rio de Janeiro. A implantação da agroindústria artesanal como forma de agregar valor à produção dos pequenos agricultores é o tema do penúltimo caso, realizado em Joinville, Santa Catarina. O último relato apresenta a expansão da agricultura ecológica no Rio Grande do Sul, com base na pequena propriedade.

Para encerrar este bloco, sugerem-se ações que compõem um conjunto de possibilidades de apoio das empresas às experiências apresentadas ou para sua reprodução em outros locais.

Assentamento e Exploração Coletiva da Terra

Paranaciti (PR)

Pouca terra para dividir e muita gente para alimentar. Esse foi o grande desafio das 25 famílias do assentamento Santa Maria, que ocupam uma área de 230 hectares, próximo da região urbana de Paranaciti, município de 10 mil habitantes do interior do Paraná. A experiência teve início em 1993, com a ocupação do terreno. No ano seguinte foi criada a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (Copavi), que, como as demais cooperativas de projetos de reforma agrária, filia individualmente os homens, as mulheres e os jovens dos assentamentos.

Como a área era pequena e comportaria apenas 12 famílias se fosse dividida em lotes individuais, a cooperativa optou pela exploração coletiva da terra e dos demais recursos produtivos e de parte da infra-estrutura necessária ao cotidiano das famílias. A implantação de um restaurante coletivo liberou as famílias de tarefas domésticas que, em geral, recaem sobre as mulheres, permitindo sua integração de forma mais igualitária no projeto.

O gerenciamento das atividades é feito pela diretoria da cooperativa, mas todos os associados, sejam homens, mulheres, jovens, adultos ou velhos, participam ativamente das discussões e dos encaminhamentos definidos. Um agrônomo e um veterinário prestam serviços ao assentamento.

Todos os participantes recebem um salário mensal correspondente às horas trabalhadas, pago com uma percentagem do valor obtido com a venda dos produtos — outra parte é destinada a investimentos e a saldar outros compromissos financeiros. Parte dos recursos financeiros necessários para implantar e manter o projeto foi obtida

a fundo perdido; outra parcela veio de um fundo rotativo mantido pelo Assessorar — ONG que atua no interior do Paraná, apoiando pequenos produtores. A Copavi contou, também, com recursos do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procerá). A ONG espanhola Grupo de Cooperação Campos de Terraço apoiou a implantação da agroindústria de processamento de banana.

Resultados

- O assentamento mantém atividades produtivas bem diversificadas, orientadas para a agroecologia, com a utilização de adubação verde e orgânica.
- São desenvolvidas a pecuária leiteira, com a produção de 750 litros de leite por dia com a utilização de ordenha mecânica; a suinocultura e a avicultura com abatedouro de frangos e de suínos e uma câmara fria; horticultura; bananicultura; produção de mandioca e de cana.
- Uma pequena agroindústria processa boa parte da produção. Os principais produtos são os laticínios e doce de leite; derivados de cana, como açúcar mascavo, melado, rapadura e aguardente; banana passa e doces de banana. A produção de bananas passa, projeto desenvolvido em convênio com a ONG espanhola Grupo de Cooperação Campos de Terraço, utiliza energia solar.
- Os produtos são comercializados em lojas de produtos naturais em grandes cidades, como São Paulo, Curitiba, Londrina e Maringá, entre outras.

Fatores de sucesso

Considerando a total descapitalização das famílias que participam dos assentamentos do MST, os créditos a fundo perdido ou subsidiados com juros baixos e de fácil acesso foram vitais para viabilizar o projeto, tanto nos investimentos iniciais como para o custeio da safra.

A organização interna da comunidade também deve ser ressaltada, pois é um fator que garante unidade na condução do projeto e disciplina na realização das tarefas.

A implantação de um refeitório coletivo foi determinante para a integração das mulheres em condições de igualdade nos processos decisórios e também nas tarefas da produção.

A instalação de uma agroindústria local para o processamento de parte da produção permitiu agregar valor aos produtos do assentamento e ampliar as oportunidades de comercialização.

Desafios e possibilidades

O acesso ao crédito para o financiamento da produção é difícil e instável. Não existem canais de comercialização para as cooperativas de assentados que mantenham empreendimentos agrícolas ou agroindustriais. Esses pequenos empreendimentos têm de trilhar os mesmos caminhos e precisam disputar espaço com grandes produtores nacionais e até internacionais.

O processamento de cana-de-açúcar precisa de novos equipamentos para melhorar a qualidade e ampliar o leque de produtos.

A agroindústria de processamento da banana da Copavi recebeu o Prêmio Internacional de Inovação Tecnológica, em 2002, da Associação dos Engenheiros da Catalunha (Espanha), por utilizar tecnologia de energia solar e por sua estrutura de produção com base na divisão do trabalho socialmente justa.

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

Araci (BA)

A constituição do Conselho de Desenvolvimento Rural em Araci ocorreu em 1996. Desde seu início, a adoção do lema “Alimento por trabalho” expressa a preocupação do organismo em promover a segurança alimentar da população.

O Conselho é composto por 14 membros — sete representantes de entidades dos produtores, seis ligados ao governo municipal e um do Movimento de Organização Comunitária (MOC), ONG que apóia a organização dos produtores na região.

A implantação do Conselho faz parte das contrapartidas locais para a integração do município no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). No entanto, como envolveu uma intensa participação das entidades locais, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Associação de Pequenos Agricultores do Município de Araci (APEB), teve forte impacto no processo de organização dos produtores familiares e na promoção do desenvolvimento local.

Em 1997, o Conselho aprovou o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e foram definidas quatro linhas gerais de ações: organização da produção; desenvolvimento da infra-estrutura sócio-econômica; promoção do associativismo e do cooperativismo; e a capacitação de produtores. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a Cooperativa de Crédito de Araci, que ampliou a capacidade dos agricultores em negociar e obter financiamento. Com mais de 700 associados, a cooperativa recebe e repassa recursos do Banco do Nordeste do Brasil.

Resultados

- Foram construídos um laticínio municipal, um centro educacional e a sede da cooperativa de crédito, três represas, depósitos e silos metálicos. Os recursos foram destinados pela Prefeitura, por órgãos públicos federais e estaduais e por organizações comunitárias. Também tiveram início ações de assistência técnica aos produtores.

- Quanto às atividades produtivas, foi dada prioridade à caprinocultura/ovinocultura, à diversificação das culturas e à implantação de agroindústrias familiares.

- O acesso à terra para os agricultores sem ou com pouca terra foi facilitado pela compra por meio da cédula da terra.

- Para viabilizar a emissão de notas fiscais, foi criado um centro de comercialização, que congrega as entidades de produtores, eliminando, assim, um dos entraves para que os agricultores vendam seus produtos para a merenda escolar.

- O Conselho também tem feito um esforço para a adaptação do calendário escolar às atividades agrícolas, de modo que as férias escolares coincidam com os períodos de pico de utilização de mão-de-obra.

- O bom funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural estimulou a implantação ou ativação de outros conselhos no município, como o Conselho da Criança e do Adolescente de Araci, entre outros.

- O plano de desenvolvimento local teve impacto positivo sobre o meio ambiente, mediante redução da erosão dos

Contato

David Gonçalves de Souza
Cooperativa de Crédito Rural de Araci
e Conselho Municipal de
Desenvolvimento Rural de Araci
Fone e fax: (75) 266-2200
Cel.: (75) 9121-9862
E-mail: sicoobaraci@redeserra.com

solos, reflorestamento com espécies nativas, recuperação de matas ciliares e destinação adequada de lixo e resíduos sólidos.

- Houve intenso debate sobre a Agenda 21 e sobre a necessidade de preservação ambiental em todas as escolas do município.

Fatores de sucesso

A organização da sociedade civil no município e a eficiência da Prefeitura foram determinantes para que o plano do Conselho de Desenvolvimento Rural se concretizasse. O conselho conta com o apoio de cerca de 40 associações de produtores e comunitárias.

A intensa fiscalização exercida pelas organizações da sociedade civil sobre as políticas públicas garantiu a realização dos planos.

Desafios e possibilidades

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural existe por decreto municipal. Sua constituição ainda não foi assegurada em lei aprovada pela Câmara. Com isso, não tem orçamento próprio e torna-se dependente do Poder Executivo municipal. O projeto de lei que institui o Conselho está sendo elaborado.

A obtenção de recursos para os projetos de desenvolvimento local é o grande desafio. Esses recursos poderiam vir de um direcionamento melhor do orçamento municipal, de outros órgãos públicos estadual e federal, bem como de agências de financiamento e da iniciativa privada.

Centro de Empreendimentos Rurais

Sacramento (MG)

O Centro de Empreendimentos Rurais (CER) de Sacramento foi implantado em 1997, como parte integrante de um plano de desenvolvimento local. Seu objetivo é centralizar a realização de cursos de formação de jovens empreendedores, fomentar e servir de incubadora para pequenas agroindústrias e cooperativas, além de encaminhar o financiamento de alguns dos planos de negócios desenvolvidos nos cursos.

O plano de desenvolvimento do município foi o resultado de um fórum de discussão — o Seminário de Avaliação Situacional — entre a administração municipal e as organizações da sociedade civil. Com base em uma análise da situação sócio-econômica do município, foram traçados os objetivos de curto e médio prazos e as estratégias para alcançá-los.

A implantação de uma política de segurança alimentar associada à promoção do desenvolvimento rural estava entre as metas a serem atingidas. Para conduzir esse processo foi criada a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente (Seama). Suas funções incluem o apoio à agricultura familiar, a formação de jovens empreendedores rurais, o incentivo à pequena agroindústria, a implantação da eletrificação rural, entre outras. O CER foi criado nesse contexto, para coordenar alguns dos programas da Seama.

As ações do CER têm como público prioritário os integrantes das 14 associações comunitárias e de produtores do município — cerca de 700 famílias. Os cursos de formação de empreendedores e as atividades de capacitação integram-se à estratégia de promoção da agroindústria

local. Os cursos transmitem noções de empreendedorismo, planejamento, técnicas produtivas e gerenciais. Como tarefa de conclusão, os alunos elaboram um plano de negócios e, se for o caso, um projeto de financiamento de agroindústria própria. O CER organiza uma agenda de atividades de capacitação com visitas aos municípios vizinhos, levando os novos empreendedores a conhecer experiências bem-sucedidas na área do agronegócio, garantindo transporte para os interessados.

Para fomentar o surgimento de novas unidades produtivas, o CER pôs à disposição das famílias de agricultores uma infra-estrutura básica com telefone e assessoria jurídica e contábil para abertura e manutenção de empresas. Para financiar os novos empreendimentos, foi criado um Fundo Rotativo, administrado pelas associações comunitárias e com verbas definidas nas instâncias do Orçamento Participativo. O acesso às verbas do fundo foi condicionado à apresentação do plano de negócios elaborado no curso de empreendedorismo. Os valores financiados giram em torno de 8 mil reais.

Contato

Américo Martins Borges
Prefeitura Municipal de Sacramento
Fone: (34) 3351-2940
Fax: (34) 3351-1198
E-mail: pagricultura@sacranet.com.br
Site: www.sacramento.mg.gov.br

Resultados

- Em um ano de funcionamento, o CER chegou a formar 40 alunos, financiando 14 novos empreendimentos.
- Houve melhoria sensível da capacidade organizacional dos agricultores familiares e das próprias comunidades.
- A modernização das técnicas e processos produtivos empregados pelas famílias de agricultores resultou em aumento da produtividade.
- A verticalização do processo produtivo, com implantação de agroindústrias artesanais, converteu-se em aumento de renda para o produtor. Algumas famílias aumentaram em mais de 150% seus ganhos quando passaram a produzir e vender queijo em vez de leite.
- Valorização do trabalho feminino, visto que as mulheres são as principais responsáveis pelo processamento dos alimentos.
- Apesar dessas mudanças, os produtores têm o cuidado de manter o sabor e demais características tradicionais da região — o “gosto mineiro”.

Fatores de sucesso

A implantação do CER teve baixo custo. Sua consolidação institucional foi decorrente de uma boa negociação com a Câmara Municipal e da articulação com outras áreas e programas em andamento no município.

O Fundo Rotativo foi importante para dar início a novos empreendimentos agroindustriais familiares.

A articulação do CER com as entidades da sociedade civil propiciou seu reconhecimento social e apoio nas instâncias do Orçamento Participativo.

O apoio dos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater MG) e da Secretaria Municipal de Agricultura foi determinante ao longo de todo o processo de concepção e implantação do CER.

A compra de parte da produção para a merenda escolar (polpa de frutas) garantiu o escoamento da produção, estimulando os pequenos produtores a persistir em seus empreendimentos.

Desafios e possibilidades

Muitas famílias resistiram a participar de cursos para aprender novas técnicas, que, muitas vezes, se confrontavam com as formas de produção que desenvolviam tradicionalmente. A mudança de atitude ocorreu aos poucos, pela comparação dos resultados práticos obtidos em termos de incremento de produtividade e otimização de recursos pelos pioneiros em adotar as mudanças.

Projetos coletivos, articulados via associações comunitárias, têm a vantagem de potencializar os recursos das famílias individuais, mas encontram grande resistência das famílias. Atualmente, existe apenas um projeto coletivo em andamento, envolvendo a participação de 29 famílias.

A capacitação do agricultor e os aumentos de produtividade não foram acompanhados no ritmo necessário pela criação de canais de escoamento da produção, gerando frustrações entre os pequenos produtores.

A grande dificuldade de obter recursos para o financiamento das agroindústrias, em instituições financeiras — não há linhas de crédito para essa modalidade de empreendimentos —, levou o governo municipal a articular, junto aos agricultores familiares das associações comunitárias rurais, a aprovação de recursos financeiros por meio do Orçamento Participativo.

A inadimplência de alguns beneficiários do Fundo Rotativo dificultou o ritmo de financiamento para novos empreendimentos. A falta de verbas para financiar novos projetos conteve as atividades da escola de formação de empreendedores.

A construção de novos canais de comercialização chocou-se com as legislações federal e estadual de inspeção animal e vigilância sanitária, que impedem a venda para além das fronteiras do município.

Os pequenos produtores ressentem-se da falta de um tratamento fiscal diferenciado. Atualmente as agroindústrias domésticas são tributadas nas mesmas bases das grandes empresas.

Os produtores também precisam encontrar formas de atender às exigências mercadológicas — marca institucional, selo, rótulo etc. A produção dos pequenos estabelecimentos não consegue pagar esses investimentos, mesmo tratando-se de produtos diferenciados.

O Centro de Empreendimentos Rurais foi uma das cinco experiências premiadas com destaque no ciclo Programa Gestão Pública e Cidadania 2000, iniciativa conjunta da Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford, com apoio do BNDES.

Fundo Municipal de Aval

Poço Verde (SE)

A dificuldade de acesso ao crédito pelos pequenos agricultores é um dos fatores limitadores para a expansão da produção de alimentos com base na agricultura familiar. Os obstáculos enfrentados envolvem o desinteresse dos agentes financeiros por operações de pequeno valor, as garantias exigidas aos agricultores e a dificuldade em obter a documentação necessária, além de seu alto custo. Esses impedimentos são encontrados principalmente no Banco do Brasil, apesar de sua condição de banco estatal executor de programas de governo. O Fundo Municipal de Aval, implantado em Poço Verde, em 1997, foi uma maneira criativa de superar essas limitações.

Poço Verde é um pequeno município com menos de 25 mil habitantes do Sertão Nordeste, distante 145 km da capital, Aracaju. Embora seja fortemente dependente da agricultura, 90% das propriedades rurais não têm título público e, portanto, não podem oferecer a escritura da propriedade como garantia de empréstimo. O município, que é o maior produtor de feijão de Sergipe e um dos maiores em milho, atravessou uma grave crise em meados da década de 1990. A agência do Banco do Brasil da cidade, que na década anterior realizava cerca de mil contratos de custeio de safra, em média, por ano, em 1995 não fechou nenhum contrato e, no seguinte, apenas 29. Com isso, estava prestes a fechar suas portas, o que interromperia o crédito rural no município.

Com o Fundo Municipal de Aval, a Prefeitura passa a assumir parte dos riscos da operação de empréstimo — no caso, 25%. Os agricultores entram com outros

25% e o Banco do Brasil, com 50%. Para candidatar-se ao Fundo, os agricultores devem se organizar em grupos de pelo menos dez membros, exigência que introduz um elemento de autofiscalização no uso dos recursos. No momento em que recebe o empréstimo, o grupo deve deixar sua parcela de 25% depositada numa conta de poupança. O valor será utilizado na quitação de parcelas do empréstimo. Essa retenção é possível pelo fato de o custo do projeto prever 33% do total para contratação de mão-de-obra, despesa inexistente em se tratando de agricultura familiar. A Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro) ajuda os agricultores na elaboração dos projetos que devem ser apresentados ao banco e, junto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, atesta a aptidão dos agricultores ao crédito.

A gestão do Fundo é feita pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Metade dos membros do conselho é composta por representantes dos agricultores familiares e metade, por técnicos, agentes financeiros e integrantes da administração municipal.

A implantação do Fundo Municipal de Aval favoreceu a chegada dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ao município. A introdução, em 1998, de um desconto no valor das parcelas pagas no dia do vencimento — o “rebate” do Pronaf-especial — como estímulo à adimplência tornou as condições ainda mais favoráveis. O nível de inadimplência nos contratos cobertos pelo Fundo Municipal não chega a 10% do total.

Contato

Rivan Francisco dos Santos
Prefeitura Municipal de Poço Verde
Secretaria de Comunicação
Fones: (79) 549-1946 e 549-1945
Fax: (79) 549-1945
E-mail: pverdese@infonet.com.br
Site: www.pocoverde.se.gov.br

Resultados

- Em 1997, ano de implantação do Fundo Municipal de Aval, dos 660 beneficiários do Pronaf no município, 482 foram atendidos pelo Fundo. No ano seguinte, dos 792 agricultores beneficiados pelo custeio agrícola, 692 contaram com aval do Fundo. Os números continuaram crescendo ano a ano. Em 2002, o Fundo beneficiou 1.395 agricultores de um total de 1.800.
- Nesses seis anos de existência do Fundo Municipal de Aval, o Pronaf aplicou R\$ 6.580.488,00 na agricultura de Poço Verde. A carteira de poupança dos grupos de Aval Solidário movimentou R\$ 1.273.696,00.
- Os impactos na produção agrícola local e na arrecadação de tributos foram significativos, com elevação de 30% no ICMS arrecadado, de 1997 para 1998.
- Cresceu o grau de organização dos agricultores familiares, com grande melhoria em sua qualidade de vida e nas condições de exercício da cidadania. Foi grande o número de agricultores que conseguiram tirar seus documentos pessoais (carteira de identidade e CPF) e abrir conta bancária.
- Hoje, além do envolvimento familiar nas atividades produtivas, a agricultura de Poço Verde é responsável pela geração de mais de 1.500 postos de trabalho no campo.
- O êxodo rural observado no momento de crise foi revertido — 48% da população atual do município vive no campo.
- A agência do Banco do Brasil de Poço Verde é uma das mais lucrativas do estado, com nível zero de inadimplência.

Fatores de sucesso

A ação do poder público municipal foi decisiva para a implantação do Fundo Municipal de Aval de Poço Verde.

A exigência de que os agricultores se organizassem em grupos solidários para recorrer ao Fundo contribuiu tanto para impulsionar a construção de uma organização de base mais forte, quanto para garantir a adimplência dos empreendimentos.

A compra da safra de 1998 de milho e feijão pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para compor as cestas básicas distribuídas pelo Programa Comunidade Solidária ajudou os agricultores a saldar suas dívidas na fase inicial do processo de retomada da produção.

Desafios e possibilidades

O Fundo Municipal de Aval pode ter sua abrangência ampliada, atendendo mais produtores, e também outras frentes de investimento, como financiamento da agroindústria familiar e da compra de novos equipamentos.

A agricultura de Poço Verde pode dar um salto de qualidade a partir de programas de capacitação dos agricultores para utilização de novas tecnologias nas lavouras. Faz-se necessário, também, um programa de regularização da propriedade fundiária.

A implantação de unidades de produção no campo, para o processamento do produto agrícola, visando à geração de emprego e renda no período de entressafras, seria um estímulo ao desenvolvimento local.

O município também está planejando um programa de irrigação com a água do subsolo e a construção de barragens, diminuindo os riscos à agricultura causados pela periódica falta de chuva.

O Fundo Municipal de Aval tem proporcionado reconhecimento a Poço Verde. Em 1997, o município recebeu o Prêmio Cidade Solidária, do Programa Comunidade Solidária; em 1998, ganhou o Prêmio Gestão Pública e Cidadania, conferido pela Fundação Getúlio Vargas, Fundação Ford e BNDES; e, em 2001, foi agraciado com o título de Município Modelo em Desenvolvimento Rural Centrado na Agricultura Familiar, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Rural, órgão executivo do Pronaf.

Pólos Agroflorestais

Estado do Acre

A implantação dos pólos agroflorestais no Acre teve início em 1993, como um programa da Prefeitura Municipal de Rio Branco. Durante os anos de 1990, o programa foi adotado por outras prefeituras, contando com o apoio do governo do estado desde 1999.

Os pólos agroflorestais são uma opção de trabalho, geração de renda e habitação para as populações pobres que vivem em áreas urbanas de risco na Amazônia. Seu objetivo é inverter o processo de êxodo rural, promovendo o reassentamento de ex-seringueiros que foram expulsos de suas terras tradicionais pela falência do extrativismo ou pela expansão da pecuária. O modelo de produção nos pólos baseia-se no consórcio entre a produção de alimentos e a criação de pequenos animais para autoconsumo e a plantação de essências florestais e frutíferas, para os mercados urbanos próximos aos pólos. O excedente da produção de alimento também é comercializado.

A implantação dos pólos agroflorestais possibilita a recuperação de áreas degradadas e a utilização racional de recursos naturais, compatibilizando a produção com a preservação. Os assentamentos são feitos em áreas próximas aos centros consumidores, com prévia avaliação técnica do potencial do solo e dos recursos hídricos disponíveis e otimizando-se a infra-estrutura viária existente.

O trabalho é centrado na busca da sustentabilidade da comunidade por meio da participação e organização das famílias dos produtores e da parceria com diversas instituições — órgãos públicos das três esferas de governo, universidades,

organizações não-governamentais, associações e entidades sindicais.

Cada família assentada tem direito a uma gleba entre 3,5 e 6 hectares, onde pode construir sua casa e produzir. A terra pertence ao Estado do Acre, exceto nos pólos Hélio Pimenta e Geraldo Mesquita, que são de propriedade da Prefeitura de Rio Branco. As famílias têm concessão de uso para os fins propostos.

As famílias assentadas tiveram acesso a máquinas cedidas pelo governo do estado para o preparo de suas áreas para cultivo; assistência técnica; acesso a créditos por intermédio do Incra. As casas foram construídas com materiais fornecidos pelo governo do estado, e a contratação de profissionais de carpintaria se deu com a ajuda de cada produtor beneficiado. Os trabalhadores são incentivados a assumir a gestão do projeto por meio de suas associações. Existe uma associação de produtores em cada pólo agroflorestal. A agricultura orgânica é estimulada como forma de resgatar e desenvolver uma produção ambientalmente sustentável.

Contato

Francisco Rildo Cartaxo Nobre
Secretaria de Estado de Assistência
Técnica e Extensão Agroflorestal
(Seater)
Fone: (68) 226-2801
Fax: (68) 226-1993
E-mail: gabinete.seater@ac.gov.br
Site: www.ac.gov.br

Resultados

- Atualmente existem 13 pólos agroflorestais e um pólo leiteiro no estado, que envolvem 426 famílias. Para constituirlos, o governo desapropriou as terras, dividiu os lotes baseando-se em estudos do solo e estabeleceu um processo de seleção criterioso com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre (Fetacre) e com o Sindicato dos Extrativistas e Assemelhados (Sinpasa).

- Os pólos se tornam auto-suficientes na produção de alimentos após um ano da implantação.

- Atualmente, cada pólo produz cerca de 500 toneladas por ano. São comercializados hortaliças, frutas tropicais, arroz, feijão, milho, mandioca e peixes. As espécies nativas ainda estão em fase de desenvolvimento.

- Em seu conjunto, os pólos contam com uma despoldadeira de frutas, 12 casas de farinha e um engenho de cana-de-açúcar. Já estão em andamento alguns projetos especiais, como os de melhoria da qualidade da farinha e das polpas de frutas, ou o projeto para abate de galinha caipira.

Fatores de sucesso

O modelo de produção permite a recuperação de áreas degradadas, que passam a ser reflorestadas com espécies frutíferas e madeiras, plantio de leguminosas com adubação verde e utilização racional de recursos naturais. Compatibiliza a questão da produção com a preservação do ambiente, constituindo-se numa alternativa viável de reforma agrária para a Amazônia.

O apoio e a parceria de várias instituições públicas e da sociedade civil na implantação dos pólos foram fatores decisivos de seu sucesso, pois fizeram com que recursos e competências de naturezas diversas convergissem para o mesmo objetivo: do financiamento da produção pelo Banco da Amazônia até cursos de capacitação por órgãos públicos de pesquisas e organizações não-governamentais.

O reconhecimento dos pólos agroflorestais pelo Incra como assentamentos de reforma agrária permitiu que os assentados tivessem acesso aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), obtendo crédito para sua instalação nas áreas de produção.

Desafios e possibilidades

Os planos do governo do estado são de expansão do número de pólos agroflorestais. A meta é chegar a 522 famílias envolvidas até o final de 2003 e a 1.722 famílias até 2006.

A expansão dos projetos de assentamento com base em pólos agroflorestais sustentáveis tem vários pré-requisitos. A combinação entre produção, conservação da floresta e recuperação de áreas degradadas requer maior consciência ecológica das populações locais, bem como maior interesse da sociedade brasileira pelo resgate de espécies florestais nativas da Amazônia.

Embora os sistemas agroflorestais tenham demonstrado bons resultados, é importante observar que sua introdução em novas áreas não interfira ou destrua formas tradicionais de produção de subsistência preexistentes.

É preciso aperfeiçoar os métodos de recuperação e aproveitamento de áreas degradadas. Para isso, faz-se necessário investimento em pesquisa e na adaptação de técnicas produtivas às condições espaciais regionais.

A ampliação e adaptação das culturas requerem, também, instalações de viveiros de mudas e crédito para o financiamento da produção.

O desenvolvimento do espírito associativista e a inclusão de uma parcela maior de jovens e mulheres na vida associativa da comunidade também são desafios a serem enfrentados.

A melhoria da qualidade de vida nos assentamentos e o desenvolvimento da agroindústria dependem da expansão da infra-estrutura, como a rede elétrica e a construção e manutenção de estradas.

Pólos de Produção de Alimentos da Amazônia

Pauini (AM)

O primeiro Pólo de Produção de Alimentos da Amazônia teve sua origem na implantação, em 1994, de um núcleo comunitário no Sítio da Cachoeira, uma área de 400 hectares próxima da Vila Céu do Mapiá. Situada no Igarapé Mapiá, a vila pertence ao Município de Pauini, no Estado do Amazonas, região da Floresta Nacional do Purus. Ligado ao Instituto de Desenvolvimento Ambiental Raimundo Irineu Serra (IDA/Cefluris), o núcleo criou o Instituto do Sítio da Cachoeira — em fase de formalização — e vem se dedicando à construção de um programa de segurança alimentar e nutricional dirigido às comunidades ribeirinhas e à população da Floresta Nacional do Purus.

O programa, que combina o extrativismo com a agricultura ecológica para a obtenção de alimentos nutritivos e saudáveis, está integrado a uma proposta mais ampla, que inclui capacitação dos agricultores locais, promoção da saúde, inclusão social e cidadania. Atualmente, o trabalho no Sítio da Cachoeira gera trabalho e renda para 20 famílias — cerca de 100 pessoas entre adultos e crianças. A população da Vila Céu do Mapiá é de 600 habitantes e a da Floresta Nacional (Flona) é de cerca de 1.500 pessoas.

Desde o início, o núcleo dedicou-se à agricultura orgânica para a produção de alimentos e ao reflorestamento baseado na permacultura, com o plantio e a adaptação de sementes a partir de exemplares originários de vários lugares do mundo. Começou, também, um trabalho de pesquisa sobre técnicas ecológicas sustentáveis de manejo de solo com base em uma síntese entre os conhecimentos científicos e

técnicos do núcleo e o saber das populações tradicionais. Os resultados vêm se traduzindo na sistematização de uma tecnologia de manejo florestal sem utilização de queimadas, com recuperação de solos e formação de agroflorestas em áreas já degradadas, e na utilização das praias do rio Purus, generosamente fertilizadas pelas cheias, para plantar alimentos na vazante. O reconhecimento do trabalho realizado pelo Ministério do Meio Ambiente valeu à Associação dos Moradores da Vila Céu de Mapiá o direito de gerir a utilização dos recursos da Floresta Nacional do Purus — estabelecido em acordo de cooperação técnica com o Ibama, recentemente renovado.

O Pólo de Produção do Sítio da Cachoeira teve seu início efetivo com a implantação da Casa de Alimentos, para a produção, beneficiamento e armazenagem dos produtos agrícolas e das atividades de coleta extrativista. A Casa do Alimento, além de posto de venda e de trocas, mantém um pequeno banco de sementes e se constitui em um centro de difusão de técnicas e de educação alimentar e nutricional para a comunidade e para as famílias ribeirinhas. Sua infra-estrutura inclui galpão, paiol, engenho para a produção de açúcar e melado, secadores de grãos, motores, canoas, tambores, lonas, ferramentas etc.

O Pólo de Produção de Alimentos do Purus começa a ser implantado — dois módulos foram implantados este ano, totalizando um hectare de praias na vazante do rio. O resultado permitirá comparar a produtividade e a relação custo-benefício entre as culturas nas praias, nos roçados de capoeira e na mata bruta. São cultivados

Contato

Alex Polari de Alverga

Comunidade Céu do Mapiá — Projeto Cachoeira

Fone: (97) 457-1011

Caixa Postal nº 06 — Boca do Acre — AM
CEP: 68950-000

E-mail: alexpolari@yahoo.com

arroz, milho, feijão, soja, amaranto, sorgo, trigo de verão, cevada perolada, milho amarelo e branco, feijão-de-corda, feijão azuki e de arranca, banana, abacaxi, coco, gergelim, jerimum, melancia, melão.

Os pólos de produção estão integrados com a Cooperativa Agroextrativista do Mapiá e Médio Purus (Cooperar), que mantém uma unidade de secagem de frutas tropicais e uma usina de extração de óleos vegetais no município vizinho de Boca do Acre. Eles têm capacidade para processar por dia 100 quilos de frutas ou legumes secos e extrair 60 litros de óleo vegetal — de andiroba, cacau, gergelim etc.

Resultados

- A Casa do Alimento é utilizada pela comunidade e população do Igarapé para o beneficiamento das safras. São beneficiadas cerca de 25 toneladas de arroz por ano, além das culturas tradicionais de subsistência — milho, feijão, macaxeira — e das culturas experimentais, como cevada perolada, amaranto, sorgo branco, soja negra, gergelim etc. O grupo também vem pesquisando técnicas de desidratação de legumes e hortaliças para a confecção de sopas desidratadas.

- Houve incremento da produção local de arroz branco e integral, bem como de cevada em grão. A comunidade já processa seus alimentos, produzindo farinha de arroz, fubá de milho, canjiquinha, farinha e farelo de arroz, farinhas de cevada, de macaxeira (comum e panificada), de banana

comprida, de frutas secas e farinhas compostas de múltiplos cereais.

- É crescente a integração entre o trabalho desenvolvido nos pólos do Sítio da Cachoeira e da Praia do Purus com a unidade de secagem de frutas tropicais e a usina de extração de óleos vegetais.

- As famílias direta ou indiretamente envolvidas com o projeto têm incorporado alimentos mais nutritivos e saudáveis à sua dieta. As ações de educação alimentar realizadas a partir da Casa do Alimento ou da escola, com as crianças, têm chegado às populações ribeirinhas.

- O banco de sementes já conseguiu recuperar linhagens tradicionais e rústicas, que se encontravam enfraquecidas pela disseminação colonizadora das sementes híbridas.

- O Pólo de Produção de Alimentos vem promovendo cursos de extensão e formação para agricultores, utilizando-se de técnicas de regeneração de solo pela decomposição da biomassa, com o apoio da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Pauini e do Projeto Arboreto, da Universidade Federal do Acre (UFAC).

- Os moradores da região vêm desenvolvendo formas de organização e de associativismo e estão representados em entidades como a Associação de Produtores e Moradores do Médio Igarapé Mapiá (Apromim) e a Associação dos Produtores da Boca do Igarapé Mapiá (Aprobim), que, junto com o Instituto de Desenvolvimento Ambiental Raimundo Irineu Serra e a Associação de Moradores da Vila Céu do Mapiá (AMVCM), formam a rede de entidades que atuam na Floresta Nacional.

Fatores de sucesso

Os pólos tiveram como base a experiência acumulada pela Associação dos Moradores do Sítio da Cachoeira e pelo IDA/Cefleuris, que já estão implantados na região e vêm desenvolvendo atividades em parceria com entidades e instituições locais e regionais.

O trabalho de difusão e educação ambiental realizado e o desenvolvimento de tecnologia de manejo florestal têm sido reconhecidos pelo governo brasileiro e por organizações não-governamentais nacionais e internacionais, que têm chancelado ou apoiado com recursos materiais e humanos os projetos implantados.

A Associação dos Moradores do Sítio da Cachoeira e o IDA/Cefleuris vêm firmando e renovando acordos de cooperação técnica com Ibama, Universidade de Viçosa, WWF (World Wide Foundation), Rede CTA (Consultant, Trader and Adviser), Fundação Healing Fource of Forest, Engenheiros sem Fronteiras, Instituto Nawa, entre outras, além de contar com donativos particulares.

Desafios e possibilidades

Aprimorar o trabalho desenvolvido para que sirva de referência para a elaboração de um Programa de Segurança Alimentar adaptado às condições em que vivem as populações das vilas e das florestas da Amazônia é o grande desafio.

É preciso transformar a Cozinha Comunitária na Vila Céu do Mapiá em um ponto de pesquisas sobre o aproveitamento dos produtos da região e de difusão de técnicas de preparação de alimentos para a comunidade. Faz parte desse projeto a construção de uma creche que ajude a liberar a mão-de-obra feminina.

Pretende-se utilizar a Casa do Alimento como um núcleo para a criação de uma rede de pequenos produtores cada vez mais auto-suficientes, potencializando-os nas tarefas de comercialização da produção, bem como contribuir para a construção de um mercado de produtos extrativistas da Amazônia que garanta a auto-suficiência das populações da floresta.

Um dos grandes desafios do trabalho numa área abandonada por muitos anos pelo poder público é obter recursos para suprir necessidades básicas do cidadão, como acesso à educação e atenção à saúde. A única escola do Igarapé fechou por falta de professor e de um barco para o transporte das crianças. É alta a incidência de moléstias tropicais, como malária, hepatite B e C, leishmaniose.

Organização Agroextrativista das Quebradeiras de Coco de Babaçu

Vale do Rio Mearim
(MA)

A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) é uma entidade organizada e dirigida por pequenos produtores rurais e quebradeiras de coco babaçu, que vivem na região do Médio Mearim. Fundada em 1989, a Assema apóia a organização desses trabalhadores em sistemas cooperativistas e associativistas, estimulando a agricultura familiar para a produção de alimentos tanto para o autoconsumo quanto para o mercado, bem como atividades coletivas para geração de renda e desenvolvimento social local centradas no agroextrativismo e no beneficiamento do coco babaçu.

No Brasil, a área de ocorrência dos babaçuais corresponde a 18,5 milhões de hectares, sendo que mais da metade está centrada no Maranhão. O vale do rio Mearim e a região dos cocais detêm a maior concentração de babaçuais nativos do País. Essa região integra um ecossistema que se estende pelos estados do Piauí, Pará e Tocantins. O babaçu nativo é tradicionalmente explorado pelas quebradeiras de coco, por meio de processos seculares e sustentáveis. Nos anos de 1970, as terras da região passaram a ser ocupadas pela pecuária extensiva. Os babaçuais, destruídos por queimadas, cediam lugar às pastagens. Fazendeiros passaram a cobrar para deixar as quebradeiras tirarem o coco, ou simplesmente barravam sua entrada nos babaçuais.

Os conflitos entre as famílias que viviam dos babaçuais nativos e os pecuaristas foram intensos ao longo de toda a década de 1980. A primeira grande conquista das comunidades locais veio em 1987, quando as famílias retomaram boa parte de suas terras tradicionais,

conseguindo incluí-las no Plano Nacional de Reforma Agrária — embora algumas áreas não estejam regularizadas até hoje.

A Assema surgiu nesse processo como parte do esforço das comunidades para desenvolver alternativas de produção que viabilizassem sua permanência nas terras reconquistadas. Atualmente, a entidade trabalha em 17 áreas de assentamento, de seis municípios do vale do rio Mearim — Esperantinópolis, Lima Campos, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, São Luís Gonzaga e Peritoró —, todos com uma população entre 10 e 20 mil habitantes. Os projetos que a Assema coordena envolvem aproximadamente 1.156 famílias, beneficiando diretamente mais de 4.600 pessoas. A entidade reúne 60 associados individuais e 16 coletivos — cooperativas, associações comunitárias de áreas de assentamentos, grupos informais, associações de mulheres, sindicatos de trabalhadores rurais e uma escola familiar agrícola. Investe na capacitação dos trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu, disseminando processos que aumentem a produtividade e agreguem valor aos produtos do agroextrativismo.

Resultados

- Leis municipais do Babaçu Livre, implantadas nos municípios de Esperantinópolis, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues e São Luís Gonzaga, que garantem às quebradeiras de coco o livre acesso aos babaçuais nativos e proíbem a derrubada das palmeiras de babaçu, o corte do cacho, as queimadas e outras agressões aos babaçuais.

Contato
Francinaldo Ferreira de Matos
Associação em Áreas de
Assentamento no Estado do
Maranhão (Assema)
Fone: (99) 642-2152
Fax: (99) 642-2061
E-mail: gentedefibra@ig.com.br e
gentedefibra@assema.org.br
Site: www.assema.org.br

- A população local mantém-se por meio de várias atividades econômicas sustentáveis. O sistema de roças orgânicas é usado para produzir alimentos saudáveis e recuperar solos degradados por queimadas e agrotóxicos. As famílias também se dedicam à criação de pequenos animais, à fruticultura e à plantação de espécies madeiras, consorciando essas atividades com a agricultura (arroz, milho, feijão e mandioca) e com a palmeira do babaçu, desenvolvendo assim um sistema de produção chamado de agroextrativista.

- O extrativismo praticado preserva os babaçuais e a agroindústria prima pelo aproveitamento integral do coco babaçu.

- Desenvolvimento de agroindústrias especializadas em diferentes produtos: processamento e comercialização do mesocarpo do coco babaçu; reciclagem de papel com a utilização da folha da palmeira de babaçu; beneficiamento da amêndoa do coco babaçu e extração do óleo; produção de sabonetes. O óleo produzido é vendido para empresas internacionais de cosméticos, como a inglesa The Body Shop e a norte-americana Aveda. As comunidades também produzem frutas desidratadas (banana e abacaxi), compotas e geléias, vendidas no próprio município.

Fatores de sucesso

A produção de alimentos variados e saudáveis para o abastecimento familiar, em bases ambientalmente sustentáveis, combinada com o extrativismo e o processamento do babaçu, vem garantindo alternativas sustentáveis de trabalho e renda para as famílias da região, viabilizando sua

permanência nas terras que ocupam há gerações.

As leis municipais do Babaçu Livre definem áreas em que as famílias podem plantar e outras de preservação da vegetação nativa. Com isso, diminui a pressão sobre os recursos naturais pela busca de novas áreas de cultivo e preserva o solo e as águas de rios e lagoas da poluição.

Nos municípios em que as leis do Babaçu Livre ainda não foram aprovadas, já há uma redução das queimadas, do uso de agrotóxicos e de máquinas pesadas no trato do solo.

Os convênios de cooperação com organizações não-governamentais têm viabilizado a assessoria técnica e a implantação dos projetos de agroindústria nas comunidades. A Assema também tem contado com recursos governamentais e de organismos e programas internacionais, como Unicef e Programa de Proteção das Florestas Tropicais.

Contratos comerciais com empresas internacionais que se colocam no campo do mercado justo têm garantido o escoamento de parcela significativa dos produtos gerados pelas cooperativas e associações.

Os sistemas cooperativista e associativista ampliam o poder de negociação das famílias, bem como sua capacidade de planejamento e de gerenciamento das atividades produtivas. As comunidades participam de redes de articulação de movimentos sociais de âmbito regional, nacional e internacional e procuram influenciar o poder público no planejamento e na definição de políticas públicas.

Outro fator de sucesso de todos os projetos desenvolvidos pela Assema é a atenção às questões referentes às relações de gênero. Cerca de 90% dos que sobrevivem da economia do babaçu são mulheres, que hoje participam ativamente da direção das entidades locais e da própria Assema, das instâncias de debates políticos, da gestão dos projetos agroindustriais e de todos os processos produtivos.

Desafios e possibilidades

A Assema está empenhada em conquistar leis do Babaçu Livre em outros municípios da região, bem como na implementação de políticas públicas que resultem na preservação dos babaçuais nativos.

A adesão de mais famílias e a melhoria dos projetos de produção já em andamento são alguns dos desafios enfrentados pela Assema. A entidade já tem um plano de comunicação para mostrar às famílias da região ainda não integradas as vantagens do sistema de produção que seus associados vêm praticando, mas faltam recursos para implementá-lo.

Nas comunidades em que a produção consorciada já é realizada, ainda é preciso conquistar maior equilíbrio entre as atividades extrativistas e aquelas voltadas à manutenção das culturas anuais de subsistência — arroz, milho, feijão e mandioca. O planejamento de tempo e recursos dedicados a cada uma delas deve ser melhorado, bem como o uso de técnicas que preservem o ambiente e aumentem a produtividade.

Outro desafio da entidade é melhorar a qualidade dos produtos das unidades de geração de renda: fábrica de sabonete, oficina de papel reciclado, agroindústria de processamento do mesocarpo do coco babaçu e da fruticultura. Para isso, a Assema já identificou a necessidade de investimentos em infra-estrutura, em máquinas e equipamentos para a produção e na capacitação de pessoal.

O planejamento e as estratégias de comercialização precisam ser aperfeiçoados. Os associados ainda têm poucos recursos e informações para a realização de estudo de viabilidade e para planos de negócios e de marketing que possam orientar melhor a colocação dos produtos no mercado nacional e internacional.

Ampliar a participação das comunidades nas instâncias de definição das políticas públicas é outro desafio. O desenvolvimento de cursos, seminários e fóruns de debates ajudaria as famílias a conhecer os planos de governo e as possibilidades de políticas públicas, bem como a intervir com mais desenvoltura nessas instâncias.

Relações de gênero mais equilibradas e ampliação de cursos e intercâmbios na área de saúde reprodutiva também são metas a serem atingidas.

Processamento Artesanal de Pescado

Barra do Furado —
Quissamã (RJ)

O Grupo de Produção de Embutidos e Defumados de Peixe de Barra do Furado surgiu em 1994 como opção de trabalho e renda para as famílias de pescadores do vilarejo. A iniciativa partiu das mulheres dos pescadores, diante do constante empobrecimento de suas famílias.

Barra do Furado é uma pequena comunidade de pescadores com 1.200 habitantes, pertencente ao Município de Quissamã, no Litoral Norte do Rio de Janeiro. As correntes marítimas beneficiam a região, levando para perto da costa muitos cardumes de diferentes espécies, algumas com alto valor comercial. As condições de saída da barra para o mar, porém, são difíceis e, dependendo dos ventos, os pescadores ficam semanas parados. Apenas barcos maiores, modernos e bem equipados podem enfrentar o mar sem grandes dificuldades. A paralisação das obras do porto pesqueiro comprometeu ainda mais a capacidade de geração de renda dos pescadores. Além disso, como existe apenas um frigorífico na cidade, os pescadores não têm poder de barganha. Vendem o produto de seu trabalho pelo valor imposto pelo frigorífico, não mais do que cerca de 20% do preço final no mercado.

Com o tempo, houve um empobrecimento dos pescadores autônomos, que passaram a trabalhar como assalariados para os pescadores mais capitalizados, proprietários de barcos maiores. O trabalho do Grupo de Produção contribui para recuperar a renda perdida. Em alguns casos, tornou-se a única fonte de renda da família. Formado por 30 mulheres, quase todas esposas de pescadores, produz derivados de peixe, como lingüiça, filé defumado, hambúrguer e salsicha.

Atualmente, o Grupo suspendeu suas atividades para adequar o local onde está instalada sua unidade de processamento às exigências da inspeção animal e vigilância sanitária.

Resultados

- O Grupo vendia cerca de 50 kg de processados de peixe por semana na Feira da Roça, realizada em Quissamã, onde os pequenos produtores da região comercializam seus produtos.
- O Grupo cresceu, passando de 12 para 30 mulheres, contribuindo diretamente para a renda das 30 famílias.
- Beneficia também a Associação de Pescadores de Barra do Furado, que tem 150 sócios, e fornece o peixe que será processado.
- Maior organização das trabalhadoras e da comunidade. Inicialmente, as mulheres participavam da Associação de Artesãos de Barra do Furado e os pescadores, da Associação dos Pescadores de Barra do Furado. Atualmente, pescadores, artesãos e trabalhadoras do Grupo articulam-se na Cooperativa Mista de Barra do Furado.
- Mudança de qualidade de vida das mulheres, que passaram a ter uma participação ativa na comunidade e tiveram seu trabalho valorizado.

Contato
Maria Fátima Pacheco
Prefeitura de Quissamã — Secretaria
de Trabalho e Ação Social
Fone e fax: (22) 2768-9300
E-mail: semtas@quissama.rj.gov.br
Site: www.quissama.rj.gov.br

Fatores de sucesso

O Grupo de Produção de Embutidos e Defumados de Peixe de Barra do Furado produz uma mercadoria rara no mercado nacional — os derivados de peixe, que têm encontrado boa aceitação entre os consumidores.

A produção do Grupo tem alta qualidade e baixo custo, e localiza-se numa região de grande potencial de mercado: próxima da cidade do Rio de Janeiro e do eixo turístico do Litoral Norte fluminense.

O processo de organização das trabalhadoras tem contribuído para que enfrentem coletivamente os desafios. Atualmente, embora a produção esteja parada, a comunidade mantém sua organização.

O Grupo conta com apoio e supervisão das secretarias municipais do Trabalho e Ação Social e da Agricultura e Desenvolvimento Econômico de Quissamã.

Desafios e possibilidades

O Grupo teve de suspender temporariamente suas atividades para adequar sua unidade de processamento às exigências da inspeção animal e vigilância sanitária. A Prefeitura de Quissamã se propõe a realizar essas reformas.

Existe em Quissamã um mercado potencial para a produção do Grupo, constituído pela merenda escolar durante nove meses por ano e do turismo, durante o verão.

O desafio do Grupo é ampliar sua capacidade de produção por meio do melhoramento continuado da empresa. Isso implica investimento em novos equipamentos, como defumadores, freezers, e a capacitação das trabalhadoras. O objetivo é atingir uma produção de 1.000 kg por mês de processados de peixe.

O Grupo pretende também aproveitar integralmente o pescado, inclusive peles e espinhas, destinando-as à produção de farinha de peixe.

Agroindústria Artesanal Rural de Alimentos

Joinville (SC)

A região de Joinville, em Santa Catarina, já tem tradição na produção artesanal dos chamados “produtos coloniais” — pães, doces, queijos, embutidos de carne etc. Eles são produzidos nas pequenas propriedades rurais da região e vendidos no mercado local, representando um adicional de renda significativo para as famílias de produtores rurais. O objetivo do Programa de Agroindústria Artesanal Rural de Alimentos é melhorar a qualidade desses produtos, interferindo em suas condições de produção, e estimular a implantação de novas agroindústrias artesanais que agreguem valor à produção agrícola.

Resultado de um trabalho conjunto entre a Fundação Municipal 25 de Julho e o Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, o programa vem trabalhando no incremento da agroindústria artesanal rural no município. Com isso, tem contribuído para a agregação de valor à produção agrícola, para a geração de trabalho e renda na área rural e para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e de suas famílias.

O programa presta assessoria técnica e gerencial para todo o processo de implantação das unidades agroindustriais nas propriedades agrícolas. Desenvolve a planta para as instalações físicas adequadas e orienta as famílias sobre os procedimentos para o tratamento da água que será utilizada, bem como sobre como tratar os resíduos gerados.

Além disso, assessora os agricultores em todos os trâmites necessários à legalização da unidade de produção, no processo produtivo e, depois, na rotulagem e na comercialização dos produtos. Para

obter os recursos necessários para a reforma ou construção de novas instalações para seus empreendimentos, os agricultores podem recorrer ao Finagro, um fundo municipal de apoio à agricultura.

Resultados

- O programa envolve atualmente 32 agroindústrias artesanais. Doze já existiam e passaram por processo de adequação de suas instalações e processos produtivos. Vinte novos empreendimentos foram implantados.

- Foram criados cerca de 100 novos postos de trabalho nas agroindústrias artesanais, ampliando, também, as oportunidades de trabalho nas lavouras.

- O leque de produtos é bem diversificado: melado, iogurte, conservas, geléias, biscoitos, cucas, pães, entre outros. Alguns são considerados típicos coloniais, como as cucas alemãs, a raiz-forte, utilizada como tempero para carne de porco, o queijinho branco e o queijo fundido (*köchkase*).

- A resistência inicial às mudanças no processo de produção foi vencida pela evidente melhora na qualidade dos produtos, percebida visualmente ou certificada por meio de análises microbiológicas. Houve, também, melhora sensível na qualidade de vida das famílias de agricultores, que agora contam com água potável e melhores condições sanitárias em todas as propriedades.

- O programa valoriza o trabalho das mulheres. Na maioria das unidades de produção, são elas as principais

Contato

Marcia Luciane Lange Silveira
Prefeitura Municipal de Joinville —
Fundação 25 de Julho
Fone e fax: (47) 424-1188
E-mail: fm25at.joi@terra.com.br

responsáveis pela transformação da matéria-prima em produtos elaborados. Algumas também participam da comercialização de seus produtos, vendendo-os em feiras ou colocando-os em estabelecimentos comerciais de terceiros.

- As parcerias que dão sustentação ao programa estão sendo ampliadas. Recentemente foi firmado um convênio com a Universidade da Região de Joinville, que contribuirá com as análises físico-químicas e microbiológicas dos alimentos produzidos.

- Os produtores estão organizados em uma associação, que participa do planejamento das ações a serem implementadas pelo programa.

Fatores de sucesso

O apoio técnico e material aos agricultores para que adequassem as instalações existentes em suas propriedades ou para que construíssem novas unidades de produção foi determinante para o sucesso do programa.

A ação do governo municipal tem sido decisiva para o programa. Além de contratar pessoal capacitado para prestar assistência técnica em diferentes áreas, legalizou as unidades de produção e tem mobilizado os serviços de vigilância sanitária e inspeção veterinária municipais para garantir a comercialização apenas de produtos rotulados.

O programa tem impactos positivos sobre o meio ambiente, propiciando o tratamento de todos os resíduos gerados nas unidades de produção e a melhoria geral das condições sanitárias. Isso tem se traduzido na melhoria da qualidade de vida das famílias dos agricultores participantes.

Desafios e possibilidades

Propiciar que um número maior de famílias de produtores rurais implante unidades agroindustriais artesanais em suas propriedades, respeitando as normas de higiene do município, é um dos desafios do programa.

O mercado para a comercialização dos chamados “produtos coloniais” também poderia ser ampliado para além das fronteiras do município. Para isso, seria preciso unificar os critérios de avaliação dos serviços de inspeção animal e vigilância sanitária, bem como promover a adequação dos métodos produtivos nas propriedades.

Nos dois casos — ampliação do número de agroindústrias artesanais familiares e ampliação de mercado —, haveria necessidade de participação de outras agências de financiamento, bem como de incorporação de mais organizações para prestar assessoria técnica e comercial aos produtores.

Centro Ecológico

Rio Grande do Sul

Agricultura ecológica — Conjunto de técnicas e de sistemas de manejo voltado para a produção de alimentos diversificados, saudáveis, de alto valor biológico e que causem o menor impacto possível sobre o meio ambiente. Caracteriza-se por pouco ou nenhum uso de máquinas pesadas e de combustíveis fósseis, condenando o uso de agroquímicos pelos danos causados ao ambiente e à vida, mantendo a diversidade biológica como fator de incremento da fertilidade dos solos e respeitando a integridade cultural dos agricultores.

Contato
Ana Meirelles
Centro Ecológico do Rio Grande do Sul
Fone e fax: (51) 664-0220
E-mail: centro.litoral@terra.com.br

O trabalho que deu origem ao Centro Ecológico remonta a meados da década de 1980, um período de intensa mobilização dos ambientalistas gaúchos contra o uso de agrotóxicos. Na época, o desafio era construir experiências concretas que demonstrassem a viabilidade da agricultura ecológica enquanto alternativa de produção no Brasil. Com esse objetivo, um grupo de técnicos vinculados ao movimento ecológico gaúcho criou, em 1985, o Projeto Vacaria: um centro de produção, demonstração e experimentação de práticas agrícolas alternativas instalado numa propriedade rural de 70 hectares na Serra Gaúcha.

A partir do final dos anos de 1980, surgem as primeiras Associações de Agricultores Ecologistas (AAEs) nos municípios de Ipê e Antônio Prado, organizadas com o apoio dos técnicos do Projeto Vacaria, da Pastoral Rural de Antônio Prado e do recém-implantado escritório municipal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) de Ipê.

Nesse mesmo período, a organização dos agricultores ecologistas e a construção de canais alternativos de comercialização começaram a tomar corpo no estado. A primeira Feira Ecológica organizada em Porto Alegre, em 1989, em parceria com a Cooperativa Coolméia e com o apoio do poder público municipal, estimulou o surgimento de outras feiras em vários pontos do Rio Grande do Sul.

Na safra 1990/1991, foi implantada também a primeira agroindústria de produtos ecológicos da região da Serra vinculada à Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado.

A disseminação de práticas e tecnologias baseadas em princípios ecológicos de manejo dos agroecossistemas mantém-se como o eixo fundamental de intervenção do Centro Ecológico. No entanto, seu trabalho se diversificou e, atualmente, concentra-se em sete programas: manejo ecológico dos sistemas produtivos, sistemas agroflorestais, resgate e manejo da biodiversidade agrícola e alimentar, agroindústria familiar, redes alternativas de circulação de produtos ecológicos, processos de aprendizagem e construção do conhecimento em agricultura ecológica.

O Centro Ecológico atua em duas regiões distintas do Estado do Rio Grande do Sul: a Serra e o Litoral Norte, desenvolvendo assessoria a grupos de agricultores em 12 municípios. A comercialização dos produtos é feita em diferentes cidades gaúchas — Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Passo Fundo, entre outras — e em outras capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis.

Resultados

- Ampliação do número de agricultores envolvidos na produção, processamento e comercialização de produtos ecológicos. No início dos anos de 1990, o Centro Ecológico assessorava cerca de 20 famílias de Ipê e Antônio Prado. No final de 2002, já eram 260 famílias de agricultores ecologistas, organizadas em 26 grupos informais e associações e em duas cooperativas de produção. O Centro também assessorava quatro cooperativas de consumidores, com

317 associados, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

- O manejo ecológico dos diferentes sistemas de cultivo e criação integra-se à constituição de sistemas produtivos integrados, ricos em biodiversidade e com uma baixa dependência em relação a insumos externos.
- Qualificação da produção ecológica artesanal caseira e estruturação de agroindústrias familiares de pequeno porte localizadas nas propriedades dos agricultores. A linha de processados ecológicos inclui mais de 50 produtos registrados: sucos, néctar de frutas diversas, derivados de tomate, doces e geléias, passas de banana, massas e biscoitos, entre outros.
- Foram construídos canais abrangentes de comercialização para cerca de 112 produtos. O contato direto entre produtores e consumidores minimiza a presença de atravessadores, com vantagens para agricultores e consumidores. Os preços, em geral mais baixos do que os praticados pelos supermercados para os produtos orgânicos, permitem que o produto ecológico seja uma alternativa viável de abastecimento para um amplo segmento da população.
- Hoje existem quatro feiras semanais em Porto Alegre e Caxias do Sul e diversas pequenas feiras em localidades menores, atingindo em torno de 21 mil consumidores. Os produtos ecológicos também são comercializados diretamente ao consumidor, em diferentes pontos de oferta em Porto Alegre e Caxias do Sul.
- Fornecimento de produtos da agroindústria familiar ecológica à merenda escolar, atendendo cerca de 358 mil alunos

de escolas estaduais, em 56 municípios gaúchos (dados de 2002).

- Construção da Rede Ecovida de Agroecologia, junto com outras ONGs. A rede articula grupos, associações, cooperativas de produção, cooperativas de consumo, entidades de assessoria e profissionais autônomos envolvidos na produção, processamento e comercialização de produtos ecológicos. Está presente no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, e mantém 18 núcleos regionais.

Fatores de sucesso

A articulação estabelecida entre a produção, o processamento e a comercialização de produtos ecológicos têm impacto positivo sobre a renda dos agricultores.

A organização dos produtores em rede e demonstra a capacidade de produzir de forma solidária.

Há um leque de parcerias estabelecidas: Pastoral da Terra, órgãos públicos das três esferas de governo (federal, estadual e municipal), agências de cooperação internacional e outras ONGs que trabalham com agricultura ecológica etc.

O respeito e a valorização da cultura dos agricultores são princípios-chave para a estruturação do trabalho.

O Centro aposta na construção de canais alternativos de circulação de mercadorias e na parceria produtor–consumidor.

A forma gradual com que os agricultores vêm investindo em suas propriedades permite ajustes contínuos entre a produção e o mercado.

Desafios e possibilidades

A proeminência no Brasil de um modelo tecnológico de agricultura altamente dependente de combustíveis fósseis e insumos químicos, respaldado pelas políticas de Estado, é um fator que atua de forma contrária à expansão da agricultura ecológica.

A expansão da agricultura ecológica depende de políticas produtivas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e ecológica, bem como de políticas de abastecimento e de segurança alimentar que fortaleçam os mercados locais e a proximidade entre produtores e consumidores.

A baixa disponibilidade de mão-de-obra nos estabelecimentos agrícolas de base familiar é um fator de limitação. Além das tarefas da produção, os agricultores ficam sobrecarregados pelas atividades de gerenciamento da comercialização. A solução seria a construção de centrais de comercialização que possam assumir desde a compra de embalagens até a distribuição dos produtos. Políticas específicas visando estimular a permanência dos jovens no meio rural poderiam contribuir, também, no sentido de ampliar a força de trabalho hoje existente em nível dos estabelecimentos agrícolas.

É crescente no Brasil a demanda por “produtos limpos”. No entanto, a grande maioria das Associações de Agricultores Ecológicos trabalha com o mercado das feiras e pontos de oferta e com volumes relativamente pequenos. A entrada em novos mercados exigiria uma capacidade muito maior de agregação da produção, tanto em quantidade como em diversidade, e um formato organizacional capaz de viabilizar esse processo, garantindo ao mesmo tempo o controle dos produtores sobre as condições de comercialização de seu produto.

A ampliação e o aprofundamento dessas experiências requerem mecanismos de financiamento para novos projetos, tanto para investimentos em infra-estrutura quanto para o fortalecimento técnico e institucional das organizações.

O Centro Ecológico foi premiado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com outras ONGs, em 1999, pelo trabalho desenvolvido no campo da agroecologia.

Sugestões de ações na esfera de produção de alimentos

Produção agroalimentar e associativismo

- Apoiar a constituição de associações e cooperativas de pequenos produtores rurais de alimentos e a implementação de agroindústrias familiares, promovendo cursos de capacitação em técnicas gerenciais e de processamento de alimentos diferenciados, estimulando a utilização compartilhada de equipamentos e instalações etc.
- Estimular, com apoio logístico e financeiro, os programas de assessoria técnica e de capacitação das comunidades rurais, voltados para promover a diversificação da produção agrícola e para implantar agroindústrias artesanais, de modo a garantir a segurança alimentar e ampliar a renda familiar.
- Colaborar técnica e financeiramente para a criação de centrais mecanizadas de apoio à produção, com máquinas e equipamentos agrícolas de uso rotativo, administradas pelos próprios produtores.
- Prestar apoio técnico, logístico e material para melhorar o escoamento da produção e reduzir perdas pelos pequenos agricultores por meio de, entre outras ações, financiamento da compra de veículos de transporte, investimento em embalagens adequadas e ecologicamente sustentáveis e cessão do tempo ocioso de seus próprios serviços de transporte.
- Estimular a criação de mecanismos e canais regionais de comercialização dos produtos agroalimentares sob a forma de redes alternativas de serviços de

distribuição, geridas pelos próprios produtores.

- Garantir mercado para os pequenos empreendimentos rurais e urbanos, mediante a aquisição de seus produtos para os refeitórios de seus funcionários e para campanhas de doação de alimentos.
- Prestar assessoria aos pequenos produtores, orientando-os no sentido de promover sua entrada nos circuitos de comércio solidário.

Projetos locais de desenvolvimento rural

- Participar, junto aos órgãos de planejamento dos municípios, da formulação e implementação de estratégias de desenvolvimento local e de programas de segurança alimentar, oferecendo o trabalho de seus técnicos e equipes multiprofissionais.
- Contribuir para a formação de centros de apoio e de pesquisa para empreendimentos alimentares rurais e urbanos que prestem assessoria técnica para os produtores, desde a capacitação em aspectos ligados diretamente à produção e à comercialização, até a orientação jurídica e contábil para abertura e gestão dos empreendimentos.
- Ceder instalações físicas, equipamentos (telefones, computadores, fax) e meios de transporte para a implantação de centros de empreendimentos rurais.
- Promover a capacitação técnica e gerencial de pequenos empreendedores nas áreas de produção de alimentos processados e agroindustriais artesanais.

Acesso ao crédito

- Facilitar o acesso ao crédito pelos pequenos produtores, participando da criação de fundos de aval, fundos de microcrédito e de crédito solidário e outros mecanismos que favoreçam o acesso ao financiamento da produção agrícola, da implantação e melhoria de pequenas e médias agroindústrias.
- Contribuir com o desenvolvimento de organizações geridas pelos produtores agroflorestais, como associações, cooperativas de produção e de consumo, centrais de comercialização e distribuição, redes de certificação participativa etc.

Produção agroflorestal

- Oferecer apoio material e logístico às organizações que desenvolvem programas de pesquisa sobre a utilização e manejo dos recursos florestais, de técnicas produtivas preservacionistas e de recuperação de áreas degradadas, principalmente para a região amazônica.
- Contribuir para financiamento de projetos de educação alimentar e ambiental, capacitação de agricultores e difusão de técnicas de manejo e cultivo em áreas florestais.
- Apoiar a ampliação das unidades de processamento e beneficiamento da produção agrícola e das atividades extrativistas, e o desenvolvimento de projetos de comercialização desses produtos.
- Apoiar o desenvolvimento de projetos sociais voltados à promoção e atendimento da saúde das populações ribeirinhas.
- Aportar recursos humanos e financeiros para a instalação de centrais coletivas de processamento e armazenamento de produtos do extrativismo e da pesca, gerenciadas pelas associações de produtores.
- Oferecer apoio técnico e financeiro para a realização de estudos de viabilidade econômica, planejamento e estratégias de comercialização de produtos derivados do extrativismo.
- Desenvolver tecnologias e ferramentas que possam ser incorporadas pelas comunidades de baixa renda.
- Fornecer assessoria técnica e jurídica que facilite o acesso da comunidade aos processos de certificação e de patenteamento de produtos das atividades extrativistas.
- Incentivar e dar apoio técnico e financeiro para ações relativas às relações de gênero e atenção à saúde reprodutiva.

Extrativismo, agroindústria artesanal e organização de mulheres

Agricultura orgânica

- Incentivar e fornecer apoio técnico e material para programas de capacitação em práticas de agricultura orgânica destinados a formar equipes técnicas de assistência e extensão rural capazes de divulgar, orientar e capacitar os agricultores familiares nessa prática agrícola.
- Dar apoio técnico e material para projetos de educação ambiental e difusão da agricultura orgânica em áreas de mananciais.
- Constituir ou aportar recursos para fundos de financiamento para implantação de projetos de agricultura orgânica por agricultores familiares, apoiando a adequação dos processos produtivos às normas exigidas para certificação dos produtos.
- Optar pela compra de produtos orgânicos para abastecer os restaurantes das empresas ou de entidades apoiadas pela empresa, incluindo o estabelecimento de contratos de compra garantida da produção, por preços justos, entre as empresas e agricultores individuais ou associações.



Abastecimento e acesso aos alimentos



Este segmento apresenta experiências significativas no âmbito do abastecimento e do acesso aos alimentos. O primeiro caso relata a construção de cisternas no Semi-Árido brasileiro, mostrando a engenhosa solução encontrada para garantir o abastecimento de água para consumo humano durante os longos períodos de estiagem. Os dois relatos seguintes, sobre entrepostos e feiras de produtores, retratam a construção de estruturas de comercialização que aproximam os produtores dos consumidores, contribuindo tanto para estimular a produção, quanto para garantir aos consumidores o acesso a alimentos diferenciados e de qualidade.

Depois, são apresentadas três experiências em que grupos sociais de baixa renda — no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e no Paraná — conseguem melhorar a qualidade de sua alimentação, recuperando antigas práticas de agricultura urbana e produzindo parte de seus alimentos em hortas comunitárias ou domésticas. A última experiência deste segmento é a do Restaurante Popular da

Prefeitura de Belo Horizonte, que oferece refeições de qualidade a preços subsidiados para a população que circula e trabalha no centro da capital mineira.

Para encerrar este bloco, sugerem-se ações que compõem um conjunto de possibilidades de apoio das empresas às experiências apresentadas ou para sua reprodução em outros locais.

Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)

Região do Semi-árido Brasileiro

A construção de cisternas que acumulem a água da chuva captada nos telhados, estocando-a para os períodos de estiagem, é uma solução simples, relativamente barata e que pode pôr fim definitivamente à falta de água para o consumo humano em todo o Semi-Árido brasileiro. Esse é o objetivo a ser atingido em cinco anos pelo Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), coordenado pela Articulação do Semi-Árido (ASA), uma coalizão de mais de 750 entidades e organizações da sociedade civil de 11 estados — Igrejas Católica e Evangélica, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais, movimentos sociais, organismos de cooperação nacionais e internacionais, públicos e privados.

O Semi-Árido caracteriza-se por clima seco e chuvas esparsas. Abrange a maior parte dos estados do Nordeste e o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, atinge mais de dois terços dos domicílios rurais, cerca de 2,2 milhões de famílias, mais de 10 milhões de pessoas. No período de estiagem, para obter água é preciso realizar longas caminhadas diárias até uma fonte, o que comumente é feito pelas mulheres e crianças. Essa água, em geral sem nenhum tratamento, é suja e contaminada. De cada quatro crianças mortas na região, uma é por diarreia provocada pelo consumo de água contaminada.

Em média, cada família gasta uma hora por dia para obter água — 30 horas por mês ou o equivalente a quatro dias de trabalho. A água para beber, cozinhar e fazer higiene bucal equivale, em média, a 8,9 litros por pessoa por dia ou 16 mil litros por família durante o ano.

A água da chuva que pode ser capturada nos telhados das residências, mesmo em período de seca, chega a 24 mil litros.

O P1MC se propõe como meta construir um milhão de cisternas em um prazo de cinco anos, beneficiando diretamente mais de 5 milhões de pessoas. A construção das cisternas é precedida e acompanhada de um processo de mobilização e capacitação das comunidades sobre as formas de convivência com o Semi-Árido, a necessidade de gerenciamento dos recursos hídricos, a construção de cisternas, a administração dos recursos públicos e dos recebidos do P1MC.

Um convênio com o Ministério do Meio Ambiente em 2001 permitiu desenvolver o projeto e a construção das primeiras 500 cisternas. No processo, foi sistematizada uma metodologia para a sensibilização e mobilização das comunidades e das instituições governamentais e não-governamentais, de modo a envolver o maior número de atores no processo.

O convênio com a Agência Nacional de Águas (ANA), em execução, permitirá o atendimento de mais 12.400 famílias. A construção dessas cisternas tem servido para testar os melhores modelos e para promover a capacitação de técnicos, pedreiros e mestres-de-obras, das instituições e das famílias a serem beneficiadas pelo programa. Também é um momento de formação e capacitação para os gestores dos recursos públicos e oriundos do P1MC. Convênio entre a Febraban e a ASA, firmado em abril de 2003, possibilitará a construção de mais 10 mil cisternas, beneficiando cerca de 50 mil pessoas. Iniciativas semelhantes vêm se multiplicando no País. *(Veja o relato sobre as ações de responsabilidade social das empresas.)*

Contatos

Silvia Alcântara Picchioni
ASA — Articulação no Semi-Árido Brasileiro
Fone: (81) 3221-8730
Fax: (81) 3221-0508
E-mail: asa@asabrasil.org.br
Site: www.asabrasil.org.br

Hildemar Peixoto
Associação de Apoio às Comunidades do Campo — AACC — ASA Potiguar
Fone e fax: (84) 211-6131
E-mail: hildemar@aaccrn.org.br

O programa de construção de cisternas reforça o processo de organização da sociedade civil. Para ser incluído no programa, o município precisa ter Fórum Popular de Políticas Públicas ou Fórum de Orçamento Participativo, o que tem contribuído para a criação ou reativação de instâncias de participação da sociedade civil.

No Rio Grande do Norte, por exemplo, além da presença dos fóruns, a escolha dos municípios recaiu inicialmente sobre os que se encontravam no polígono da seca em situação de calamidade pública. Agora, o atendimento será dirigido prioritariamente aos que foram incluídos no Programa Fome Zero. As famílias a serem beneficiadas são escolhidas pelos fóruns do município. Os critérios de escolha priorizam a presença de mulheres como chefes de família; crianças até seis anos; crianças e adolescentes freqüentando a escola; adultos com 65 anos ou mais; pessoas com necessidades especiais; distância da fonte de água; e participação da família nas organizações da comunidade. Além disso, a família tem de participar, cavando o buraco para conter a cisterna.

Resultados

- Acesso à água para um número crescente de famílias rurais do Semi-Árido. Até maio de 2003, 12.464 haviam sido atendidas.
- Melhora sensível na qualidade de vida de toda a família e, em especial, de mulheres e crianças.
- Redução das doenças causadas pela ingestão de água contaminada.

- Contribuição para diminuir a dependência das famílias em relação aos grandes proprietários de terra e aos políticos locais, que usam o acesso à água como meio de promoção política.
- Não agride o meio ambiente, não produz resíduos, preserva os lençóis freáticos e reduz o escoamento superficial, contribuindo para evitar a erosão.

Fatores de sucesso

As cisternas são soluções tecnicamente simples, duráveis — existem cisternas com mais de 40 anos — e que podem ser construídas em todos os tipos de solo. Cerca de 5 mil pedreiros da região sabem construir cisternas.

As cisternas têm baixo custo — 333 dólares por unidade, incluindo mão-de-obra.

O P1MC promove a construção de cisternas com o envolvimento ativo das organizações da sociedade civil, das comunidades rurais e das famílias beneficiadas.

Desafios

O grande desafio é construir uma cisterna em cada residência rural no Semi-Árido brasileiro, além de capacitar as organizações dos agricultores a conviver com o Semi-Árido, mediante formas de captação de água para a agricultura e práticas agrícolas adequadas para a subsistência e para o mercado.

Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos

Chapecó (SC)

Toda semana, um grupo de oito agricultores dos arredores de Chapecó improvisava uma pequena feira na calçada do estádio de futebol da cidade e ali vendia seus produtos diretamente aos consumidores. O local não tinha infraestrutura adequada, a circulação de consumidores era restrita, mas, mesmo assim, a feira improvisada cumpria sua função. Na semana seguinte, os produtores voltavam para vender o que extraíam de suas roças e pequenas agroindústrias domésticas.

Foi inspirada nessa pequena feira que a Prefeitura de Chapecó elaborou seu Programa de Feiras Agroecológicas. Institucionalizou a iniciativa e criou espaços adequados para que os pequenos produtores familiares pudessem vender seus produtos diretamente aos consumidores. Estes, por sua vez, teriam garantia de acesso a um alimento sadio e mais barato.

Lançado em 1997, o programa é realizado por uma parceria que reúne o Departamento Municipal de Agricultura e Abastecimento, entidades de pequenos produtores rurais e associações comunitárias. As feiras integram o conjunto de programas do Planejamento Estratégico Participativo do Meio Rural, que tem como diretriz a valorização da agricultura familiar como meio de promover o desenvolvimento nas áreas rurais do município.

A primeira feira do programa foi realizada no centro da cidade, em espaço destinado pela Prefeitura, que também doou os materiais necessários para a construção de uma área coberta, com luz, água, bancas fixas, banheiros, estacionamento, além de

um espaço cultural. Os próprios produtores construíram as instalações, em regime de mutirão.

Para garantir a melhoria da qualidade da produção agrícola e da agroindústria doméstica, a Prefeitura ofereceu assistência técnica aos produtores e promoveu cursos de capacitação. Mobilizou também os serviços de Inspeção Animal e Vigilância Sanitária do município. E passou a realizar uma pesquisa semanal de preços para criar referências para a comercialização.

Consolidada a primeira feira, as assembleias populares para o **Orçamento Participativo** começaram a receber pedidos de moradores para que o serviço fosse descentralizado, com a instalação de feiras nos bairros.

Para participar das feiras é preciso ser agricultor de base familiar, ter como meta a produção agroecológica e estar vinculado a uma das entidades parceiras — Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco), Associação dos Produtores Feirantes de Chapecó (Aprofec), Cooperativa dos Agricultores Familiares (Cooperfamiliar), Associação dos Apicultores e Associação dos Aqüicultores.

Experiência de gestão participativa baseada em fóruns onde a população discute prioridades para a destinação dos recursos públicos. A experiência mais conhecida e consolidada é a de Porto Alegre, iniciada em 1989. Entre 1997 e 2000, 140 municípios adotaram o orçamento participativo, com diferentes estruturas organizativas. Em geral, são feitas plenárias regionais ou temáticas em que a população indica suas prioridades e elege seus representantes para um conselho da cidade. Neste fórum, é discutida a proposta orçamentária da Prefeitura, posteriormente encaminhada ao Legislativo.

Resultados

- Atualmente existem nove feiras de produtos coloniais e agroecológicos na cidade. Em cada uma delas, um dos produtores-feirantes assume a função de coordenador, resolvendo e encaminhando questões específicas e peculiares de cada ponto de feira.

- As diretrizes e normas de comercialização são discutidas na Comissão Municipal de Abastecimento (Comabem), fórum que reúne as entidades de produtores, organizações comunitárias e segmentos do poder público, como o Departamento de Agricultura e Abastecimento, Vigilância Sanitária, Procon, Serviço de Inspeção Sanitária e Empresa de Pesquisa Agropecuária (Epagri).

- O número de agricultores-feirantes cresceu rapidamente. Dos oito feirantes improvisados iniciais, o programa atinge hoje cerca de 120 famílias diretamente e mais 180 famílias de forma indireta, em 19 comunidades rurais de Chapecó. O número de consumidores atualmente gira em torno dos 7 mil por semana.

- No último ano, os nove pontos de feiras comercializaram uma média mensal de cinco toneladas de pães,ucas, biscoitos e massas; 100 toneladas de frutas e hortaliças; 12 toneladas de carnes e derivados; 12 toneladas de queijos; 300 quilos de mel. O volume de vendas superou os 150 mil reais mensais.

- Houve uma perceptível melhora na capacidade de reinvestimento dos agricultores-feirantes em suas propriedades. As oportunidades de trabalho no empreendimento familiar foram ampliadas, permitindo que jovens que haviam migrado

para centros urbanos pudessem voltar para trabalhar em casa.

- As feiras também resultam na valorização do trabalho das mulheres, as principais responsáveis pela agroindústria doméstica. Elas é que fabricam os pães, queijos, massas e doces vendidos, produtos que têm contribuído significativamente para o aumento da renda familiar.

Fatores de sucesso

As Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos estão integradas a uma política pública na área de abastecimento e comercialização voltada para a geração de trabalho e renda para os agricultores familiares.

Estão articuladas com outros programas, como o de desenvolvimento da fruticultura, de melhoramento da produção animal, de produção de sementes, de açudagem, de desenvolvimento das agroindústrias de pequeno porte, de saneamento e abastecimento de água, e de melhoramento e conservação do solo.

Esse conjunto de programas conta com a assistência de uma equipe técnica formada por cinco agrônomos, três técnicos agrícolas, três extensionistas, dois veterinários e cinco auxiliares de inspeção sanitária.

A Prefeitura tem investido em torno de 5% dos recursos da Secretaria Municipal de Agricultura nesse programa, totalizando 15 mil reais ao ano. Os recursos destinam-se à compra de material para construção e manutenção dos pontos de feira, aluguéis de locais e materiais de divulgação.

Os agricultores colaboram em mutirão

com mão-de-obra para construção e reformas, quando necessárias, e com os gastos com água, luz e outras despesas cotidianas e manutenção.

A melhoria da qualidade dos produtos tem se traduzido em apoio crescente dos consumidores — fator determinante para o sucesso das feiras.

Desafios e possibilidades

As Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó refletem um processo de organização e desenvolvimento das comunidades rurais do município. Sua ampliação está associada à integração de mais famílias a essa proposta, que associa produção e comercialização. Essa possibilidade se ressentiu de apoio mais efetivo dos governos estadual e federal para programas de desenvolvimento de processos produtivos, organizativos e mercadológicos da agricultura familiar.

A implantação da agroecologia envolve um processo de transição gradativa, no qual têm papel decisivo a educação ambiental dos produtores e sua capacitação em técnicas e processos de produção que não causem impactos negativos ao ambiente, promovam a recuperação dos solos e preservem os mananciais.

A agroindústria doméstica de base familiar também requer investimento em tecnologias apropriadas e em processos de produção que resultem em melhoria da qualidade dos produtos e possam ser absorvidos pelas famílias de agricultores.

A comercialização dos produtos da agroindústria familiar no mercado regional seria beneficiada pela adequação dos parâmetros seguidos pela inspeção animal e vigilância sanitária, bem como pela unificação desses serviços nos âmbitos estadual e municipal.

O Programa de Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó foi selecionado, em 2001, entre os cem melhores em curso no País, no ciclo de premiações de Gestão Pública e Cidadania, promovido pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford, com apoio do BNDES.

Agricultura Orgânica

São Paulo (SP)

A Associação de Agricultura Orgânica (AAO) surgiu em 1989, em São Paulo, por iniciativa de um grupo de profissionais liberais, pesquisadores e produtores que já praticavam essa forma de agricultura ou que a propunham como alternativa de produção. A entidade, de âmbito nacional, mas com maior número de sócios na Região Sudeste, dedica-se à promoção e ao fomento da agricultura orgânica, à construção de canais de comercialização para esses produtos, à educação ambiental de produtores e consumidores e à divulgação de que é possível produzir alimentos saudáveis, preservando o equilíbrio ambiental.

Os produtores associados da AAO obedecem a determinadas normas, como a não utilização de insumos agroquímicos ou de máquinas pesadas para o manejo do solo. Produzem alimentos saudáveis, procurando manter o solo rico em matéria orgânica e em organismos vivos. Dão atenção à preservação dos mananciais e das matas ciliares, da biodiversidade e do equilíbrio da cadeia alimentar.

O primeiro canal de comercialização da AAO foi a Feira do Produtor Orgânico, inaugurada em 1991 e realizada todos os sábados no Parque da Água Branca, em São Paulo. Até então, a comercialização de produtos orgânicos ocorria apenas por iniciativa de alguns poucos produtores individuais, que vendiam cestas de produtos. Inicialmente, a feira contou com a participação de oito agricultores e quatro apicultores, todos rigorosamente selecionados.

O sucesso imediato da feira indicou que havia um grande mercado para produtos orgânicos. Aos poucos, mais produtores aproximaram-se da AAO. Feiras de produtos orgânicos surgiram em vários pontos da

capital. Algumas se mantiveram, como Alphaville e Ibirapuera, e surgiram novas, como a do Parque Celso Daniel, em Santo André. O comércio de cestas de produtos também foi impulsionado, com a organização de uma feira semanal — o Mercado —, às terças-feiras, no Parque da Água Branca.

A partir de 1995, a AAO passou a certificar a produção orgânica, fornecendo um selo de qualidade aos produtos selecionados. Essa iniciativa abriu as portas das grandes cadeias de supermercado. A demanda por produtos orgânicos cresceu rapidamente. Por muito tempo, e até recentemente, a AAO foi a única agência certificadora dos produtos orgânicos presentes nos supermercados paulistas.

Em 2002, seguindo regulamentações do mercado internacional, a AAO desmembrou suas atividades. Manteve a atuação nas áreas de fomento à agricultura orgânica e de incentivo à comercialização, enquanto a certificação passou a ser realizada por uma entidade independente, a AAOcert.

Resultados

- Em seus quase 14 anos de atividade, a AAO criou parâmetros teóricos e técnicos para a avaliação de processos produtivos e dos produtos da agricultura orgânica. O resultado está consolidado nas Normas Técnicas de Produção — uma parceria inicial entre a AAO e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP). As normas são constantemente atualizadas e servem de base para o processo de certificação realizado pela AAOcert.

- Desde a primeira Feira do Produtor Orgânico, em 1991, o mercado para

Contato

Yara Maria Chagas de Carvalho
Associação de Agricultura Orgânica
Fone: (11) 3875-2625
Fax: (11) 3872-1246
E-mail: yacarvalho@iea.sp.gov.br e
organicatecnico@uol.com.br
Site: www.aao.org.br

produtos orgânicos vem crescendo, segundo a AAO, acima do padrão internacional, que é de 20% ao ano. Em 1996, a AAO possuía 26 produtores certificados associados e as feiras de produtores eram o principal canal de comercialização. Em 2000, a entidade chegou aos 600 produtores certificados e o principal canal de comercialização passou a ser o supermercado. A venda direta para restaurantes e lojas de produtos naturais também cresceu, bem como a distribuição de cestas para os consumidores, diretamente ou por meio de distribuidores.

- Atualmente, a AAO tem cerca de 2 mil sócios cadastrados, dos quais 300 mantêm suas contribuições financeiras com regularidade. A AAOCert confere o selo de qualidade para 500 agricultores orgânicos que comercializam seus produtos no mercado brasileiro.

- A AAO mantém um trabalho de fomento junto a agricultores descapitalizados. Desenvolveu projetos de capacitação em agricultura orgânica no Vale do Ribeira, em Amparo e na região de Ibiúna-Piedade, no interior de São Paulo, que têm resultado na incorporação de um número crescente de pequenos agricultores à proposta.

Fatores de sucesso

Alimentos saudáveis, produzidos sem agressões ao meio ambiente, têm encontrado grande receptividade junto à população — esse é o principal fator de sucesso da agricultura orgânica e de sua demanda crescente.

A garantia da qualidade por meio do processo de certificação tem expandido os canais de comercialização e criado novos desafios, como o de manter os ideais do

movimento orgânico dentro do mercado impessoal.

O apoio da Secretaria do Abastecimento de São Paulo foi determinante para viabilizar a organização da AAO e a implantação da primeira Feira do Produtor Orgânico. A Secretaria cedeu espaço no Parque da Água Branca para a sede da entidade e para a realização da feira, sem cobrar taxas. O mesmo vem ocorrendo no Município de Santo André.

O encontro semanal entre produtores orgânicos para a venda de seus produtos foi um marco para o fortalecimento dos laços de solidariedade entre eles e do próprio movimento de agricultura orgânica, permitindo sua sobrevivência enquanto opção de produção.

A parceria e o apoio de técnicos e de centros de pesquisa e de extensão rural do setor público nas esferas estaduais e federal têm sido fundamental para os avanços da agricultura orgânica e para a existência da AAO. Atividades são desenvolvidas em parceria com instituições ligadas à Secretaria do Abastecimento, como Instituto de Economia Agrícola; Instituto Biológico; Coordenadoria de Assistência Técnica Integral; Instituto Agrônômico de Campinas, particularmente a estação de São Roque; Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, particularmente Escola Técnica Estadual Martinho Di Ciero, de Itu; além de Embrapa e Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

Desafios e possibilidades

O preço mais elevado dos produtos orgânicos é a forma de remunerar dignamente os produtores e suas famílias, tornando a atividade compensadora. No

entanto, ampliar a oferta de produtos orgânicos, com preços acessíveis aos segmentos sociais de baixa renda, é um desafio constante para a AAO. Para isso, a entidade procura manter programas específicos de fomento à agricultura urbana, para implementação de hortas e pomares comunitários que, além de contribuírem para a subsistência, possam gerar renda pela venda do excedente.

Um dos desafios permanentes da AAO é ampliar suas atividades de fomento da produção orgânica junto a agricultores descapitalizados. Entre esses, a prioridade atual da entidade é o trabalho envolvendo produtores de áreas de mananciais. No entanto, a pouca divulgação das práticas entre os pequenos agricultores e a falta de uma assessoria técnica para a implantação de projetos são fatores limitantes para a expansão dessa forma de agricultura. O desafio aqui é encontrar novas parcerias que viabilizem projetos de divulgação, de educação ambiental e de capacitação de um corpo técnico capaz de assessorar esses agricultores.

O desenvolvimento de projetos de agricultura orgânica em parceria com movimentos sociais locais e prefeituras tem encontrado grande dificuldade de expansão em função da falta de recursos para o desenvolvimento de projetos.

Para que os produtos orgânicos possam ser certificados precisam adequar seus processos produtivos aos padrões estabelecidos pelas certificadoras. A AAOCert se propõe a atender e a orientar esse público, buscando formas de subsídio que possam cobrir os altos custos desse processo.

Embora a AAO tenha participado do processo pioneiro de elaborar normas técnicas para a avaliação da produção orgânica no País, esse trabalho ainda precisa ser aprofundado. Faltam estudos que permitam elaborar normas específicas que contemplem a diversidade dos ecossistemas brasileiros, em particular o da Mata Atlântica e o da Floresta Amazônica, e também a diversidade cultural, como a produção indígena e dos quilombolas.

Outro grande desafio da AAO é criar canais mais permanentes de contato entre consumidores e produtores. Numa proposta de agricultura orgânica, os consumidores têm o papel de regular o mercado e controlar a qualidade. Para que isso ocorra, caberia às entidades como a AAO e a AAOCert construir canais de participação dos consumidores e divulgá-los.

Agricultura Urbana e Segurança Alimentar

Belo Horizonte (MG)

A agricultura urbana é uma prática antiga e sua retomada em comunidades urbanas de baixa renda tem gerado resultados muito positivos. Contribui para a segurança alimentar das famílias envolvidas, fortalece vínculos de vizinhança e valoriza a cultura e o conhecimento popular. Como em quase todas as frentes de ações comunitárias, a agricultura urbana tem forte participação feminina.

Essas são algumas das características do projeto de agricultura urbana que a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede), uma organização não-governamental criada em 1989, vem realizando em Belo Horizonte. A Rede desenvolve diversas metodologias participativas de diagnóstico e planejamento de ações e adota a agroecologia como base de sua atuação.

Em 1995, em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte (PMBH), implantou o Projeto Centros de Vivência Agroecológica (Ceva) em comunidades de baixa renda — equipamentos públicos comunitários que tinham como principal diretriz a construção participativa de um desenvolvimento sustentável no meio urbano. Foram implantados quatro Cevaes em Belo Horizonte. Neles foram desenvolvidos programas de intervenção socioambiental, como ações de educação ambiental e sanitária, de segurança alimentar e saúde, agroecologia e geração de renda.

O convênio Rede–PMBH foi encerrado em março de 2001. A Rede mantém seu trabalho em comunidades urbanas de baixa renda em Belo Horizonte, em parceria com duas redes locais de desenvolvimento —

articulações de diferentes grupos comunitários, organizações governamentais, entidades religiosas e órgãos públicos que buscam integrar suas atividades.

A prática da agricultura urbana e sua relação com outros temas — como segurança alimentar, plantas medicinais, reciclagem e reaproveitamento de resíduos orgânicos domésticos, relações de gênero, comunicação comunitária e economia popular solidária — são os eixos dessa articulação.

Resultados

- Foram realizadas ações participativas de melhoria ambiental em áreas públicas — ruas, escolas, creches etc. — e em quintais domiciliares. Pontos de depósito de lixo foram eliminados, com recuperação de áreas degradadas, plantio de hortas, campanhas para arborização de ruas, limpeza de cursos d'água.

- Foram desenvolvidas tecnologias de otimização de pequenos espaços para produção de hortaliças, plantas medicinais e frutíferas e criação de pequenos animais em quintais.

- Atualmente, uma equipe de nove agentes comunitários — seis educadoras, dois assessores e um articulador — acompanha diretamente 60 famílias no trabalho em seus quintais. As educadoras comunitárias são, em sua maioria, donas-de-casa e mães de família que, ao incorporarem novas práticas de consumo e de relação com o ambiente, mobilizam e influenciam outras famílias a mudar de comportamento, utilizando os quintais para produzir

Contato
Daniela Almeida
Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
Fone e fax: (31) 3481-9080
E-mail: daniadil@rede-mg.org.br e rede-mg@rede-mg.org.br
Site: www.rede-mg.org.br

alimentos e farmácias caseiras de plantas medicinais, por meio de agricultura orgânica. Essas famílias se integram à vida comunitária e a suas formas organizativas.

- O fortalecimento da organização comunitária é um dos resultados desse trabalho. Alguns grupos informais se consolidaram por meio de ações educativas concretas, como acompanhamento de famílias e elaboração de pequenos projetos. Surgiram lideranças comunitárias com uma percepção global de processos de desenvolvimento local sustentável e capazes de atuar nos diferentes órgãos de planejamento e gestão das políticas públicas.

- Foi realizada pesquisa participativa etnofarmacológica para a recuperação, sistematização e multiplicação de informações sobre o cultivo e uso de plantas medicinais da cultura local. Os conhecimentos tradicionais foram complementados com conhecimento científico com o objetivo de qualificar o trabalho comunitário, dando um aporte de segurança e eficácia para a utilização de recursos locais para a saúde.

- Práticas saudáveis de alimentação também foram resgatadas, sistematizadas e disseminadas, bem como iniciativas de redução da geração de resíduos pelo reaproveitamento e reciclagem do lixo doméstico.

- A atividade tem impactos positivos na qualidade ambiental, pois contribui para o aumento das áreas de absorção da água da chuva, para o desenvolvimento da biodiversidade urbana, para a melhoria dos solos pelo aproveitamento de matéria orgânica, contribuindo, também, para

diminuir a pressão sobre os sistemas de coleta, transporte e destinação final de resíduos.

- Foi sistematizada uma metodologia de diagnóstico urbano participativo que possibilita o protagonismo das comunidades na produção de conhecimentos sobre sua realidade. A própria realização do diagnóstico promove a mobilização dos interessados em função dos projetos, cria oportunidades de uma vivência democrática e opções para as decisões coletivas.

- Foram realizados diagnósticos exploratórios (levantamento das mais diversas informações), temáticos (agricultura urbana e segurança alimentar, iniciativas relacionadas a uma gestão sustentável de resíduos, geração de renda, organização comunitária), para planejamento e monitoramento (levantamento de informações necessárias para formular propostas de ação e o impacto de uma intervenção).

Fatores de sucesso

A diversidade de parceiros envolvidos na execução dos projetos tem garantido sua manutenção: lideranças e grupos comunitários formais e informais, organizações governamentais, entidades religiosas e órgãos públicos (secretarias de Abastecimento, Meio Ambiente, Saúde, Educação, Assistência Social).

Apoio e recursos da cooperação internacional: Fundo Life/PNUD, Unicef, Visão Mundial, Misereor, Cese, Fase.

Apoio e recursos do poder público

para implementação do Projeto Cevae foram determinantes para sua implantação e funcionamento.

As metodologias participativas utilizadas no trabalho possibilitam identificar e potencializar as iniciativas locais, estimulando a formação de lideranças.

Desafios e possibilidades

Como toda a estratégia de intervenção está baseada no protagonismo das comunidades, uma das grandes dificuldades encontradas é financiar o trabalho de agentes e educadores locais. Muitas pessoas capacitadas pelo programa acabam abandonando o trabalho comunitário em função de oportunidades de emprego, formais e informais, em sua maioria com baixos salários.

Outro desafio a ser enfrentado é a estruturação de estratégias de comunicação que demonstrem os resultados das ações desenvolvidas, potencializem o protagonismo das organizações locais e promovam o intercâmbio das experiências desenvolvidas.

É importante que a avaliação e a elaboração da experiência não se restrinjam aos parceiros diretamente envolvidos — ONGs e órgãos públicos. É preciso abrir

novas frentes de diálogo, de forma a ampliar as parcerias e demonstrar a viabilidade dessas propostas como alternativas para a construção de políticas públicas de desenvolvimento local.

As mudanças de orientação nos órgãos governamentais parceiros podem resultar em suspensão ou mesmo em interrupções de programas e projetos socioambientais, com prejuízos para as populações atendidas e para os demais parceiros no projeto, como foi o caso na parceria Rede–PMBH.

Os Cevaes de Belo Horizonte receberam três premiações entre 1997 e 1999: o Prêmio Josué de Castro, da Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte; o Prêmio Gentileza Urbana, do Instituto de Arquitetos do Brasil; e o Lista Limpa, da Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte. O programa foi reconhecido enquanto uma política municipal de Meio Ambiente e Segurança Alimentar e escolhido pelo Programa Life/PNUD como experiência demonstrativa de desenvolvimento urbano sustentável.

Agricultura Urbana em Campo Grande

Rio de Janeiro (RJ)

Metodologia de nutrição em que o enriquecimento dos cardápios é feito pelo aproveitamento integral dos alimentos, com a utilização de partes convencionalmente descartadas, como talos, folhas, farelos e cereais, sementes e cascas, ricos em fibras, vitaminas e minerais, além da valorização de produtos regionais. A multimistura é muito utilizada pelas organizações da sociedade civil em programas de combate à desnutrição infantil e materna.

Contatos
Marcio Mattos de Mendonça
Assessoria e Serviços a Projetos em
Agricultura Alternativa (AS-PTA)
Fone: (21) 2253-8317
Fax: (21) 2233-8363
E-mail: urbana@aspta.org.br

Eveline Cunha Moura
Pastoral da Criança
Fone: (41) 336-0250
Fax: (41) 336-9940
E-mail: eveline@rebidia.org.br e
eveline@pastoraldacrianca.org.br

A proposta de desenvolver a agricultura urbana em comunidades do Município do Rio de Janeiro teve início em outubro de 1999 — um projeto da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Desde 2001 um projeto piloto vem sendo implementado na comunidade Vila Carioca, em Campo Grande, numa parceria entre a AS-PTA e a Pastoral da Criança.

A proposta valoriza as experiências já existentes na comunidade e estimula os moradores a transformar seus quintais — muitas vezes áreas improdutivas e de acúmulo de lixo — em hortas para o autoconsumo.

O projeto se associa às ações de orientação da população local para aproveitamento integral dos alimentos e distribuição da alimentação enriquecida (**multimistura**) desenvolvidas pela Pastoral da Criança.

Resultados

- Foram capacitadas 20 agentes da Pastoral, que atendem a 150 famílias na comunidade Vila Carioca. A capacitação foi feita por meio de atividades práticas, com a implantação de hortas em alguns quintais e mediante troca de experiências e visitas a hortas já formadas.

- Lideranças de outras comunidades em que a Pastoral da Criança atua demonstraram interesse no projeto, que está entrando em sua segunda fase, de regionalização.

- A implantação das hortas nos quintais e áreas disponíveis da comunidade teve impacto positivo no ambiente e na qualidade de vida dos moradores. O entulho que antes se acumulava nessas áreas, contribuindo para a proliferação de vetores de doenças, foi removido. Em seu lugar

surgiram canteiros de hortaliças e leguminosas bem variadas, temperos, plantas medicinais e frutíferas, que resultaram em sensível enriquecimento na alimentação das famílias envolvidas.

Fatores de sucesso

A participação ativa das mulheres da comunidade foi um fator decisivo para a implantação do projeto, que também tem o apoio das organizações locais (associação de moradores, escolas etc.).

O projeto conta com pequeno apoio financeiro da Pastoral da Criança e da própria AS-PTA. Seu baixo custo — restrito à capacitação de multiplicadores e assessoramento técnico/metodológico — tem sido fator decisivo para sua implantação.

Desafios e possibilidades

A implantação de hortas e de pequenos pomares domésticos ou comunitários pode representar um ganho de qualidade significativo na alimentação das famílias de baixa renda. A expansão de programas desse tipo depende de recursos para produzir materiais de divulgação tanto para sensibilizar quanto para capacitar mais moradores, para a formação de multiplicadores e para a compra de sementes.

É preciso adaptar metodologias e ter conhecimento da realidade social inerente a esses tipos de comunidade. Muitas vezes, a situação de pobreza faz com que as pessoas tenham auto-estima muito baixa e não busquem alternativas relacionadas a alimentação e saúde.

Horta Comunitária e Processamento de Alimentos

Francisco Beltrão
(PR)

Em maio de 2000, a Pastoral da Criança, organização ligada à Igreja Católica, se propôs a construir um programa de segurança alimentar e nutricional sustentável, em conjunto com as comunidades onde atua, em vários estados do País. As próprias comunidades fariam o diagnóstico de sua situação alimentar e dos problemas relacionados e traçariam as estratégias para superar a desnutrição e promover o desenvolvimento local sustentável. A horta, a padaria e a cozinha comunitárias implantadas na Comunidade do Padre Ulrico, na periferia de Francisco Beltrão, no Paraná, integram um conjunto de iniciativas que compõem o projeto piloto desse programa.

No diagnóstico realizado pela comunidade, os problemas mais expressivos indicados foram a desnutrição de crianças e gestantes, o baixo nível de escolarização dos moradores e a falta de emprego. O tráfico de drogas e outras formas de criminalidade presentes no bairro têm certo poder de cooptação sobre os moradores por se apresentarem como alternativas de renda.

A estratégia traçada pela comunidade envolvia a implantação de uma horta, de uma cozinha e de uma padaria comunitárias, que contribuiriam para superar a desnutrição e, ao mesmo tempo, gerar trabalho e renda para uma parcela da comunidade. Foi tentada, também, uma oficina para a fabricação de produtos de limpeza — sabão, detergente, amaciante etc. Vários jovens e adultos foram encaminhados para programas públicos de educação supletiva.

A viabilização da horta demorou cerca de um ano e meio. Seu longo tempo de maturação deveu-se, primeiramente, às próprias dificuldades da comunidade para acreditar na construção de um projeto

coletivo e criar condições para realizá-lo. Para isso foi necessário construir formas de organização, métodos de discussão e planejamento coletivo, bem como mecanismos de captação de recursos.

A opção pela agricultura orgânica, que naturalmente exige certo tempo para a recuperação dos solos, associada à falta de tecnologia da comunidade, também resultou em demora para o início da produção. Isso provocou o afastamento de algumas famílias que, vivendo em extrema pobreza, precisavam de soluções imediatas para sua sobrevivência. Apesar da rotatividade, um grupo de 12 famílias mantém-se desde o início do projeto.

Para implantar a horta, a própria comunidade se mobilizou para obter a infraestrutura necessária. O terreno foi cedido pela Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão; a Pastoral da Criança conseguiu financiamento no valor de 2,8 mil reais de fundo rotativo do Banco Mundial para o início dos trabalhos. Empresas locais contribuíram com palanques, arame, ferramentas para o trabalho, sementes, adubo orgânico e com equipamentos para irrigação. A Assesoar, uma ONG especializada em projetos agrícolas, contribuiu com a capacitação e assistência técnica para o plantio e cultivo orgânico, irrigação e preservação ambiental, técnicas de gerenciamento e de comercialização da produção. A Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-Paraná) orientou os envolvidos no manejo e proteção da fonte de água existente no terreno.

A construção da cozinha e da padaria também foi viabilizada por parcerias firmadas com a comunidade. A Caixa Econômica Federal financiou a compra dos equipamentos a fundo perdido. A Prefeitura doou o terreno e o material necessário e pôs à disposição um

Contato
Inês Angelina Favero
Pastoral da Criança
Fone e fax: (46) 523-2608
E-mail: pastoral@wln.com.br

mestre-de-obras para orientar a construção. As instalações foram erguidas pela própria comunidade, em mutirão.

Resultados

- A organização da comunidade e a prática de ações coletivas são resultados evidentes desse trabalho. As famílias ganharam autonomia para equacionar seus problemas e para procurar soluções, aprendendo a apresentar reivindicações e propostas aos órgãos públicos.

- Além do benefício direto às 22 famílias que têm se mantido no projeto desde o início, houve uma melhora sensível na alimentação de toda a comunidade, que se beneficia pelo acesso a verduras e legumes de qualidade, bem como a pães e massas enriquecidos, a preços baixos. Também é comum moradores trocarem um dia de trabalho na horta por alimentos. Parte do excedente da horta é vendida em supermercados.

- A cozinha processa alimentos da horta, produzindo conservas de cenoura, beterraba, vagem e cebola. Produz, também, lanches para as crianças atendidas pela Pastoral, que precisam de alimentação diferenciada.

- A comunidade ainda está construindo seu método de produção, adaptando as técnicas de agricultura orgânica às condições do terreno de que dispõe, investindo na fertilização do terreno como forma de combater as pragas agrícolas.

Fatores de sucesso

A comunidade ter encontrado formas próprias de organização para as diferentes atividades foi fator determinante para a

implantação do projeto. Isso demandou tempo e muita discussão. Chegou-se a uma estrutura baseada em grupos de trabalho para fins específicos, com rotatividade das lideranças, garantindo, assim, maior participação e envolvimento das pessoas nos processos de decisão e de implantação das ações.

As diferentes parcerias com o poder público e com organizações não-governamentais e o apoio de empresas e de pessoas da comunidade possibilitaram obter a infra-estrutura, os materiais e a tecnologia necessários para a implantação tanto da horta quanto das unidades de processamento e produção de alimentos.

A orientação e o apoio constantes da Pastoral da Criança foram essenciais à continuidade dos trabalhos.

Desafios e possibilidades

A comunidade ainda está testando as técnicas de produção orgânica, em busca de maior eficiência. Um de seus desafios é encontrar um método mais seguro de prevenção e combate às pragas agrícolas.

Aumentar a produção, gerando renda suficiente para sustentar todas as famílias envolvidas, e aprender a planejar a comercialização de acordo com as safras são desafios a serem enfrentados.

A comunidade tem presente, também, que a capacitação do grupo precisa ser permanente para que os empreendimentos cresçam e melhorem de qualidade.

O projeto de fabricar produtos de limpeza não pôde ser implantado porque os padrões industriais exigidos pela vigilância sanitária o tornavam inviável para a comunidade.

Restaurante Popular

Belo Horizonte (MG)

A Prefeitura de Belo Horizonte, ao criar a Secretaria Municipal de Abastecimento, em 1993, pôs em andamento, e mantém até hoje, uma política de segurança alimentar e nutricional com ações ao longo da cadeia de produção—comercialização—consumo de alimentos. Seus objetivos são garantir o direito à alimentação a parcela da população mais vulnerável à fome, estimular a agricultura familiar, diminuir a distância entre produtores e consumidores por meio de novos mecanismos de comercialização e ampliar o acesso aos alimentos para a população de baixa renda.

O Programa de Refeições Subsidiadas — Restaurante Popular é parte integrante dessa política de segurança alimentar e nutricional. Seu objetivo é oferecer refeições balanceadas à população de baixa renda por um preço acessível, funcionar como agente regulador dos preços das refeições prontas na região central da cidade e criar um centro de referência em alimentação.

O Restaurante Popular funciona de segunda a sexta-feira, das 10h30 às 14h00 e das 17h00 às 20h00. No almoço, serve uma refeição balanceada no formato de bandeirão, ao preço de R\$ 1,00. No jantar são servidas sopas acompanhadas de pãezinhos, por R\$ 0,50. O Restaurante ainda oferece como opção aos usuários uma refeição pronta em marmiteix, por R\$ 1,50. A Prefeitura arca com 70% do custo das refeições.

Os cardápios, planejados por uma equipe de profissionais da área de nutrição, são preparados com produtos de época. O almoço geralmente contém um tipo de carne (boi, porco, frango ou peixe), arroz,

feijão, saladas cruas e cozidas, guarnições (angu, farofa, macarrão etc.), um copo de suco e uma fruta ou doce de sobremesa. No período noturno, as sopas são variadas (de feijão, de mandioca, de macarrão, de canjiquinha, de lentilha, de ervilha e outras) e o pãozinho (de batata, de mandioca, de cenoura e outros) é preparado no próprio restaurante. A Prefeitura administra diretamente o restaurante, valendo-se de empresas terceirizadas, por licitação, para a contratação de mão-de-obra e reparos de máquinas e equipamentos.

O Restaurante Popular desenvolve alguns serviços de apoio aos usuários, como quadro de pequenos anúncios e orientações nutricionais, mural com os jornais diários, um sistema de rádio e comunicação interna, atendimento diferenciado a gestantes, pessoas da terceira idade e portadoras de deficiência. Os usuários podem opinar e fazer críticas por meio de caixas de sugestões espalhadas pelo salão ou diretamente aos funcionários de apoio do refeitório. Campanhas educativas de combate ao desperdício, de aproveitamento integral dos alimentos, de higiene e de conservação do equipamento são constantes. As sobras limpas do restaurante em condições de consumo são doadas diariamente para o Albergue Municipal. O lixo orgânico é encaminhado para produção de compostagem, que é utilizada nas hortas comunitárias do município.

O Popular também possibilita atividades em parceria entre a Secretaria Municipal de Abastecimento e outras secretarias. Com a Secretaria de Educação, são desenvolvidas semanalmente atividades de orientação alimentar e nutricional para crianças das escolas municipais e creches,

Contato

Adriana Veiga Aranha
Prefeitura de Belo Horizonte —
Secretaria de Abastecimento
Fone: (31) 3277-4797
Fax: (31) 3277-9781
E-mail: aranha@pbh.gov.br ou
a.aranha@uol.com.br
Site: www.pbh.gov.br

durante visita-almoço. A Secretaria de Saúde promove campanhas de prevenção de hipertensão, diabetes, obesidade ou semana do nutricionista e orientação nutricional.

- O Restaurante Popular também cede o espaço para as famílias ligadas à Pastoral da Criança venderem os produtos que fabricam, como multimistura, doces e sucos.

Resultados

- O Restaurante Popular funciona sem interrupção desde 1994. O número de usuários vem crescendo ao longo desse período, passando de uma média de 1.757 refeições diárias, em 1994, para 3.432, em 1999, e chegando às atuais 5 mil refeições diárias.

- O projeto vem cumprindo sua função de atender trabalhadores de baixa renda. Um terço dos usuários ganha até dois salários mínimos e metade, entre dois e cinco salários mínimos. São aposentados, comerciários, trabalhadores autônomos, lavadores e tomadores de conta de carros, bancários, moradores de rua, meninos e meninas de rua e famílias inteiras que fazem suas refeições no local.

- O restaurante tem funcionado como regulador do preço das refeições nos estabelecimentos que atendem à população de baixa renda na sua vizinhança, a região central da cidade.

- Estímulo à produção familiar rural — os produtores rurais participam da licitação para o fornecimento dos hortifrutigranjeiros.

Fatores de sucesso

Preços acessíveis e qualidade das refeições e do atendimento aos usuários.

A política de segurança alimentar e nutricional do município, que garante o subsídio às refeições.

Desafios e possibilidades

Servindo 5 mil refeições por dia, o restaurante está chegando ao limite de sua capacidade de atendimento. No entanto, a procura vem aumentando dia a dia. Para atender um número maior de usuários, seria preciso ampliar as instalações e o pessoal contratado. O programa poderia ser ampliado também pela construção de novos restaurantes.

Os resultados apresentados indicam que projetos de alimentação subsidiada podem ser uma boa alternativa para atender a população adulta que não tem acesso a uma boa alimentação. Eles podem ser mantidos por meio de parcerias entre o poder público, ONGs e iniciativa privada.

O Programa de Refeições Subsidiadas — Restaurante Popular, de Belo Horizonte, recebeu o Prêmio Gestão Pública e Cidadania, conferido pela Fundação Getúlio Vargas e pela Fundação Ford, com apoio do BNDES, em 1999.

Sugestões de ações na esfera de abastecimento e acesso aos alimentos

Acesso à água

- Aporte de recursos materiais e humanos para a implantação de sistemas e equipamentos que garantam o acesso à água pelas populações do Semi-Árido brasileiro, como a construção de cisternas para captação e armazenamento da água da chuva para consumo humano.
- Apoio a organizações da sociedade civil que promovam associações de agricultores da região do Semi-Árido e sua capacitação em práticas agrícolas adequadas às características climáticas da região.

Entrepósitos e feiras de produtores

- Contribuir para o fomento do mercado de alimentos e para o acesso a alimentos diferenciados, apoiando a criação de feiras de pequenos produtores, a realização de festas promocionais de produtos típicos etc.
- Apoiar programas de aperfeiçoamento dos equipamentos públicos de varejo de alimentos, como feiras livres, varejões, sacolões e mercados municipais, bem como de capacitação das equipes responsáveis por sua gestão.
- Apoiar a ampliação da rede de entrepostos ou centros de comercialização de baixo custo operacional, bem como a informatização do sistema de informação de preços para produtores e consumidores.
- Apoiar a realização de eventos de difusão e promoção de técnicas e produtos artesanais e agroecológicos.

Agricultura urbana

- Apoio técnico material e humano a entidades comunitárias ou ONGs que

desenvolvam programas de implantação de agricultura urbana com objetivos educacionais e de ampliação do acesso a alimentos saudáveis, bem como a fóruns de debates que contribuam para a sistematização das experiências de agricultura urbana existentes no País.

- Apoio técnico e financeiro para a formação de centros difusores das práticas de agricultura urbana, capacitação de monitores e multiplicadores em áreas de moradia de população de baixa renda e realização de oficinas com a população.
- Apoio a programas de implantação de hortas comunitárias e escolares, associadas à educação alimentar das crianças e dos consumidores em geral.
- Apoio a projetos de infra-estrutura para a agricultura urbana, como viveiros de mudas, pequenas usinas de processamento de resíduos domésticos para produção de compostos orgânicos etc.
- Cessão de terrenos para a instalação de hortas comunitárias, contribuindo para ampliar a oferta de alimentos e para criar oportunidades de trabalho e renda.

Refeições de qualidade a baixo custo

- Apoio financeiro para a implantação de restaurantes com refeições de qualidade a preços subsidiados geridos por meio de parcerias com o poder público ou organizações da sociedade civil.
- Construção de restaurantes para funcionários em parceria com outras empresas vizinhas, com preços subsidiados, e abertos à população que trabalha e circula na vizinhança.

A vertical orange bar on the left side of the page contains two simple line drawings. The top drawing is of a baby's face with closed eyes and a smile, wearing a headband. The bottom drawing is of a banana.

Consumo e educação alimentar

As experiências relatadas a seguir apresentam práticas de segurança alimentar e nutricional realizadas na esfera do consumo. As duas primeiras, embora de modo diferenciado, estão voltadas para a erradicação da desnutrição por meio de atividades de educação alimentar e nutricional nas comunidades — uma em Fortaleza (CE), outra na região do Butantã, na capital paulista. Os dois relatos seguintes têm em comum a temática da segurança dos alimentos e a participação dos organismos públicos responsáveis pela vigilância sanitária. No primeiro deles, no Estado de Minas Gerais, a iniciativa de regularizar a produção e investir na qualidade dos alimentos parte da organização dos produtores. No segundo, em Tubarão (SC), é a ação de uma organização de consumidores que resulta em mudanças positivas pela melhoria da qualidade dos alimentos ofertados.

A educação para o consumo é o tema do último relato, uma experiência de capacitação de professores da rede pública realizada em parceria pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e pela Prefeitura de São José dos Campos (SP). Por fim, sugerem-se ações que as empresas podem empreender na esfera do consumo, apoiando as experiências relatadas ou utilizando-as como referência para outras iniciativas.

Projeto de Educação Alimentar e Nutricional

Fortaleza (CE)

Uma pesquisa sobre a alimentação servida nas creches de uma região da periferia de Fortaleza, Ceará, e a constatação do alto índice de desnutrição entre as 600 crianças freqüentadoras desses estabelecimentos foram os pontos de partida do Projeto de Educação Alimentar e Nutricional (Peana), um programa conduzido pela entidade Valorização do Indivíduo e Desenvolvimento Ativo — Vida Brasil. O programa, que inclui ações de promoção da cidadania e estimula o desenvolvimento de atividades geradoras de trabalho e renda, é realizado desde 1996 em parceria com as entidades mantenedoras de sete creches comunitárias na periferia de Fortaleza.

Vida Brasil é uma organização não-governamental com atuação em Fortaleza e Salvador, dedicada à promoção dos direitos humanos, organização do consumidor de baixa renda, segurança alimentar e nutricional, inclusão social e geração de trabalho e renda. Seu objetivo com o Peana é prevenir e remediar a situação de desnutrição das crianças atendidas por essas creches, todas pertencentes a famílias com renda entre meio e três salários mínimos.

Para isso, a Vida Brasil promoveu a capacitação das equipes das creches tanto em gestão administrativa e financeira, quanto em educação alimentar. Desenvolveu ações de sensibilização para a questão da desnutrição junto às famílias, promovendo encontros sobre segurança alimentar e nutricional e direitos do consumidor e oficinas de educação alimentar.

A defesa dos direitos do consumidor nesse segmento da população assume características muito específicas. Por não terem renda suficiente para fazer suas compras de acordo com as quantidades

disponíveis nas embalagens nos supermercados, essas famílias são alvos fáceis das estratégias dos estabelecimentos das periferias de vender picado, com grande acréscimo no preço unitário dos produtos. Como defesa, a Vida Brasil estimulou a formação de grupos de donas-de-casa que realizam e divulgam pesquisas de preço e qualidade nos estabelecimentos das comunidades.

A educação alimentar também é específica, pois as famílias precisam aprender a evitar desperdícios e a tirar o melhor partido possível dos poucos alimentos a que têm acesso.

A entidade ajudou na mobilização pela melhoria das políticas públicas de segurança alimentar e de apoio à infância, contribuiu para o fortalecimento da articulação entre as lideranças comunitárias que atuam nas mesmas regiões e bairros em prol da melhoria dos serviços básicos de saúde e educação, e ajudou a promover e organizar o Fórum Municipal de Creches. Outras articulações resultaram na criação do Fórum Cearense de Segurança Alimentar e Nutricional (FCSAN), hoje composto por 53 entidades, do qual a Vida Brasil participa da coordenação.

Resultados

- O Peana resultou em melhoria sensível da qualidade da alimentação e das condições de nutrição das creches participantes. Os cardápios foram modificados, com a adoção de uma composição mais diversificada e balanceada. Houve mudança nos hábitos alimentares e de consumo das famílias

Contatos
Suziane Martins Vasconcelos
Patrick Oliveira
Vida Brasil
Fone: (85) 491-9954
Fax: (85) 491-9962
E-mail: fortaleza@vidabrasil.org.br
Site: www.vidabrasil.org.br

Artanilce da Silva Pinheiro
Fórum Municipal das Creches —
Fortaleza
Fone e fax: (85) 269-2687
E-mail: forumdecreches@secrel.com.br

envolvidas. Ao todo, o programa beneficia 428 famílias e cerca de 2.140 pessoas.

- As cozinheiras das creches foram incluídas nos programas oficiais de capacitação promovidos pelo governo do estado.
- O Fórum Municipal de Creches foi legitimado e, hoje, o Fórum Cearense de Segurança Alimentar e Nutricional tem assento no Conselho de Segurança Alimentar do Ceará.
- A entidade Vida Brasil reforçou sua posição como interlocutora de políticas públicas na área de segurança alimentar no Município de Fortaleza.

Fatores de sucesso

O Pean, que recebera apoio financeiro da agência Cordaid para o triênio 1996-1999, teve seu financiamento renovado por mais dois triênios, 1999-2002 e 2002-2005.

A estratégia da ONG de envolver as famílias e as entidades responsáveis pelas creches nas ações de educação alimentar e para o consumo teve papel multiplicador na comunidade. A busca da integração entre as diferentes ações empreendidas e a valorização dos indivíduos e da parceria com as entidades foram fundamentais para construir uma rede de sustentação para o programa.

O projeto também contribuiu para a participação organizada e crítica da população da periferia de Fortaleza ante o poder público, bem como para sua intervenção nos espaços públicos em que são debatidas e elaboradas as políticas públicas que lhe dizem respeito.

Desafios e possibilidades

Promover a autonomia dos indivíduos e de suas organizações requer tempo, persistência e determinação por parte de todos os atores envolvidos. Ainda está para ser sistematizada uma metodologia para a intervenção junto aos segmentos de baixa renda da população em suas dimensões técnicas e éticas.

O apoio financeiro e técnico sistemático às entidades comunitárias e que congregam as demandas da população é fundamental para que possam manter e ampliar sua participação na parceria com o poder público tanto para a definição quanto para a implantação de políticas públicas de segurança alimentar, voltadas à redução e à superação da exclusão social.

Centro de Referência em Segurança Alimentar do Butantã

São Paulo (SP)

A região do Butantã, zona oeste do Município de São Paulo, tem cerca de 376 mil habitantes, 10% dos quais vivem em favelas. O Jardim Jaqueline, localizado no distrito Vila Sônia, é considerado uma grande área de exclusão social e é nesse bairro que está sendo implantado o primeiro Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do município. Seu objetivo é formular e desenvolver uma política local de segurança alimentar para combater a fome e a desnutrição infantil nos bolsões de pobreza do Butantã.

O projeto surgiu em 2001, de uma parceria entre a Subprefeitura do Butantã e o Instituto Pólis. O município cedeu o espaço físico — um equipamento existente na região, composto de uma cozinha semi-industrial equipada, desativada, um refeitório e uma sala. O Instituto Pólis elaborou o projeto e, em parceria com a Supervisão de Assistência Social Butantã/Pinheiros, está coordenando as atividades de implantação, bem como a formação de um Conselho Consultivo, que futuramente assumirá integralmente a gestão do Centro de Referência.

O processo de implantação teve início em 2002 e ainda está em andamento. A sistematização dessa experiência permitirá a implantação de centros semelhantes em bolsões de pobreza de outras subprefeituras do município.

A instalação de um centro de referência em segurança alimentar requer um conjunto de ações que já estão sendo realizadas: 1) a articulação de uma rede de solidariedade e apoio, formada por empresas e entidades da região; 2) a sensibilização de lideranças comunitárias e funcionários de equipamentos governamentais e não-

governamentais — posto de saúde, creches e escolas, projeto de atendimento a crianças e adolescentes; 3) a capacitação das pessoas responsáveis pela elaboração das refeições das crianças dos equipamentos da região, com a realização de oficinas sobre alimentação enriquecida e aproveitamento integral dos alimentos; 4) a implantação de metodologia de acompanhamento do estado nutricional das crianças e adolescentes da região; entre outras. O Centro pretende envolver um maior número de parceiros da sociedade civil da região, articulando uma rede de solidariedade local no âmbito do Programa Fome Zero.

Foi constituído um Grupo de Trabalho, envolvendo o Instituto Pólis, técnicos de diferentes secretarias municipais — Assistência Social, Saúde, Educação, Abastecimento, Verde e Meio Ambiente —, a Coordenadoria de Ação Social e Desenvolvimento da Subprefeitura do Butantã, membros de entidades sociais da região, a Pastoral da Criança e as Faculdades Integradas de São Paulo (FISP).

O Grupo de Trabalho reúne-se mensalmente, buscando sinergias entre as políticas setoriais das diversas secretarias, tais como bolsa-alimentação, programa de saúde da família, atendimento da Unidade Básica de Saúde, sistema de vigilância alimentar e nutricional, merenda escolar etc. Os temas da segurança alimentar e nutricional e da alimentação como um dos direitos humanos fundamentais têm representado elemento integrador entre as políticas municipais que estão sendo descentralizadas no âmbito das subprefeituras.

O Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional planeja ações junto aos comerciantes fixos ou ambulantes que

Contatos

Eutália Guimarães Gazzoli
Supervisão Regional de Assistência
Social Butantã-Pinheiros
Fones: 3773-4921 e 3749-1394
E-mails: sasbtpi@ig.com.br e
chris@polis.org.br

Christiane Costa
Pólis — Instituto de Estudos, Formação
e Assessoria em Políticas Públicas
Fone: (11) 3258-6121
E-mail: chris@polis.org.br
Site: www.polis.org.br

trabalham com alimentos na região, para a realização de cursos em parceria com a Vigilância Sanitária. Está sendo elaborado também o Projeto Feira Solidária, para destinar as sobras das feiras a entidades sociais da região. Também estão sendo procurados terrenos para a implantação de hortas comunitárias orgânicas no Jardim Jaqueline, facilitando assim o acesso a verduras e legumes saudáveis.

A Secretaria Municipal de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Abastecimento estudam a possibilidade de implantar, no refeitório do Centro de Referência, o Projeto Café da Manhã nos Bairros, oferecendo à população da favela próxima, onde moram 9 mil pessoas, a opção de uma refeição matinal a preço subsidiado, no caminho para o trabalho.

Resultados

- Foi realizada a primeira oficina “Aproveitamento Integral dos Alimentos” para a formação de multiplicadores, com 12 encontros teórico-práticos, reunindo funcionários de 11 organizações — unidades educacionais, Pastoral da Criança do Jardim Jaqueline, grupo de idosos etc.
- Avaliação nutricional de 1.500 crianças e adolescentes, de oito unidades educacionais do Jardim Jaqueline, por meio de registro de seu peso e altura, que vem sendo realizada pelos estagiários do Curso de Nutrição das Faculdades Integradas de São Paulo (FISP).
- O Grupo de Trabalho constituído, que se reúne mensalmente, está organizado em comissões responsáveis por várias frentes

de ação: reforma do prédio; preparação de seminários, cursos e oficinas; avaliação nutricional; agricultura urbana etc.

Fatores de sucesso

A participação conjunta do Instituto Pólis e de representantes do governo local no planejamento e implantação do projeto.

A articulação de uma rede de apoio formada por lideranças locais e representantes de organizações que atuam na região. Essa rede é o embrião do Conselho Consultivo do Centro de Referência em Segurança Alimentar.

Apoio dos professores e alunos do Curso de Nutrição da FISP.

Apoio financeiro do Comitê Catholique contre la Faim et pour le Développement.

Desafios e possibilidades

Em fase de implantação, essa experiência vem ampliando seu leque de atuação. As oficinas e cursos sobre alimentação enriquecida e aproveitamento integral dos alimentos têm a função de formar multiplicadores que vão levar os conhecimentos adquiridos para suas associações, locais de trabalho e para suas famílias.

A maior dificuldade tem sido a obtenção de recursos financeiros para a reforma do espaço, de modo a adequá-lo às necessidades do Centro de Referência em Segurança Alimentar.

Alimentos Artesanais — Regulamentação e Melhoria da Qualidade

Minas Gerais

Os pequenos produtores de alimentos — agrícolas, agroindustriais e industriais urbanos — enfrentam várias dificuldades para registrar seus produtos e legalizar suas atividades. Têm pouca informação quanto às exigências das normas sanitárias e quase nenhum capital para adequar seus estabelecimentos às exigências legais.

Em Minas Gerais, embora a produção artesanal de alimentos esteja plenamente integrada às tradições culturais do estado, os produtores, em sua maioria, não têm suas atividades regulamentadas. O queijo, o pão de queijo, os doces e compotas — todos “de Minas” — são, em sua maioria, produzidos em pequenos estabelecimentos com praticamente nenhum controle sanitário.

É para enfrentar essa realidade que o Serviço de Vigilância Sanitária de Minas Gerais e a Central Mãos de Minas vêm empreendendo um esforço conjunto para normatizar a produção de alimentos artesanais, de modo a permitir sua legalização. Procuram, assim, ampliar as garantias quanto à segurança do alimento e preservar sua identidade cultural, ao mesmo tempo em que trazem para o mercado formal uma parcela significativa da população que tem no alimento artesanal sua fonte de renda.

A Vigilância Sanitária mineira já tem tradição como promotora de trabalhos de capacitação e orientação dos produtores, dando especial atenção aos pequenos produtores artesanais. A Central Mãos de Minas articula 20 entidades de produtores artesanais do estado, representando mais de 4 mil produtores espalhados em mais de 100 municípios mineiros. Em 1998, as duas instituições, juntamente com o Instituto

Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor (Cape), passaram a atuar juntas na busca de soluções para a questão da legalização e melhoria da qualidade dos produtos dos pequenos produtores de alimentos. Formou-se, então, um grupo de trabalho composto pela Vigilância Sanitária, Central Mãos de Minas, Instituto Centro Cape, Fundação Centro Tecnológico de Minas (Cetec) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e universidades.

Com a participação de técnicos das secretarias da Saúde e da Agricultura, foi proposto um projeto de lei para regulamentar a produção artesanal urbana e rural de alimentos. Pelo projeto, todo alimento tem de ser aprovado e controlado pela autoridade sanitária para ser posto à venda, e os produtores devem estar representados por associações e cooperativas. O projeto também estabelece diretrizes de fomento para serem implantadas por órgãos públicos, com linhas de financiamento para modernização, capacitação e treinamento, e melhoria tecnológica dos estabelecimentos.

Paralelamente aos trâmites de elaboração e aprovação da lei, a Central Mãos de Minas e o Instituto Centro Cape em parceria com o Cetec realizaram um diagnóstico do patamar tecnológico dos produtores de alimentos artesanais e de seus principais problemas. O Instituto Centro Cape tem apoiado a articulação dos produtores, com visitas aos municípios, estimulando a organização de associações e cooperativas no modelo Mãos de Minas. Ambos têm oferecido cursos e atividades de capacitação aos produtores, que começaram

Contatos

Ligia Lindner Schreiner
Serviço de Vigilância Sanitária de
Minas Gerais
Fone: (31) 3261-8778
Fax: (31) 3261-6125
E-mail: ligia@saude.mg.gov.br

Ivone Martins
Central Mãos de Minas
Fones: (31) 3282-8289/8303
E-mail: mminas@maosdeminas.org.br
Site: www.maosdeminas.org.br

pela região metropolitana de Belo Horizonte e devem ser estendidos para todo o estado. Na sede da Central, em Belo Horizonte, foi criada uma estrutura de atendimento aos produtores, capaz de orientá-los quanto aos procedimentos legais e aos recursos de fomento existentes, que poderiam ser utilizados para promover a adequação de seus estabelecimentos.

Resultados

- Aprovação na Assembléia Legislativa de Minas Gerais do Projeto de Lei nº 1105/2000, que dispõe sobre as condições para a produção de alimentos pelos pequenos produtores artesanais rurais e urbanos.
- Cadastramento dos artesãos por região do estado e mapeamento de toda a cadeia produtiva em seus pontos fortes e fracos.
- Constituição e formação de várias cooperativas e associações, em diferentes municípios do estado, assim como a capacitação básica em associativismo e cooperativismo.
- Capacitação de produtores em todo o estado pelo Instituto Centro Cape, beneficiando mais de 500 famílias, segundo avaliação da Central Mãos de Minas, para melhoria das técnicas e processos produtivos e adequação de seus estabelecimentos.
- Elaboração de políticas públicas de fomento à pequena produção de alimentos artesanais e ajustes na legislação em vigor.
- Valorização das práticas de agricultura e da culinária tradicionais mineiras, responsáveis pela produção dos alimentos artesanais.

Desafios e possibilidades

A lei ainda não foi regulamentada devido às dificuldades de harmonizar os requisitos e procedimentos das secretarias da Saúde e da Agricultura.

Avançar no processo de organização dos produtores artesanais de alimentos e em sua capacitação para produzir com mais qualidade é o grande desafio presente para os órgãos de controle, para a Central Mãos de Minas e para o Instituto Centro Cape.

Movimento das Donas de Casa pela Segurança dos Alimentos

Tubarão (SC)

Em 1999, a Associação das Donas de Casa e dos Consumidores (Adocon) de Tubarão (SC) iniciou uma intensa campanha de fiscalização sobre o comércio de produtos de origem animal não-inspecionados — chamados genericamente de “produtos coloniais”. Pequenos produtores locais abatiam bovinos, suínos e aves sem atenção às normas sanitárias municipais e estaduais. Os resíduos — matéria orgânica e produtos químicos — eram jogados nos rios e córregos da região. O rio Tubarão recebia forte carga poluente resultante desse tipo de atividade.

A maior parte desses produtos era comercializada em estabelecimentos de pequeno porte ou por pequenos vendedores autônomos de baixa renda. Os compradores, em sua maioria (mas não exclusivamente), também eram de baixa renda. O desafio da Adocon era melhorar a qualidade ao longo de toda a cadeia de produção, comercialização e consumo, sem, contudo, alterar as características artesanais dos produtos. Pretendia também contribuir para a capacitação dos pequenos produtores e distribuidores, de forma e tirá-los da marginalidade.

A campanha foi realizada junto com os organismos de vigilância sanitária do município e do estado, com o Procon, com o Ministério Público e com a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário de Santa Catarina (Cidasc). Os fornecedores de produtos agropecuários para o mercado local deveriam adequar-se às normas sanitárias municipais e estaduais, certificando seus produtos. Os comerciantes foram instados a não mais vender produtos sem certificação e a

melhorar as condições de higiene de seus estabelecimentos.

Os consumidores foram alertados sobre os riscos à saúde a que se expunham consumindo produtos não-inspecionados. A Adocon orientou-os a exigir produtos certificados, com data de validade nas embalagens, e também a cobrar dos comerciantes melhoria nas condições de higiene dos estabelecimentos.

A entidade ampliou suas atividades de educação para o consumo e defesa dos direitos dos consumidores. Em parceria com o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), tem participado de pesquisas nacionais de qualidade de produtos e serviços, e de mobilizações nacionais e internacionais, como Dia Mundial da Alimentação e Dia Mundial da Saúde. Tem, também, divulgado a experiência em conselhos comunitários, seminários, fóruns e encontros sobre educação alimentar e para o consumo, defesa do consumidor e do meio ambiente.

Resultados

- Foram realizadas ações educativas em escolas, encontros com a comunidade em igrejas, entidades e em algumas empresas, inspeção de abatedouros, frigoríficos e estabelecimentos comerciais, denúncias na imprensa e a organização de boicotes a produtos clandestinos. Foram produzidos materiais educativos, como o *Guia do Alimento*, com apoio de órgãos públicos e do Idec.
- A Adocon contribuiu para a mudança de comportamento ao longo de toda a

cadeia de produção, comercialização e consumo. As formas de comercialização dos produtos de origem animal e vegetal melhoraram sensivelmente no município. Produtos não-inspecionados são sistematicamente apreendidos e destruídos.

- O consumidor está muito mais exigente e a oferta dos produtos, mais adequada. A diversificação do consumo de alimentos foi estimulada — até feiras de produtos orgânicos já são realizadas na cidade.

- Cresceram as ações locais em defesa do meio ambiente e pela redução na carga poluente jogada nos rios.

Fatores de sucesso

A determinação das pessoas ligadas à Adocon, em geral donas-de-casa realizando trabalho voluntário, foi o fator-chave dessa mobilização. O envolvimento de vários segmentos e instâncias da comunidade — escolas, igrejas, imprensa local —, bem como o apoio dos órgãos públicos com materiais e infra-estrutura, contribuiu para o alcance da campanha de conscientização.

O apoio, a orientação e a capacitação de membros da Adocon pelo Idec foram importantes para a estruturação de toda a campanha. A efetiva ampliação das atividades de fiscalização pelos órgãos públicos e dos consumidores garantiu os resultados. Também foi fundamental o apoio ativo dos serviços municipais de vigilância sanitária e inspeção animal.

Desafios e possibilidades

Campanhas de conscientização pela melhoria da qualidade de produtos e de educação para o consumo precisam ser constantes. Parcerias com associações de moradores e outras entidades da sociedade civil poderiam ampliar essas ações, capacitando novos agentes fiscalizadores.

Os recursos financeiros são fatores limitadores do alcance dessas ações. Aumentando a captação de recursos, seria possível produzir mais materiais educativos e ampliar a divulgação. O apoio sob a forma de infra-estrutura — transporte, equipamentos para produção e impressão de documentos, por exemplo — também potencializaria a atuação desse tipo de entidade.

Capacitação de Professores em Consumo Sustentável

São José dos
Campos (SP)

No segundo semestre de 2002, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) promoveu um amplo processo de capacitação dos professores da rede pública municipal de São José dos Campos, em parceria com a prefeitura do município. O projeto, com o tema “Consumo sustentável — o consumidor como agente ativo na proteção do meio ambiente”, relaciona-se com o conjunto de atividades previstas no convênio estabelecido no final de 2001 entre o Idec e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) para desenvolvimento de uma campanha sobre consumo sustentável. O convênio viabilizou a produção da publicação *Consumo Sustentável: Manual de Educação*, dirigida aos professores do ensino fundamental, que serviu de base para a capacitação realizada na rede pública de São José dos Campos.

O projeto pedagógico para o curso de capacitação foi elaborado pela Imagem Educação, empresa especializada em comunicação em educação. Com carga horária de 20 horas-aula, o curso trabalhou os temas desenvolvidos no Manual — água, energia, alimentos, transportes, florestas, lixo e publicidade —, mostrando os problemas ambientais associados ao consumo, dicas do que o consumidor pode fazer e um guia didático com sugestões de atividades que o professor pode realizar em sala de aula.

Buscando o trabalho interdisciplinar sobre consumo sustentável nas escolas, as vagas foram abertas para professores de todas as áreas escolares. Participaram 80 professores das disciplinas de Ciências, Matemática, Língua Portuguesa, História,

Educação para o Consumo, Educação Física etc., das 33 escolas de ensino fundamental da rede municipal de educação. Em seu conjunto, os professores que fizeram o curso dão aulas para cerca de 13 mil alunos.

Além da introdução a cada um dos temas, no curso foram trabalhados os conceitos de complexidade e transdisciplinaridade, necessários para os alunos entenderem as diferentes dimensões, aspectos e atores envolvidos na necessária mudança dos atuais padrões insustentáveis de produção e consumo. A metodologia de educomunicação utilizada propiciou a realização de oficinas de rádio e jornal com o objetivo de oferecer aos professores e a seus alunos instrumentos de comunicação que facilitem o trabalho sobre consumo sustentável nas escolas.

Um questionário sobre hábitos de consumo foi respondido por mais de 2 mil alunos. Além de o próprio questionário representar um instrumento de conscientização, sua realização forneceu informações importantes para que os professores e a própria Secretaria Municipal de Educação de São José dos Campos conhecessem aspectos importantes da vida de seus alunos e planejassem as atividades de educação para o consumo.

Após o curso, foram realizados três encontros com os professores, totalizando mais 7,5 horas de carga horária, dois deles para acompanhamento e debate dos trabalhos realizados nas escolas, e um último encontro para avaliação dos resultados alcançados.

Contatos
Carlota Costa
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
Fone: (11) 3874-2150
Fax: (11) 3862-9844
E-mail: projetos@idec.org.br
Site: www.idec.org.br

Aida Maria Cachoni Mamud Godoi
Elisa Margarida K. Farinha Saeta
Secretaria Municipal de Educação de São José dos Campos
Fones: (12) 3901-2168 e 3901-2013

Resultados

- Foram capacitados 80 professores de 33 escolas que lecionam para cerca de 13 mil alunos da rede municipal de ensino fundamental.
- As escolas desenvolveram campanhas sobre diferentes aspectos relacionados com o tema “consumo sustentável”, envolvendo a produção de programas de rádio, boletins e jornais para as comunidades onde as escolas estão inseridas.
- O questionário aplicado explicitou demandas das comunidades mais carentes, como fornecimento de energia elétrica e oferta de coleta seletiva, encaminhadas pela Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente.

Fatores de sucesso

O desenvolvimento das ferramentas e da metodologia adequadas para a realização do curso, com base na publicação *Consumo Sustentável: Manual de Educação*, elaborada pelo Idec e pelo MMA, no projeto pedagógico da empresa Imagem Educação.

A parceria com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, que viabilizou a participação dos professores.

Desafios e possibilidades

Com os professores capacitados a trabalhar com o tema “consumo sustentável” e com as escolas mobilizadas em torno dos diferentes assuntos que o tema envolve, o principal desafio é implementar as ações e atividades propostas para solucionar os problemas socioambientais detectados, como implantação de coleta seletiva, de hortas e de arborização das escolas, propiciar viagens e estudos de meio etc.

Sugestões de ações na esfera de consumo, educação alimentar e nutricional

Educação alimentar e cidadania

- Orientar a comunicação interna e externa da empresa no sentido de promover a educação alimentar de funcionários, clientes e consumidores.
- Aporte de recursos materiais para montar e equipar centros de referência em segurança alimentar e nutricional em comunidades urbanas e rurais com mobiliário, equipamentos e utensílios de cozinha e de refeitório; sala de reuniões e de oficinas; equipamentos para medição e acompanhamento de avaliação nutricional de crianças e adultos, como balança antropométrica para pesar e medir as crianças.
- Aporte de recursos materiais e humanos para expandir a realização de oficinas de capacitação de multiplicadores em produção de alimentação enriquecida e aproveitamento integral dos alimentos.
- Aporte de recursos técnicos, materiais e humanos para documentar e sistematizar as experiências realizadas, contribuindo assim para multiplicá-las em regiões semelhantes.
- Apoio técnico e financeiro para pesquisas de avaliação de cardápios de instituições de educação básica — creches e ensino fundamental e médio.
- Patrocínio de cursos de capacitação para cozinheiras, merendeiras e demais envolvidos na aquisição e manipulação de alimentos em refeitórios, escolas e instituições públicas.
- Apoio para elaboração e difusão de materiais didáticos de educação alimentar e consumo sustentável para estudantes da educação básica — creches, ensino fundamental e médio — e seus familiares.
- Apoio a iniciativas voltadas para a recuperação e promoção de hábitos

alimentares representativos da diversidade cultural do País.

- Apoio à organização das famílias de usuários dos estabelecimentos de ensino em torno das questões do direito dos consumidores, organização de grupos de compra e segurança alimentar.
- Estimulo à criação ou apoio ao trabalho das entidades de promoção e defesa dos direitos do consumidor.

Segurança dos alimentos

- Apoio às associações de pequenos produtores ou ONGs que atuem no sentido de promover a regularização dos empreendimentos artesanais, compreendendo a formulação de legislação adequada à realidade sócio-econômica dos pequenos produtores e às exigências da vigilância sanitária.
- Contribuir para a capacitação de pessoal dos serviços públicos de fiscalização e vigilância sanitária no sentido de promover a melhoria da qualidade na produção urbana e rural de alimentos.
- Apoio técnico e material para a instalação de agroindústrias artesanais em suas várias dimensões — infraestrutura, processos produtivos, capacitação dos produtores para o gerenciamento dos negócios e legalização das unidades produtivas.
- Contribuir com fundos de financiamento para instalação e adequação das unidades agroindustriais artesanais e pequenos estabelecimentos comerciais às normas municipais.
- Aporte de recursos materiais e financeiros para a produção e distribuição de material educativo de campanhas de educação alimentar e educação para o consumo.



Programas emergenciais e de atendimento a grupos populacionais específicos

O próximo bloco de experiências fornece exemplos de programas emergenciais de combate à fome ou de atendimento a grupos populacionais específicos, selecionados por sua abrangência e pela possibilidade de articulação com outras atividades promotoras do desenvolvimento local.

O primeiro relato apresenta um programa de alimentação escolar que, além de erradicar a desnutrição infantil, contribuiu para estimular o desenvolvimento da agroindústria no Município de Japonvar, no norte de Minas Gerais.

O aleitamento materno e sua importância para a saúde da mulher e do bebê são os temas do segundo artigo.

O terceiro mostra a importância do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional como instrumento de planejamento de políticas de erradicação da fome.

O último relato deste bloco, sobre a inclusão social de catadores de lixo, mostra um programa exemplar desenvolvido em

São Bernardo do Campo (SP) e o tipo de apoio que pode ser dado para um dos grupos populacionais priorizados pelo Programa Fome Zero.

O bloco se encerra com sugestões de ações que as empresas podem empreender no campo dos programas emergenciais de combate à fome e de atendimento a grupos populacionais específicos.

Merenda Escolar Enriquecida

Japonvar (MG)

Desde o final de 2001, a pequena cidade de Japonvar, no norte de Minas Gerais, está pondo em prática em toda a rede municipal de ensino o Programa de Merenda Escolar Enriquecida. O município registra elevados índices de pobreza e de desnutrição infantil e o programa de merenda escolar integra um projeto mais amplo de segurança alimentar e desenvolvimento local, que inclui ações de apoio ao pequeno produtor rural e estímulo à agroindústria, especialmente ao beneficiamento do pequi, fruto nativo da região. Ele vem sendo desenvolvido em parceria entre a Pastoral da Criança, a Prefeitura Municipal e a Visão Mundial — organização não-governamental presente há 27 anos no Brasil e que apóia projetos sociais em várias regiões do País.

A implantação da merenda enriquecida foi acompanhada de um processo de educação alimentar para que as pessoas aproveitassem melhor os recursos de que dispunham. As equipes das escolas, das merendeiras às diretoras, foram capacitadas para utilizar a multimistura e aproveitar integralmente os alimentos. Os cardápios foram reorganizados por nutricionistas e passaram a dar mais ênfase aos produtos locais. A implantação de hortas comunitárias nas escolas, com participação dos alunos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, contribuiu com verduras e legumes variados para as refeições e sucos. As crianças e suas famílias também passaram por um processo de sensibilização para a mudança de hábitos alimentares. Essas ações de sensibilização e capacitação foram realizadas pela Visão Mundial e pela Pastoral da Criança.

Todas as crianças foram pesadas e medidas antes e depois da implantação da merenda enriquecida. Os casos de anemia e desnutrição identificados passaram a ter atendimento diferenciado. As crianças começaram a ter acompanhamento médico e suas refeições foram reforçadas com alimentos ricos em ferro e fósforo. O desenvolvimento cognitivo e o desempenho escolar das crianças são acompanhados mês a mês. Atualmente, o Programa de Merenda Escolar Enriquecida atinge cinco escolas e duas creches, num total de 1.500 alunos da rede municipal.

O programa integra-se com medidas de atenção à saúde, como a divulgação de procedimentos de higiene e prevenção de doenças, além da difusão de conhecimentos de fitoterapia. Foi instalada uma farmácia para produção de remédios caseiros no município, com recursos da Visão Mundial e da Prefeitura.

O Programa de Merenda Escolar Enriquecida integra-se também com outras ações de apoio ao pequeno agricultor. Os produtores de mandioca, por exemplo, são treinados para fazer a colheita no tempo certo, de modo que, além da raiz, as folhas também possam ser utilizadas na produção de multimistura. Pequenos produtores ganham da Prefeitura a concessão temporária de áreas para o desenvolvimento de hortas para o autoconsumo, e o excedente é comprado para a merenda escolar.

A Prefeitura vem estabelecendo várias parcerias com ONGs e entidades de pesquisa voltadas para o desenvolvimento de novas técnicas de produção e aproveitamento do pequi. A coleta e comercialização desse fruto têm papel

Contatos
Marco Antônio Dias
Visão Mundial
Fone: (31) 3074-0101
E-mail: marco_dias@wvi.org

João Santana
Secretaria Municipal de Educação
de Japonvar
Fones: (38) 3231-9276 e 3231-9122

importante na economia local, constituindo-se em fonte de ocupação e renda para uma parcela significativa de pequenos produtores e coletores.

Está em fase de implantação o Centro de Referência do Pequi e de Frutos do Cerrado, com a instalação de viveiros de mudas, pesquisa de novas técnicas de processamento e novas utilizações. O projeto conta com o apoio da Universidade de Viçosa, da Unicamp, da Universidade de Montes Claros e da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec).

Uma parceria entre a Prefeitura, a Visão Mundial e 30 associações de pequenos agricultores e catadores de pequi resultou na instalação da Empresa de Participação Comunitária, especializada no processamento do fruto. Esse programa integra ações de conservação do solo, das árvores e de outras plantas associadas que protegem o pequi e até a forma correta de colher o fruto.

O município está se beneficiando, também, da criação de dois laboratórios de informática, um rural e outro urbano, cada um com oito computadores. Esse projeto é apoiado pelo MEC e destina-se a promover a inclusão digital de professores e alunos. A Prefeitura vai contribuir com as instalações.

Resultados

- Todas as escolas do município mudaram radicalmente o cardápio da merenda escolar, adotando uma alimentação mais saudável e regionalizada.
- Houve recuperação do peso, a cura de anemia, melhoria no rendimento escolar e na disposição geral das crianças para o lazer e recreação.
- A adoção da multimistura e do aproveitamento integral dos alimentos na merenda escolar teve efeito multiplicador para a comunidade. As famílias também começaram a adotar essas práticas alimentares.
- A retenção escolar praticamente acabou, o que é atribuído à boa alimentação das crianças.
- A procura por atendimento médico reduziu-se em até 70%, praticamente limitando-se às emergências.

Fatores de sucesso

É relevante a participação da Prefeitura, que dá suporte institucional e material aos programas de segurança alimentar e valorização do pequeno produtor rural. Seus investimentos na merenda escolar são superiores à média estipulada pelo governo federal. Ante os R\$ 0,13 por aluno recomendados para o ensino fundamental e os R\$ 0,06 para a educação infantil, a Prefeitura gasta em média R\$ 0,28 por aluno, nesses dois níveis de ensino.

A articulação com outros programas existentes na região contribuiu para potencializar os resultados obtidos. Japonvar se beneficia com recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), do Programa Agente Jovem e do Bolsa-Escola.

O apoio material e técnico da ONG Visão Mundial foi fator determinante para estruturar o programa de merenda escolar, definir sua metodologia, implantá-lo e capacitar as pessoas envolvidas.

A Visão Mundial e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) também foram determinantes para as ações de melhoria da produção e implantação da agroindústria beneficiadora do pequi.

Desafios e possibilidades

Houve uma resistência inicial das famílias ao aproveitamento integral dos alimentos — casca de frutas, folhas e sementes. Essa dificuldade foi superada pela degustação do alimento produzido por essa técnica e pela constatação de seu valor nutritivo.

Ampliar o Programa de Merenda Escolar Enriquecida para as escolas da rede estadual presentes no município e para o Programa de Educação de Jovens e Adultos é um desafio para se avançar no processo de erradicação da fome e da desnutrição no município. Ao todo, são mais 1.700 alunos que ainda não foram atendidos.

Parte integrante da política de segurança alimentar é a compra pela Prefeitura da produção dos pequenos produtores familiares. No entanto, por exigências legais, os produtores precisariam estar em condições de emitir nota fiscal, o que está acima de suas possibilidades.

O programa de segurança alimentar prevê ações de convivência com a seca e resgate das culturas tradicionais, adaptadas ao clima seco da região. Para isso ocorrer, é preciso investir em viveiros de mudas e na capacitação em técnicas produtivas próprias para o solo e o clima do norte de Minas.

O Programa de Merenda Escolar Enriquecida é uma política de segurança alimentar e nutricional que será tema do Congresso Municipal de Educação de Japonvar, em novembro de 2003, para consolidação do Plano Municipal de Educação.

Promoção do Aleitamento Materno

A Política Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno inclui ações focalizadas de segurança alimentar das mais importantes desenvolvidas no País. Coordenada pelo Ministério da Saúde, é realizada em parceria com um conjunto de órgãos públicos, centros de pesquisas e organizações não-governamentais que se dedicam a promover, apoiar e defender o direito à amamentação.

A IBFAN Brasil — Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar (International Baby Food Action Network) — é uma organização não-governamental com papel de destaque na Política Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno. Com 23 anos de atividades e atuação em 108 países, a IBFAN é uma rede de pessoas e grupos que trabalha para consolidar uma política de proteção à amamentação e práticas seguras de alimentação infantil. No Brasil, está presente em 34 cidades, de 16 estados, com sua coordenação nacional sediada no Município de Paraguaçu Paulista (SP). É composta por profissionais ligados a organizações não-governamentais de defesa da cidadania, a grupos de incentivo à amamentação, a serviços de saúde e a universidades.

A importância do aleitamento materno é reconhecida internacionalmente como a melhor opção para o desenvolvimento saudável do bebê. Garante qualidade de vida para a criança e para a mãe, reforça a imunidade infantil e previne doenças. A Política Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno é considerada um modelo para outros países.

O governo brasileiro recomenda que a amamentação seja exclusiva durante os

primeiros seis meses de vida, período em que os bebês não devem consumir nenhum outro alimento, nem mesmo água e chás. O aleitamento materno deve manter-se após o sexto mês de vida e até a criança completar dois anos, mas deve ser complementado de forma crescente por alimentos sólidos, semi-sólidos e líquidos, oferecidos em xícara, copo e prato. Oferecer outros alimentos à criança antes do sexto mês de vida, bem como estimulá-la a usar bicos artificiais ou chupetas, interfere e prejudica o aleitamento materno.

Desde finais da década de 1930, cientistas e defensores da saúde infantil identificaram as estratégias de marketing de indústrias produtoras de fórmulas infantis como fator que contribui significativamente para a redução do aleitamento materno e para o aumento da desnutrição e da mortalidade infantil. Essa estratégia age diretamente sobre as famílias e também junto aos formadores de opinião, como médicos e agentes de saúde, interferindo nas práticas facilitadoras da amamentação.

Para coibir abusos e garantir o direito de informação e de livre escolha das famílias, em 1981 a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) aprovaram o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno. No Brasil, a partir de 1988 o Ministério da Saúde adotou a Norma Brasileira para Comercialização de Alimentos para Lactentes, Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas, Mamadeiras e Protetores de Mamilo, que já passou por atualizações em 1992 e 2001, sempre com a participação e o apoio da IBFAN Brasil.

Contato

Tereza Setsuko Toma
Instituto de Saúde — Secretaria
Estadual de Saúde de São Paulo
Fone: (11) 3105-9047, ramais 211 e 212
Fax: (11) 3106-7328
E-mail: ttoma@isaude.sp.gov.br
Site: www.ibfan.org.br

A Norma Brasileira proíbe a propaganda e qualquer tipo de promoção comercial de mamadeiras, chupetas, protetores de mamilo e fórmulas infantis. Os demais tipos de leite e alimentos complementares devem respeitar a indicação de que não são recomendados para lactentes até seis meses, e sua publicidade não pode conter imagens associadas a bebês dessa faixa etária. Nos rótulos de todos esses produtos, devem constar informações que valorizem o aleitamento materno. Doações de qualquer um dos produtos incluídos na abrangência dessa Norma para hospitais, maternidades ou instituições que prestam assistência a crianças são proibidas.

Desde que a Norma Brasileira foi instituída, a IBFAN Brasil vem atuando fortemente para que seja cumprida integralmente por todos os setores envolvidos — fabricantes, comércio, serviços e profissionais de saúde, entidades de classe e meios de comunicação. Para isso, colabora com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e com os serviços de vigilância sanitária estaduais e municipais tanto na implementação da Norma Brasileira, como nas demais políticas de proteção, promoção e apoio à amamentação.

Resultados

- A IBFAN Brasil produz material educativo, promove cursos de capacitação para profissionais da saúde e ações de conscientização sobre a importância do aleitamento materno. Membros da rede atuam em iniciativas pró-amamentação, como Hospital Amigo da Criança, Método Mãe-Canguru, Banco de Leite Humano e Semana Mundial de Aleitamento Materno.
- A IBFAN Brasil também capacita pessoas e grupos para monitorar as estratégias de marketing das empresas que produzem alimentos infantis, mamadeiras e chupetas, informando às autoridades sobre as ações que possam ferir a Norma Brasileira e interferir negativamente no aleitamento materno.
- O monitoramento das práticas de mercado relativas aos produtos que competem com a amamentação tem mostrado descompasso entre as legislações que atuam sobre produtos relacionados na Norma Brasileira (entre a Anvisa e o Inmetro, por exemplo). A IBFAN Brasil tem trabalhado para compatibilizar essas legislações, de modo a facilitar a implementação da Norma Brasileira.

Fatores de sucesso

As parcerias e a estreita colaboração entre o Ministério da Saúde, serviços de vigilância sanitária, centros de pesquisa, entidades de defesa do consumidor e organizações não-governamentais têm contribuído de forma determinante para influenciar a opinião pública, os profissionais da saúde e serviços hospitalares em favor do aleitamento materno.

O apoio financeiro recebido do Unicef durante vários anos e o apoio atual da ICCO (The Dutch Interchurch Organization for Development Cooperation) e do governo da Holanda para projetos realizados em conjunto com a Coordenação da Rede na América Latina e Caribe têm viabilizado as atividades da IBFAN Brasil.

Desafios e possibilidades

São várias as ações locais que podem ser feitas para promover, apoiar e defender o aleitamento materno de forma ampliada: aumentar a capilaridade das campanhas de promoção, como a Semana Mundial do Aleitamento Materno (SMAM), e controlar e monitorar o cumprimento da Norma Brasileira são grandes desafios. Para que isso aconteça, é preciso envolver e capacitar profissionais da saúde, serviços hospitalares e ambulatoriais públicos e privados, entidades comunitárias e de defesa do consumidor e outras organizações dedicadas à promoção da saúde e à segurança alimentar. A participação dos carteiros tem contribuído de forma positiva

para a disseminação das informações durante a SMAM.

É importante também que os municípios estejam empenhados e capacitados a fazer diagnósticos periódicos sobre a atenção dispensada ao aleitamento materno em seus serviços de saúde. Nesse sentido, é de fundamental importância a ampliação de hospitais públicos e privados credenciados como Hospital Amigo da Criança, título atribuído pelo Ministério da Saúde a estabelecimentos que adotam rotinas facilitadoras da amamentação; assim como do Método Mãe-Canguru, que estimula o contato de prematuros ou crianças com baixo peso com suas mães.

A garantia de manutenção da qualidade e a ampliação do número de bancos de leite humano continuam exigindo grandes investimentos e criatividade. Os bancos podem ser de âmbito municipal, regional ou simplesmente de um hospital. São estruturados com doações de leite excedente de mães voluntárias, que é pasteurizado e estocado para o atendimento de crianças prematuras ou em outras situações de necessidade. Há exemplos bem-sucedidos com a participação do Corpo de Bombeiros ajudando na coleta domiciliar do leite materno.

Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan)

Rio de Janeiro (RJ)

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) é um instrumento estratégico para as ações de segurança alimentar no plano municipal. Seu ponto de partida é a avaliação do estado alimentar e nutricional da população. Deve ser montado de forma a poder gerar relatórios periódicos, segmentados por áreas geográficas ou por grupos sociais, oferecendo, assim, subsídio para o planejamento de políticas e programas nutricionais, bem como para sua avaliação posterior. Os serviços de saúde são a principal base de dados do sistema, que podem ser complementados por vários tipos de pesquisa ou pela articulação com outros sistemas de informação.

O Sisvan foi incluído na Política Nacional de Alimentação e Nutrição, de 1999, e tornou-se pré-requisito para o repasse de recursos federais para ações de combate à desnutrição. Sua implementação, porém, é bastante desigual nas diferentes regiões do Brasil. O Sisvan do Município do Rio de Janeiro, implantado em 1991, é um dos mais bem estruturados do País.

Integrado aos Programas de Atenção Integral à Saúde — da criança, da mulher, do adolescente, saúde escolar —, seu foco principal é o estado nutricional das crianças menores de cinco anos e das gestantes.

Além das informações obtidas com os atendimentos de rotina, o Sisvan também incorpora resultados de estudos complementares. Bons exemplos são as duas pesquisas sobre aleitamento materno, realizadas no município em dias nacionais de vacinação, e as pesquisas sobre estado nutricional realizadas em escolas do município. Cada uma dessas pesquisas terá

uma nova edição em 2003, delineando uma estratégia de monitoramento alimentar e nutricional de grupos específicos.

Resultados

- Criado a partir da rede básica de saúde, com a perspectiva de “gerar informação para a ação” e promover o conceito de “atitude de vigilância”, o Sisvan da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro propiciou a reorganização dos serviços de saúde no município e a qualificação da assistência prestada em relação à alimentação e à saúde como um todo.
- O Sisvan tem registro de dados de cerca de 700 mil atendimentos por ano de crianças. As informações sobre seu estado nutricional são registradas em uma rede informatizada. São gerados relatórios mensais por unidade de saúde, e as informações são consolidadas por área da cidade. Com esse perfil nutricional das crianças atendidas na rede básica de saúde, são definidas ações de promoção de saúde e de prevenção de agravos nutricionais.
- As crianças sob risco nutricional — cerca de 10% dos 700 mil atendimentos — passam a ser assistidas com uma rotina diferenciada nos serviços da rede básica de saúde municipal.
- As informações reunidas pelo Sisvan também servem de base para ações multidisciplinares intersecretarias, essenciais nos campos da saúde e da segurança alimentar.
- O Grupo de Trabalho (GT) do Sisvan faz reuniões de avaliação e sistematização

periódicas bimensais e um seminário anual ampliado para todos os parceiros. Reunindo cerca de 80 profissionais, o GT tornou-se um espaço de sensibilização e formação continuada para os profissionais envolvidos com a atenção da saúde da mulher e da criança. Transformou-se, também, em um núcleo de aperfeiçoamento da metodologia utilizada tanto para lidar com a informação, quanto para aperfeiçoar o atendimento diferenciado aos indivíduos em risco nutricional. Um dos desdobramentos foi a capacitação de enfermeiros da rede básica de saúde para melhorar a qualidade das medidas antropométricas e outras práticas de interesse do Sisvan.

- Os bons resultados alcançados pelo Sisvan têm garantido a estabilidade do trabalho nesses últimos 12 anos, apesar das mudanças políticas ocorridas na administração municipal devido às eleições.

- Desde a implantação do Sisvan, as ações do Programa de Atenção Integral à Saúde da Criança da Secretaria Municipal de Saúde foram aperfeiçoadas, articulando-se melhor com outras iniciativas e intervenções em alimentação, como o Programa Bolsa-Alimentação do governo federal.

Fatores de sucesso

A organização interna na Secretaria Municipal de Saúde foi um fator essencial para a implantação e desenvolvimento do Sisvan.

O apoio constante da Secretaria se traduziu em verbas para ampliação da equipe, informatização do sistema,

produção de materiais informativos e de trabalho para as frentes de atendimento, bem como materiais de divulgação e sistematização das experiências acumuladas.

O Sisvan introduziu critérios epidemiológicos para definir a distribuição de recursos, fator essencial para políticas e programas de segurança alimentar.

Desafios e possibilidades

O Sisvan coloca como desafio a capacitação permanente das áreas técnicas da saúde. Exige, por exemplo, que os técnicos em nutrição também pensem em termos de gestão pública.

Ampliar o grupo atendido, implementar em todas as unidades a avaliação nutricional de gestantes e incluir os adultos no sistema são propostas do Sisvan-Rio. Já existem materiais de apoio, mas ainda faltam estratégias que consolidem essa prática na rede de saúde.

O Sisvan já realiza pesquisa junto às escolas e creches municipais, mas o desafio está em delinear um sistema de monitoramento escolar que, além da avaliação nutricional, registre as possíveis causas dos problemas identificados. Devem ser investigados hábitos alimentares, estilo de vida, prática de exercícios, percepção do corpo, consumo de álcool e drogas, merenda escolar etc.

Programa Lixo e Cidadania

São Bernardo do
Campo (SP)

Fechar o lixão a céu aberto do município e encontrar opções de vida e trabalho dignas para as dezenas de famílias que ali viviam e obtinham seus alimentos e alguma renda são os objetivos do Programa Lixo e Cidadania implantado pela Prefeitura de São Bernardo do Campo desde 1998. Ele se vincula ao Programa Nacional Lixo e Cidadania constituído pelo Unicef e por outras 40 instituições, que inclui entre suas tarefas o fim da catação de lixo por crianças e adolescentes e a mudança da dramática situação do destino final do lixo no Brasil por meio de soluções sociais e ambientalmente sustentáveis.

Em São Bernardo, o foco do programa foi o lixão do Alvarenga, um dos maiores da América Latina. Com uma área de 40 hectares, por mais de 30 anos o lixão serviu de local de despejo de resíduos de todos os tipos, cujas emissões poluíam diretamente a represa Billings, um dos maiores mananciais da Região Metropolitana de São Paulo. Cerca de 500 pessoas — cem famílias — viviam e sobreviviam no lixão. Em sua maioria, casais jovens, com baixa escolaridade e poucas oportunidades de trabalho. O programa também incorporou 160 catadores de rua, que realizam uma coleta seletiva importante para reduzir a pressão sobre o aterro sanitário utilizado pela Prefeitura.

A base institucional do programa foi uma parceria entre a Prefeitura de São Bernardo do Campo, o Unicef e o Instituto Pólis, firmada com o objetivo de construir um sistema de gestão socioambiental de resíduos sólidos promotor da inclusão social. Para isso, seguiram-se inicialmente três linhas de ação. A primeira foi a

elaboração de um Plano Global Estratégico, que conduziu as ações necessárias para a implantação do programa. A segunda foi a formação e capacitação de gestores para as diferentes exigências do programa, como a implantação de um sistema para a redução, reutilização e reciclagem de resíduos — conhecido como os 3R —, em todas as unidades de trabalho da Prefeitura. A terceira dizia respeito ao atendimento das necessidades imediatas das famílias que viviam *no* e *do* lixão e à construção de opções para sua sobrevivência.

O Programa Lixo e Cidadania foi estruturado preconizando relações de parceria com o setor privado, com as organizações da sociedade civil, com o governo estadual e com ONGs. Na Prefeitura, os trabalhos são conduzidos por um Grupo Técnico Executivo (GTE), que reúne representantes de 12 secretarias do governo municipal e tem por missão integrar os esforços institucionais empreendidos e maximizar os recursos disponíveis. Inicialmente, o projeto contou com verbas federais e, atualmente, é mantido pelo próprio município e por parcerias do setor empresarial com as associações de catadores.

Resultados

- O lixão do Alvarenga foi fechado pela Prefeitura em julho de 2001 e é mantido sob vigilância para não ser invadido.
- Foram cadastradas 92 famílias no lixão. Todas obtiveram documentação pessoal, cestas básicas e reforço alimentar para as crianças. O programa habitacional que

Contatos
Sonia Lima
Prefeitura de São Bernardo —
Secretaria Municipal de Habitação e
Meio Ambiente
Fone e fax: (11) 4366-7020/7002
E-mail: meioambiente@asatnet.com.br
Site: www.saobernado.sp.gov.br

Elisabeth Grimberg
Pólis — Instituto de Estudos, Formação
e Assessoria em Políticas Sociais
Fone: (11) 3258-6121
E-mail: beth@polis.org.br
Site: www.polis.org.br/lixoecidadaniasp

construiria opções de moradia para essas famílias ainda não foi implementado e elas permanecem morando no entorno do lixão.

- A coleta seletiva foi implantada no município. A população pode descartar os materiais recicláveis em 216 locais — os Ecopontos. São recolhidas, em média, sete toneladas diárias de resíduos recicláveis, que são encaminhados às centrais de reciclagem.

- O primeiro centro de triagem foi instalado no Lar da Mamãe Clory e os catadores participantes passaram a receber um salário mínimo por seu trabalho. Em fevereiro de 2001 foram inaugurados dois Centros de Ecologia e Cidadania (CECs), com centrais de triagem, beneficiamento e comercialização. Em um deles trabalham os catadores vindos do lixão do Alvarenga; no outro, os antigos catadores de rua. Cada trabalhador recebe uma renda média de dois salários mínimos pela venda do material reciclado.

- Os centros são geridos pelas associações de trabalhadores, que atuam como permissionárias de um equipamento público.

- Os catadores adultos e jovens tiveram acesso a oficinas e cursos de capacitação em atividades geradoras de renda e, quando necessário, a programas de alfabetização de adultos. Participaram 81 pessoas, das quais 25 jovens.

- A Secretaria de Educação e Cultura capacitou professores e repassou recursos financeiros para instituições parceiras para a realização de cursos de alfabetização de adultos. Dos 22 trabalhadores analfabetos cadastrados, 13 freqüentaram o curso de alfabetização de adultos.

- Foram realizadas oficinas de reciclagem de papel para jovens entre 16 e 21 anos e também sobre aspectos vinculados à condição do jovem — educação sexual, prevenção ao uso de drogas etc. —, numa promoção conjunta da Secretaria de Habitação e Meio Ambiente e da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania.

- O programa contribui para a valorização dos catadores e para que percebam não só a importância de seu trabalho para o município e para a sociedade, como também que fazem parte de uma coletividade, no campo da economia solidária, e que têm de resolver seus problemas em conjunto.

- As 53 crianças com até seis anos e mais 209 crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos foram beneficiados com programas de inclusão escolar — os que não freqüentavam a escola foram encaminhados para a rede pública de educação infantil ou de ensino fundamental. A maioria também passou a freqüentar instituições de educação complementar, no horário em que não estava na escola. Sua freqüência é acompanhada e, nas férias escolares, são oferecidas atividades esportivas, de recreação e lazer incluindo essas crianças.

- A adesão das escolas à coleta seletiva foi gradual. No final do ano 2000, 84% já haviam aderido ao programa. A Prefeitura, que já mantinha um programa de reciclagem, lançou internamente o Programa de Minimização de Resíduos, colocando caixas coletoras nos espaços de trabalho. O material coletado alimenta a oficina de reciclagem de papel. Além da conscientização sobre a importância de

reduzir ao máximo a geração de resíduos, atenção particular foi dada à redução do lixo lançado nas ruas da cidade.

- O Programa de Agentes Comunitários foi reorientado para promover ações de atenção à saúde voltadas para a população do lixão. Os agentes comunitários fazem a ligação entre a Prefeitura e a comunidade, informando e encaminhando a população aos serviços existentes no município.

- Em 2000, São Bernardo passou a participar do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

Os Centros de Ecologia e Cidadania foram acolhidos pelos moradores de sua vizinhança e constituem referência nos bairros.

- O tema Lixo e Cidadania foi incorporado como tema transversal no ensino público municipal de São Bernardo do Campo. Professores e diretores foram sensibilizados e capacitados para tratar do assunto em sala de aula.

- O perfil deste programa contribuiu para que São Bernardo do Campo abrigasse vários projetos financiados com recursos de agências internacionais e nacionais nas áreas de planejamento estratégico (Fundação Friedrich Ebert), relações de gênero Novib (Organização Holandesa para a Cooperação Internacional — Oxfam Netherlands), reciclagem e agregação de valor (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — Fapesp); projeto para identificar as possibilidades de associação entre o setor público e privado local (International Development Research Centre — IDRC).

Fatores de sucesso

O empenho do Poder Executivo municipal, que fez do Lixo e Cidadania um dos quatro programas prioritários do governo, foi fundamental.

Diversas ações na área social já vinham sendo desenvolvidas no lixão antes da realização do planejamento, sendo redimensionadas para um enfoque de inclusão social, e cidadania e sustentabilidade ambiental.

Um dos fatores que garantiram a implantação do programa foi a constituição de uma dinâmica de trabalho que efetivamente integrou a ação das instituições participantes, com a criação de uma instância envolvendo todas as 12 secretarias de governo, a ONG parceira e a agência de cooperação internacional. O forte investimento em planejamento estratégico foi fundamental para a compreensão conjunta do problema e para criar sinergias entre as secretarias de governo.

A integração do programa à campanha “Criança no Lixo Nunca Mais” proporcionou-lhe muita visibilidade, com efeito positivo sobre o entusiasmo das equipes no enfrentamento de um problema até então considerado insolúvel.

O Sebrae e a Escola Politécnica da USP apoiaram a capacitação profissional dos catadores.

A parceria com 12 empresas Amigas do Catador, que doam seus recicláveis, contribuiu para fortalecer as associações de catadores.

A experiência de São Bernardo permitiu a elaboração de uma metodologia para enfrentar esse tipo de questão, que pode ser adaptada para outros locais do País. Mais de 80% dos municípios brasileiros não têm uma destinação adequada de seus resíduos, depositando-os em lixões a céu aberto ou em aterros controlados. Catadores, adultos e crianças, vivendo *no e do lixo*, são um fato comum na maioria desses municípios.

aumentando a entrega de materiais recicláveis nos Ecopontos. O potencial de resíduos recicláveis equivale a 20% do total gerado. Hoje reciclam-se apenas 3% do que é produzido no município.

As ações de recuperação da área degradada pela presença do lixão são um dos desafios ainda não enfrentados.

Desafios e possibilidades

O programa habitacional previsto para garantir moradia para as pessoas em situação de risco, que inclui a população do lixão, foi paralisado porque os recursos para o Programa Pró-Moradia não foram liberados.

Existem problemas de adaptação dos catadores nos Centros, decorrente de dificuldades em se organizar, dada a realidade na qual vivem. Para que o grupo se mantenha e evolua, é preciso desenvolver uma programação constante de apoio psicossocial e de atividades culturais até consolidar o trabalho.

Um dos desafios do processo de construção da dinâmica de funcionamento dos Centros é obter uma quantidade de materiais recicláveis para comercialização que garanta uma renda mínima aos catadores envolvidos, de modo a estimulá-los a continuar no processo.

A inclusão de mais famílias no Programa Lixo e Cidadania depende do crescimento da adesão voluntária da população e das empresas à coleta seletiva,

Sugestões de ações no âmbito dos programas emergenciais e suplementares para públicos específicos

- Organizar ou subsidiar bancos de alimentos nas cidades de médio e grande porte.
- Promover a compra da produção de pequenos produtores para a constituição de cestas básicas.
- Contribuir com a distribuição de alimentos para grupos populacionais com carências específicas (crianças, idosos e portadores de deficiências e enfermidades), apoiando o trabalho das entidades que atuam junto a esses grupos.
- Promover campanhas de arrecadação de alimentos envolvendo seus funcionários e fazer doações complementares para cestas básicas.

Alimentação escolar

- Apoiar o aprimoramento da alimentação escolar oferecida nas escolas públicas com vistas a melhorar o cardápio, introduzir alimentos regionais típicos, favorecer a participação de fornecedores locais e ampliar a oferta de refeições.
- Apoiar com recursos humanos e financeiros programas municipais ou locais de erradicação da subnutrição pela adoção de merenda enriquecida em creches e escolas de educação infantil, públicas e comunitárias.
- Apoiar ações de capacitação de merendeiras e cozinheiras de instituições de educação infantil para aproveitamento integral dos alimentos e utilização de multimistura.
- Apoiar a constituição de grupos comunitários de produção de

multimistura para enriquecer a alimentação escolar.

- Contribuir com a formação de fundos de apoio para redes de grupos locais capazes de gerenciar ações de segurança alimentar.

Aleitamento materno

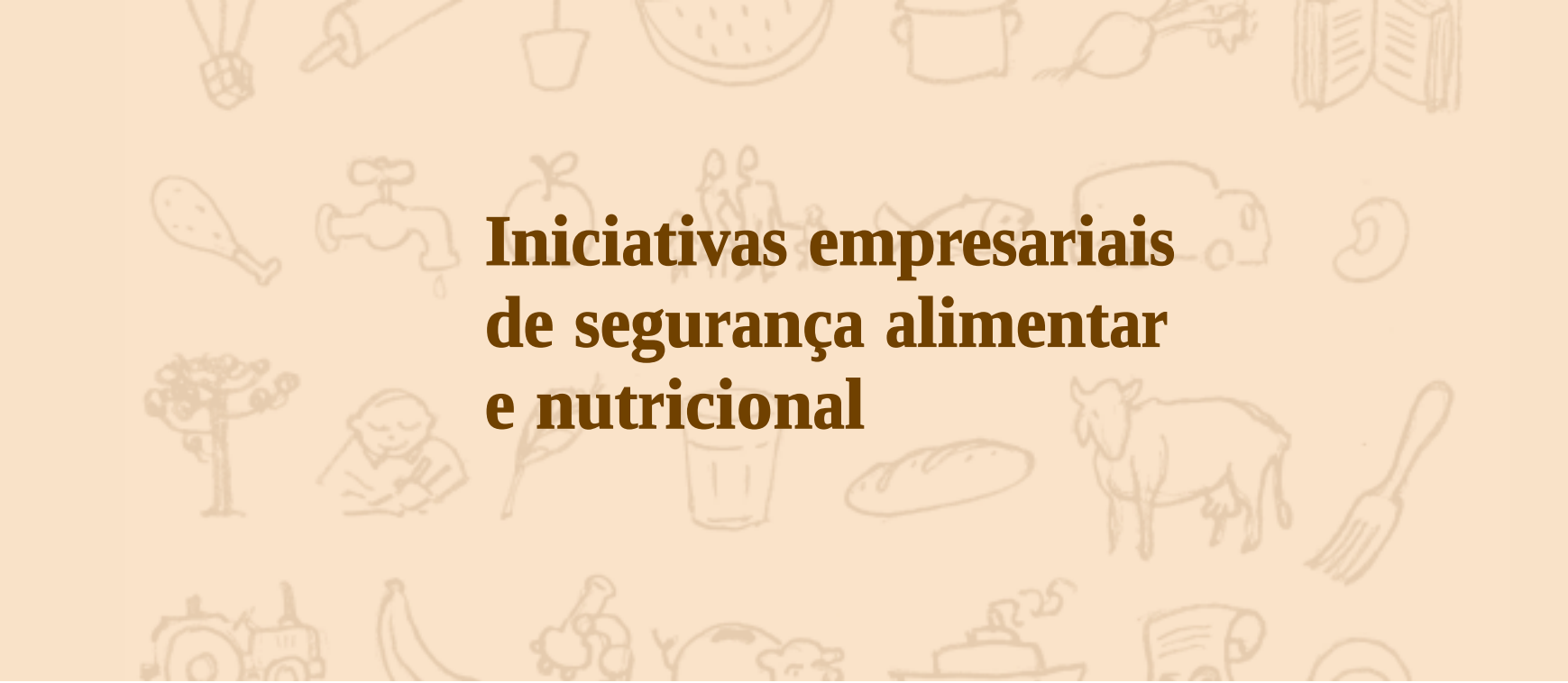
- Estimular dentro das empresas a conscientização para a importância do aleitamento materno e garantir as condições necessárias para que as profissionais da empresa possam amamentar seus filhos até os seis meses.
- Apoiar com recursos materiais e humanos a realização da Semana Mundial do Aleitamento Materno e outras campanhas de promoção do aleitamento, que sensibilizem e envolvam profissionais da saúde, serviços hospitalares e a opinião pública, difundindo informações corretas à população sobre a importância dessa prática.
- Apoiar com recursos materiais e humanos programas de capacitação de profissionais da saúde sobre os procedimentos para promover o aleitamento materno em hospitais públicos e privados, postos de saúde e ambulatórios.
- Apoiar com recursos materiais e humanos campanhas de monitoramento das condições de aplicação da Norma Brasileira para Comercialização de Alimentos para Lactentes, Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas, Mamadeiras e Protetores de Mamilo.

Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional — Sisvan

- Onde o sistema não está implantado, apoiar as iniciativas necessárias para sua implantação, tais como doação de redes informatizadas (computadores, servidores, softwares e operadores de redes) e aporte financeiro para programas de capacitação das equipes de saúde e para implantação de rotinas de atendimento.
- Onde o sistema já está implantado, apoiar material e financeiramente a ampliação do público atendido.
- Apoio material e financeiro para a produção de materiais de orientação alimentar e nutricional, prevenção de obesidade, livros de receitas para uma alimentação saudável etc.
- Apoio material e financeiro para a realização de eventos que sistematizem e ampliem as experiências acumuladas.

Inclusão social de catadores

- Contribuir com as organizações sociais e entidades, especialmente de catadores, que trabalhem na realização de projetos de erradicação de lixões e de implantação de sistemas de gestão socioambiental de resíduos sólidos baseados na coleta seletiva e na reciclagem.
- Apoiar com recursos materiais e humanos e participar ativamente na implantação de sistemas de coleta seletiva de resíduos com inclusão social, participando do planejamento, construindo pontos de coleta, cedendo ou doando veículos para o transporte dos materiais separados etc.
- Apoiar com recursos materiais e humanos a implantação de centrais de reciclagem de catadores organizados — instalações físicas, equipamentos e capacitação dos profissionais.
- Dar suporte social e econômico às famílias egressas de lixões e catadores no período de estruturação de suas associações e de implantação de coleta seletiva.
- Apoiar com recursos materiais e humanos a realização de campanhas e programas de educação socioambiental voltados para a redução da geração de resíduos e conscientização para sua destinação para a cadeia do reaproveitamento.

The background of the top section features a repeating pattern of light brown line-art icons on a slightly darker brown background. The icons include various food items like a chicken drumstick, a watermelon, a carrot, a banana, a glass of milk, a loaf of bread, and a cow. There are also agricultural symbols like a tractor, a tree, and a water tap, as well as a book and a fork.

Iniciativas empresariais de segurança alimentar e nutricional

Nas páginas seguintes são apresentados alguns programas desenvolvidos ou apoiados por empresas no campo da segurança alimentar e nutricional. São exemplos bem-sucedidos de ações empresariais de combate à fome, de apoio à produção e de acesso às condições básicas de sobrevivência, selecionados por representarem diferentes empreendimentos, realizados em regiões e condições socioambientais bem diversas. Os casos relatados podem ser reproduzidos em vários pontos do País ou servir de inspiração para novos projetos. Eles não esgotam o universo de iniciativas empresariais na área, mas ilustram as questões apresentadas nesta publicação.

Barcarena do Futuro

Alumina do Norte
do Brasil S/A
(Alunorte)

Melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento social das comunidades ribeirinhas e rurais carentes do Município de Barcarena, distante cerca de 40 km de Belém, Pará, é o objetivo do Projeto Barcarena do Futuro, desenvolvido pela Alunorte desde o segundo semestre de 2000. Participam duas comunidades ribeirinhas — Utinga-Açu e Carmelo — e quatro em terra firme — Colônia CDI, Massarapó, Cabeceira Grande e Bom Sossego —, todas organizadas em associações com iniciativa própria.

Cerca de 600 famílias de produtores foram capacitadas nas atividades escolhidas por meio de cursos e dias de campo, além de receberem apoio técnico e material do programa para dar início às plantações — o programa atinge cerca de 3 mil pessoas ao todo. Várias atividades produtivas são desenvolvidas com sucesso: plantio de

maracujá, feijão e melão, artesanato, avicultura e viveiro de mudas. Foram regularizadas 366 propriedades. A infraestrutura da região também melhorou, com abertura de ramais de acesso e implantação de energia elétrica.

A participação da comunidade na definição e implementação do projeto propiciou maturidade a líderes e associados, bem como o compromisso com metas, evitando o assistencialismo. Atualmente as comunidades estão organizadas em uma cooperativa, responsável pela gestão e sustentabilidade das atividades do projeto.

O programa contou com um amplo leque de parcerias com o poder público municipal e estadual, com a Cooperativa de Serviços Agroflorestais e Industriais (Copsai), com o Sebrae e com o empreendimento Nova Amafrutas.

Contato
Cesar Vasconcelos
Alumina do Norte do Brasil S/A
(Alunorte)
Fone: (91) 3754-6415
Fax: (91) 3754-6081
E-mail: cesar@alunorte.net
Site: www.alunorte.net

Poema — Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia

DaimlerChrysler do Brasil

Fabricar produtos que não agriam o ambiente, promover o desenvolvimento sustentável, respeitar a legislação ambiental em vigor no País, incorporar uma consciência sobre responsabilidade ambiental e dividir todo esse conhecimento com os vários segmentos envolvidos na elaboração de seu produto final. Esse conjunto de ações faz parte da política de gerenciamento ambiental da DaimlerChrysler do Brasil.

Bons exemplos dessa política são os investimentos que a empresa vem fazendo no desenvolvimento de novas tecnologias e produtos que utilizem óleos e fibras naturais. Atualmente, veículos Mercedes-Benz estão sendo produzidos com pára-sol interno, assentos, encostos de bancos e de cabeça feitos com matérias-primas renováveis: um composto de fibra de coco e látex natural.

Para essa produção, a DaimlerChrysler do Brasil absorve de 15 a 20 toneladas de matéria-prima por mês, gerando trabalho e renda para oito comunidades no Pará e beneficiando ao todo 4 mil pessoas. Esse é o resultado de um projeto que nasceu durante a ECO 92, no Rio de Janeiro, e contou com a parceria da DaimlerChrysler (então chamada Daimler-Benz), do Unicef e da Universidade Federal do Pará.

O projeto é integrado ao Programa Poema — Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia, que objetiva contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade amazônica e, ao mesmo tempo, oferecer um produto ecologicamente responsável para os clientes.

Contato

Flavio Hideaki Miyamoto

DaimlerChrysler do Brasil

Fone e fax: (11) 4173-7491 e
4173-9088

E-mail:

Flavio.H.Miyamoto@DaimlerChrysler.com

Site: www.daimlerchrysler.com.br

Vamos Plantar

Centrais Elétricas
do Sul do Brasil
S.A. (Eletrosul)

As faixas de segurança embaixo das linhas de transmissão da Eletrosul estão se transformando em grandes áreas de plantio, fornecendo alimentos, trabalho e agregando renda para um número crescente de agricultores. Esses são os resultados do Programa Vamos Plantar, que a empresa pôs em andamento em 2002, no Paraná, e do qual já participam cerca de 400 famílias.

Para 2003, a meta é alcançar 1.400 famílias no estado e expandir o programa para toda a área de atuação da Eletrosul, que inclui os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Para a primeira fase do Programa Vamos Plantar, a empresa contratou 1.500

horas de trator para limpar o terreno, facilitando o preparo da terra para os agricultores.

Atualmente, a Eletrosul vem estabelecendo parcerias com as prefeituras dos municípios que serão beneficiados pelo programa, para ampliar o atendimento aos agricultores.

Técnicos da empresa orientam os agricultores sobre os cuidados a serem tomados — são permitidas apenas culturas cuja altura não comprometa a segurança do sistema de transmissão. E os agricultores tornam-se parceiros na preservação do sistema, mantendo as áreas de acesso limpas e informando qualquer problema percebido.

Contato
Roberto José Gunha
Eletrosul
Fone: (41) 316-6071
E-mail: rgunha@eletrosul.gov.br

Soja Orgânica — Comércio Justo

Business and Social Development (BSD)

A soja 100% orgânica produzida por centenas de pequenos produtores do sudoeste do Paraná está sendo comercializada na Europa, para um segmento de mercado que exige garantia de qualidade e de integridade dos alimentos que consome.

Quem vem construindo esses laços entre produtores, compradores e consumidores é a Business and Social Development (BSD), uma empresa de consultoria de origem suíça especializada em responsabilidade social e comércio justo.

A idéia surgiu em 1997, diante dos protestos de consumidores suíços contra o uso de soja transgênica nos alimentos que consumiam.

A BSD reuniu os elos da cadeia. Os produtores, todos da região da Reserva Natural de Iguaçu, principalmente no Município de Capanema (PR), já praticavam a agricultura orgânica havia cerca de uma década.

Os compradores, a importadora suíça Gebana Ag e a indústria de cosméticos inglesa The Body Shop International, que seguem os princípios do comércio solidário, financiaram a produção e as adequações necessárias e criaram um Fundo de Desenvolvimento Rural para atender a projetos da comunidade.

A BSD monitorou os processos de adequação das condições de produção e de comercialização às regras do comércio justo e orgânico. Acompanhou a implantação de um projeto piloto com financiamento do Fundo de Desenvolvimento Rural e executado em parceria com associações de produtores e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Capanema.

Atualmente, a soja é certificada pelos padrões orgânicos da União Européia e da Suíça.

Desde o ano 2000 são vendidas cerca de 3 mil toneladas de soja em grão e 148 toneladas de óleo por ano.

Os preços pagos ficaram entre 40-50% acima dos praticados no mercado convencional, traduzindo-se em melhoria de qualidade de vida para os produtores e estímulos para o desenvolvimento local.

As primeiras três safras foram exportadas por empresas externas ao projeto. A partir da safra de 2003, a produção será comercializada pela Gebana Brasil, empresa formada pela Gebana Ag e por parceiros locais.

Contato

Beat Grüeninger

Business and Social Development
(BSD)

Fones: (11) 3051-4600 / 9408-7484

E-mail: b.grueninger@bsd-net.com

Site: www.bsd-net.com

As gôndolas dos mais de 500 supermercados do Grupo Pão de Açúcar, espalhadas em 12 estados, estão abrindo espaço para um tipo de produto que dificilmente é encontrado nas grandes redes de varejo: o artesanato, a pequena produção agrícola e agroindustrial artesanal, rural e urbana, fruto de projetos comunitários de desenvolvimento sustentável e inclusão social.

É o Programa Caras do Brasil, que, desde dezembro de 2002, está incorporando esses novos fornecedores à estratégia comercial do Grupo Pão de Açúcar e contribuindo para a viabilização econômica de centenas de projetos sociais espalhados por todo o País.

Para participar, os produtores têm de cumprir determinados requisitos, como ser

uma empresa legalmente constituída, utilizar código de barras nos produtos, não envolver trabalho infantil, não agredir o ambiente e oferecer itens que sejam ao mesmo tempo socialmente sustentáveis e comercialmente interessantes.

O Grupo orienta as comunidades e produtores sobre como proceder para se adequar a essas exigências, mas eles têm de agir por conta própria.

Para viabilizar a presença desses fornecedores, o Grupo Pão de Açúcar aceita a escala de produção possível para cada um, sem fixar limites mínimos, e garante um tratamento especial quanto aos prazos de pagamento, bem menores do que os praticados para os fornecedores tradicionais.

Um Milhão de Cisternas

Federação Brasileira de
Bancos (Febraban)

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) participa do Fome Zero integrando-se ao Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), coordenado pela Articulação do Semi-Árido (ASA).

A participação da Federação ocorre em duas fases. Na primeira, financiará a construção de 10 mil desses sistemas de captação e armazenamento de água da chuva. Atuará em toda a região do Semi-Árido, que se estende pelo interior de todo o Nordeste e norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Ao todo, serão beneficiadas cerca de 50 mil pessoas.

Além da construção dos reservatórios de água, os bancos também vão apoiar as atividades de estruturação do projeto, fornecendo apoio financeiro e logístico para a capacitação das famílias beneficiadas para o tratamento da água captada.

Após a construção dessas 10 mil cisternas, a Febraban passará a mobilizar os bancos e a catalisar suas ações, envolvendo clientes, usuários, funcionários e fornecedores para ampliar ainda mais o alcance do projeto, recolhendo fundos para financiar mais cisternas.

Contato
Regina Benencase
Febraban
Fone: (11) 3244-9824
Fax: (11) 3244-9866
E-mail: benencase@febraban.org.br

Cisternas no Semi-Árido e Colher de Medida para Soro Caseiro

Grupo SOL
Embalagens

O Grupo SOL Embalagens, empresa que produz embalagens plásticas, com unidades industriais em Barueri, Caieiras e Rio das Pedras, no Estado de São Paulo, e em Camaçari, Feira de Santana e Simões Filho, no Estado da Bahia, vem desenvolvendo, por meio do Instituto SOL, projetos de cooperação social de melhoria das condições de vida das comunidades de baixa renda alcançadas por seus programas.

Na Bahia, o Instituto SOL é parceiro da Articulação do Semi-Árido (ASA) por meio da Cáritas Brasileira, e vem trabalhando na construção de 200 cisternas nas áreas rurais dos municípios de Antônio Cardoso, Canudos e Vitória da Conquista, junto com organizações como MST, sindicatos e outras entidades. Integra-se, assim, ao Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), em desenvolvimento nos nove estados do Nordeste e no norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

As cisternas são um engenhoso meio de resolver o problema de abastecimento de água para o consumo humano no Semi-Árido. Por meio de calhas e canaletas, a água que cai no telhado das casas na época das chuvas é recolhida e guardada na cisterna, livres de qualquer impureza, para o período de estiagem. Cerca de mil pessoas serão beneficiadas pelo conjunto de cisternas construídas em parceria pelo Instituto SOL.

O Grupo SOL Embalagens tem dado uma contribuição importantíssima no combate à mortalidade infantil, fabricando e doando à Pastoral da Criança 5 milhões de colheres de medida para soro caseiro. A colher, que será distribuída em todo o Brasil, facilita a orientação às mães sobre como fazer e ministrar o soro caseiro nos momentos de emergência, ajudando a salvar a vida de muitas crianças.

Contatos
Nancy Nascimento
Tadeo Sanchez
Instituto SOL
Fone: (71) 622-8999
E-mail: institutosol@terra.com.br
Site: www.solembalagens.com.br

Sensibilizado com a problemática da fome no País, o Sesc Ceará, ampliando suas ações de responsabilidade social, lançou em setembro de 2001 o Programa Amigos do Prato, um banco de alimentos que vem contribuindo para diminuir a fome das pessoas menos favorecidas. Amigos do Prato é um serviço de solidariedade social mantido por doações de empresas parceiras e por trabalho voluntário.

Diariamente, alimentos excedentes não-comercializáveis, porém próprios para o consumo, são doados por empresas, recolhidos pelos agentes do programa e distribuídos a instituições sociais.

Paralelamente, são desenvolvidas atividades educativas complementares que orientam as pessoas envolvidas nesse processo sobre como manipular os alimentos e aproveitá-los integralmente.

Atualmente, o programa conta com 28 empresas doadoras, recebe em média 13

toneladas de alimentos por mês e beneficia 47 instituições sociais.

Para viabilizar o programa, o Sesc pôs à disposição uma área de 130 metros quadrados para constituir um depósito, equipado de modo a poder armazenar e manipular com segurança hortifrutigranjeiros, carnes e alimentos não-perecíveis. Garantiu um veículo para o transporte das doações e uma equipe de sete funcionários. Todo o material e equipamentos de escritório utilizados, bem como o material de consumo, são doados por empresas parceiras.

Primeira iniciativa de banco de alimentos do setor privado no Nordeste e a terceira do Brasil, o Amigos do Prato, atualmente, é o banco de alimentos oficial do Programa Fome Zero no Ceará, além de fazer parte do Conselho de Segurança do estado.

Banco Rio de Alimentos

Linha Amarela S/A
(Lamsa)

Recolher alimentos de quem pode e quer doar e fazê-los chegar em boas condições de consumo para quem está precisando. Esse é o conceito básico dos bancos de alimentos que vêm se constituindo em todo o País.

A Linha Amarela S/A (Lamsa), empresa que administra a via pública que liga a zona oeste à zona norte da cidade do Rio de Janeiro, vem praticando esse conceito todos os dias, atuando como uma das empresas parceiras do Banco Rio de Alimentos, coordenado pelo Sesc-Rio.

A Lamsa se uniu a essa causa, assumindo o papel de agente facilitador e agindo na captação de alimentos. Faz campanhas permanentes de divulgação entre os 85 mil usuários que trafegam pela Linha Amarela diariamente, convidando-os a doar alimentos. Vem constituindo uma rede

de parcerias — denominada Via Solidária — que, entre outros projetos, instala postos de coleta nas empresas localizadas próximo à via. Já são oito postos de arrecadação instalados em shoppings, universidades e supermercados. Promove, também, eventos culturais e de lazer objetivando a arrecadação de alimentos. Em um ano de parceria com o Banco Rio de Alimentos, a Lamsa chegou a arrecadar 5 toneladas em uma campanha que durou 12 semanas.

Além de arrecadar e estimular a arrecadação, a Lamsa também faz doações diretas — 5 toneladas de alimentos por ano. A empresa já tem tradição nessas atividades: participou das últimas quatro campanhas “Natal sem Fome” promovidas pelo Comitê Rio da Ação da Cidadania, arrecadando ao todo 177 toneladas de alimentos.

Contato
Izabel Lelis
Linha Amarela S/A — Lamsa
Fone: (21) 2596-5166, ramal 210
E-mail: desenvsocial@lamsa.com.br

Reduzir drasticamente a mortalidade infantil e acabar com a desnutrição de gestantes e bebês — foram esses desafios que levaram a Unimed a lançar, em 1997, uma rede de proteção à criança e à gestante.

O Programa Capital Criança, que desde 1999 conta com a parceria da Prefeitura de Florianópolis, tem garantido às futuras mães até seis consultas pré-natais. Depois do parto, elas fazem exame ginecológico completo, recebem um *kit* com produtos para a higiene do filho e são incentivadas à amamentação exclusiva até o sexto mês de vida do bebê. As crianças têm consultas pediátricas garantidas até os 5 anos.

A Unimed já ofereceu ao Capital Criança mais de 4 mil consultas realizadas por médicos especialistas para gestantes de

alto risco e recém-nascidos, de acordo com as necessidades da rede pública.

A Unimed, por meio de palestras e seminários, orienta as gestantes e mães sobre a nutrição infantil e os necessários cuidados com os recém-nascidos e crianças pequenas.

O resultado mais significativo do Capital Criança é a queda contínua na taxa de mortalidade infantil verificada em Florianópolis: de 21,6 por mil nascidos vivos, registrada em 1996, caiu para 8,76 em 2001, bem abaixo da taxa nacional (30,7 por mil em 2001) e a da Região Sul (19,7 por mil em 2000).

Em 2001, o Programa Capital Criança foi considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma das 40 melhores práticas em todo o mundo para o bem-estar da humanidade.

Adote uma Comunidade

Kraft Foods Inc.

A Kraft Foods Inc. mantém um programa internacional de responsabilidade social — Kraft Cares — focado em ações de combate à fome, à violência doméstica e à Aids, de educação, meio ambiente, artes e literatura, entre outras.

No Brasil, onde possui três fábricas de beneficiamento de castanhas, em Fortaleza, Ceará, desenvolve o Programa Adote uma Comunidade em parceria com a Pastoral da Criança.

O programa tem por objetivo reduzir o índice de desnutrição e mortalidade infantil por meio de ações básicas voltadas à sobrevivência e ao desenvolvimento integral da criança, tais como o enriquecimento da alimentação das famílias.

Para isso, promove a capacitação de líderes da própria comunidade capazes de desenvolver atividades de educação nutricional e disseminar o conceito de multimistura e de aproveitamento integral dos alimentos.

O Programa Adote uma Comunidade teve início em dezembro de 2002 e tem duração prevista de um ano.

A multimistura é um complemento alimentar rico e nutritivo adotado pela Pastoral da Criança em suas ações. Consiste na mistura de produtos de grande valor nutricional e de baixo custo ou que geralmente não são utilizados, como casca de ovos, folhas e sementes torradas e moídas. Sua produção, embora simples, requer equipamentos e utensílios apropriados, estrutura física adequada e pessoal capacitado.

O Programa Adote uma Comunidade incrementa a infra-estrutura disponível nas comunidades, ampliando assim a produção e a oferta do alimento. Promove cursos e oficinas sobre como produzir a multimistura e, também, sobre como aproveitar integralmente os alimentos, com especial atenção à utilização dos produtos regionais, de alto valor nutritivo e baixo custo. Ao mesmo tempo, capacita as lideranças comunitárias para fazer o acompanhamento sistemático das ações desenvolvidas nas comunidades.

Contato

Ivan Mesquita Küster

Pastoral da Criança — Diretoria de Articulação

Fone: (41) 336-0250

Fax: (41) 336-9940

E-mail: ivan@pastoraldacrianca.org.br

Site: www.pastoraldacrianca.org.br

Luz das Letras

Companhia
Paranaense de
Energia (Copel)

Aprender a ler e escrever e, ao mesmo tempo, familiarizar-se com os recursos básicos da informática. Essas são algumas das conquistas alcançadas pelos alunos do Projeto Luz das Letras, promovido pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Desenvolvido no Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal e Roraima, o Projeto Luz das Letras destina-se a analfabetos absolutos e funcionais — pessoas que não conseguem entender ou escrever um texto simples.

Seu objetivo é promover a alfabetização de jovens e adultos, utilizando o computador como ferramenta básica de aprendizagem.

Esse processo acelera o tempo necessário para a alfabetização, ao mesmo tempo em que os recursos da informática ampliam as oportunidades de inclusão social desses alunos, facilitando seu acesso ao trabalho.

Os cursos são realizados em 81 laboratórios espalhados pelo Brasil, muitos deles montados com computadores reciclados e reaproveitados, envolvendo parcerias com outras instituições e o trabalho de 120 voluntários.

Até agora, cerca de 2 mil alunos já foram atendidos pelo projeto.

Contato
Susie Cristina P. Krelling
Companhia Paranaense de Energia
(Copel)
Fone e fax: (41) 331-2903 e 331-3275
E-mail: susie@copel.com
Site: www.copel.com

Reciclando Papel

Companhia Suzano de
Papel e Celulose

A Companhia Suzano de Papel e Celulose mantém desde 2001 uma parceria com a Cooperativa dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de São Paulo (Coopamare), uma das mais organizadas cooperativas de catadores do País.

Pela parceria, a Coopamare compromete-se a fornecer à Suzano 40 toneladas de aparas de papel por mês, matéria-prima utilizada pela empresa para produzir seu papel Reciclato.

Em contrapartida, a Suzano vem investindo na capacitação dos catadores por meio do Instituto Ecofuturo — ONG fundada e mantida pela Suzano, que tem como missão a promoção do desenvolvimento sustentável.

A proposta é aperfeiçoar o modelo de gestão da cooperativa, desenvolvendo as competências administrativas dos catadores e seu processo de produção. O objetivo é alcançar ganhos de escala e melhoria na qualidade do produto entregue, visando agregar valor e potencializar a geração de recursos e a conseqüente busca de

independência e autonomia dos trabalhadores envolvidos.

Os primeiros resultados desse processo foram palpáveis: a capacidade produtiva passou de 18 para 25 toneladas por mês, o que já garante um rendimento mensal de R\$ 500,00 a cada um dos 48 trabalhadores cooperados.

Com mais de dez anos de existência, a Coopamare já interage com um grupo extenso de atores sociais, como a Organização de Auxílio Fraternal (OAF), lojistas, escolas, educadores, condomínios e moradores da região onde mantém sua sede e central de triagem, em Pinheiros, na zona oeste da capital paulista.

A parceria com a Companhia Suzano evita ações de caráter meramente assistencialista e reforça a auto-estima dos catadores pelo reconhecimento formal de sua atuação profissional e como pessoas dotadas de responsabilidades, deveres e direitos. A parceria tem procurado também aumentar seu escopo de intervenção por meio do apoio de outros parceiros, como o Sebrae-SP.

Contato

Marcos B. Egydio Martins
Instituto Ecofuturo — Futuro para o
Desenvolvimento Sustentável
Fones: (11) 3037-9552 e 3037-9561
E-mail:
megydio.ecofuturo@suzano.com.br

Referências bibliográficas

BELIK, Walter. *Como as empresas podem apoiar e participar do combate à fome*. São Paulo: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2003.

COSTA, Christiane, TAKAHASHI, Ruth, MOREIRA, Tereza. *Segurança alimentar e inclusão social*. São Paulo: Pólis — Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, 2002.

COSTA, Christiane, MALUF, Renato S. *Diretrizes para uma política de segurança alimentar e nutricional*. São Paulo: Pólis — Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, 2001.

GRAZIANO, José da Silva, BELIK, Walter, TAKAGI, Maya. *Projeto Fome Zero*. São Paulo: Instituto de Cidadania, 2001.

MALUF, Renato S. *Ações públicas locais de apoio à produção de alimentos e à segurança alimentar*. São Paulo: Pólis — Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, 1999.

_____. *Ações públicas locais de abastecimento alimentar*. São Paulo: Pólis — Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, 1999.

_____. *Consumo de alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas locais de segurança alimentar*. São Paulo: Pólis — Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, 2000.

_____. *Ações públicas de segurança alimentar para grupos populacionais específicos*. São Paulo: Pólis — Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, 2000.

SOUZA, Doraci Cabanilha de. *Processos sociais, agricultura familiar e a implementação do Pronaf* — Infra-Estrutura e Serviços: a experiência do Município de Araci. Dissertação (Mestrado) — Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2000.

Sites de interesse na área de segurança alimentar e nutricional

www.actionaid.org.br

Site da seção brasileira da entidade internacional dedicada a projetos de inclusão social e desenvolvimento em comunidades pobres.

www.agora.org.br

Assessoria em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional sustentável e capacitação em comercialização agrícola e abastecimento alimentar, desenvolvimento local integrado, hábitos alimentares e estilo de vida saudável.

www.aleitamento.org.br

Site com orientações para a prática correta do aleitamento materno, documentos para debates, legislação específica e relatos de experiências.

www.alternex.com.br/~cpda

Site do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, vinculado ao Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

www.asbran.org.br

Associação Brasileira de Nutrição — Entidade que congrega associações regionais dedicadas à nutrição. Apresenta publicações e documentos sobre segurança alimentar.

www.ceris.org.br

Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris) que se dedica a análise e acompanhamento de projetos sociais de ONGs, movimento sindical, e organizações de produtores rurais e urbanos.

www.cese.org.br

Coordenadoria Ecmênica de Serviço — Articulação de Igrejas cristãs em apoio a grupos e movimentos populares, participando ativamente de programas de promoção da segurança alimentar e nutricional.

www.coepbrasil.org.br

Site do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida. Oferece contatos com todas as entidades que compõem a rede, de 26 estados, banco de projetos, documentos e atas.

www.consea.mg.gov.br

Publica documentos para debate, como o relato das conferências de segurança alimentar realizadas em Minas Gerais, bem como de políticas locais em curso.

www.cptnac.com.br

Comissão Pastoral da Terra — O site mantém informações e documentos sobre movimentos populares voltados para a questão do acesso à terra e à água e sobre segurança alimentar e nutricional.

www.encontroagroecologia.org.br

Site do Encontro de Agroecologia realizado em 2002, com documentos sobre o tema e vários aspectos da segurança alimentar.

www.ensp.fiocruz.br

Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz — O site fornece documentos sobre nutrição, saúde pública e segurança alimentar e nutricional.

www.esalq.usp.br

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz — Esalq/USP — Permite acesso ao acervo sobre segurança alimentar existente em sua biblioteca.

www.fase.org.br

Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (Fase) — O site da entidade mantém informações atualizadas sobre o movimento popular e a segurança alimentar.

www.fomezero.org.br

Site de apoio ao Programa Fome Zero, com documentos sobre a fome no Brasil, as estratégias para construir uma política de segurança alimentar e orientações sobre como apoiar o programa.

www.greenpeace.org.br

Site brasileiro da entidade ambientalista internacional dedicada à luta pela preservação do equilíbrio ambiental.

www.icidadania.org.br

Entidade dedicada à elaboração de propostas de políticas públicas em todas as áreas, tendo como eixos a segurança alimentar e a inclusão social, como o Programa Fome Zero, hoje transformado em programa de governo.

www.ibase.br

Fundado por Herbert de Souza, o Ibase presta assessoria em políticas sociais a empresas e governos e deflagrou o primeiro grande movimento contra a fome no Brasil — Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida.

www.ipea.gov.br

O site permite o acesso a vários estudos sobre a pobreza no Brasil e a documentos sobre segurança alimentar e políticas públicas.

www.pastoraldacrianca.org.br

Site da Pastoral da Criança que descreve as atividades da entidade, sua forma de atuação, articulações com a comunidade e contatos.

www.pólis.org.br

Site do Instituto Pólis, que oferece documentos e relatos de experiências convergentes com a construção de uma política pública de segurança alimentar e nutricional.

www.rebidia.org.br

Site da Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre a Infância e a Adolescência, com documentos, periódicos, informações e contatos na área.

www.redemulher.org.br

O site da Rede Mulher de Educação contribui para a interconexão de grupos de mulheres em todo o Brasil, constituindo-se numa rede de serviços em educação popular feminista.

www.taps.org.br

Temas Atuais na Promoção da Saúde é um site que reúne documentos para o debate nas áreas de nutrição e segurança alimentar.

Realizadores desta publicação:

International Finance
Corporation – IFC



Instituto Ethos de Empresas
e Responsabilidade Social



Pólis – Instituto de Estudos, Formação
e Assessoria em Políticas Sociais



A International Finance Corporation, instituição do Grupo do Banco Mundial, é a maior agência multilateral de financiamento e participação acionária para apoio financeiro ao setor privado de países em desenvolvimento. Sua participação no Brasil é crescente e sua carteira de investimentos supera 1 bilhão de dólares. Suas atividades podem ser resumidas em financiamento a projetos do setor privado (empréstimos e participação acionária), ajuda a empresas na captação de recursos junto aos mercados financeiros internacionais, assessoria e assistência técnica.

Rua Redentor, 14
22421-030 – Rio de Janeiro – RJ
Fone: (21) 2525-5850
Site: www.ifc.org

O Instituto Ethos é uma associação de empresas de todos os tamanhos e setores interessadas em desenvolver suas atividades de forma socialmente responsável, num permanente processo de avaliação e aperfeiçoamento. Foi criado em 1998, com a missão de promover e disseminar práticas empresariais socialmente responsáveis, contribuindo para que empresas e sociedade alcancem um desenvolvimento sustentável em seus aspectos econômico, social e ambiental.

Rua Francisco Leitão, 469, 14º andar, conj. 1407
05414-020 – São Paulo – SP
Fone: (11) 3897-2400
Site: www.ethos.org.br

O Instituto Pólis é uma organização não-governamental de atuação nacional, constituída como sociedade civil, sem fins lucrativos, apartidária, pluralista, de caráter educativo, cultural e de assistência social. Fundado em 1987, é reconhecido como entidade de utilidade pública estadual e federal. A cidade, a cidadania, a democracia e a participação são seus temas centrais. A atuação no campo das políticas públicas, da democratização de gestão e do desenvolvimento local define sua identidade. Seus objetivos são a ampliação dos direitos da cidadania, a democratização da sociedade, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida.

Rua Araújo, 124
01220-020 – São Paulo – SP
Fone: (11) 3258-6121
Site: www.polis.org.br